



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Plano Plurianual 2020 - 2023

Anexo I

Dimensões estratégica, prospectiva e operacional

ÍNDICE

ÍNDICE	2
1. Apresentação.....	3
2. Definições Estratégicas	4
Diretrizes e objetivos estratégicos, alinhados aos ODS	4
3. Definições Metodológicas	6
4. Perspectivas, condicionantes e oportunidades	12
Demandas da sociedade e audiências públicas	12
Tendências demográficas.....	19
5. Da Estratégia aos Programas do PPA 2020-2023	32
Objetivo Estratégico 1: Educação de qualidade, inclusiva e transformadora, buscando o desenvolvimento pleno.....	32
Objetivo Estratégico 2 - Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso.....	45
Objetivo Estratégico 3 – Segurança para a Sociedade usando ferramentas de inteligência no combate à criminalidade.....	52
Objetivo Estratégico 4: Desenvolvimento Econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa.....	58
Objetivo Estratégico 5: Desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena	68
Objetivo Estratégico 6: Qualidade de Vida Urbana, com Moradia Adequada e Mobilidade	76
Objetivo Estratégico 7: Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável	85
Objetivo Estratégico 8: Desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população ante os desastres naturais.....	91
Objetivo Estratégico 9: Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência.....	99

1. Apresentação

O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, que o governo de Estado de São Paulo ora apresenta, estabelece os programas que serão desenvolvidos durante os quatro anos de sua vigência, os bens e serviços que pretende entregar e os resultados que espera obter nesse período.

A concepção do Plano baseia-se em cinco Diretrizes e nove Objetivos Estratégicos, que resumem as prioridades políticas do governo, legitimadas pela sociedade no processo eleitoral.

Realizar o planejamento de médio prazo de um Estado com mais de 44 milhões de habitantes, cuja economia é a maior, mais diversificada e dinâmica do país e cujo território é conformado por grande heterogeneidade, potencialidades e por uma sociedade extremamente complexa, é tarefa desafiadora por si só. Adicione-se a esse cenário a própria máquina pública, imersa nas diversas dinâmicas que são próprias a cada política pública, seus representantes na sociedade, em outras administrações públicas ou mesmo em outros poderes.

Tal tarefa requer das estruturas responsáveis por esse planejamento: compartilhamento da visão do governo quanto a suas diretrizes e aos objetivos a serem perseguidos; padronização da metodologia e dos procedimentos a serem adotados na elaboração e execução dos programas; e análises prospectivas, que condicionam a atuação governamental e podem mostrar caminhos e oportunidades para a estruturação da

ação estatal. Nesse contexto, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), concebidos no âmbito da Agenda 2030 da ONU, se mostram como importante referência para a formulação e organização dos programas e metas governamentais aqui constantes.

O Plano será apresentado em dois volumes. No primeiro, consta a base legal que orientou a elaboração do PPA e o Projeto de Lei que o propõe, seguido do Anexo I, que contém exposição mais ampla do Plano, destacando as inovações incorporadas em sua elaboração e seus traços estratégicos mais relevantes. O segundo volume é constituído pelo Anexo II, que detalha os programas propostos, seus objetivos, produtos e metas, e pelo Anexo III, que apresenta a síntese das manifestações da sociedade nas audiências públicas.

O Anexo I visa a apresentar à sociedade os princípios que orientaram sua elaboração, a metodologia utilizada e as perspectivas econômicas e demográficas do Estado de São Paulo, além das demandas da sociedade, apresentadas nas audiências públicas. Ele conclui com a apresentação dos objetivos estratégicos, que orientaram a elaboração de cada programa que compõe o PPA 2020-2023.

Com isso demonstra-se um efetivo compromisso com o trabalho e transformações necessários para construção de uma sociedade melhor, tanto para os paulistas como para os brasileiros.

2. Definições Estratégicas

Diretrizes e objetivos estratégicos, alinhados aos ODS

As diretrizes que orientam o PPA 2020-2023, estabelecidas pelo governo do Estado de São Paulo, são as apresentadas a seguir:

- I. a descentralização, visando ao fortalecimento dos municípios, a redução das desigualdades regionais e a difusão territorial das principais políticas públicas;
- II. a participação social, visando inserir o cidadão na avaliação das políticas públicas e a ampliação das parcerias com a sociedade civil e com o setor privado;
- III. a transparência, visando fortalecer o controle social e o combate à corrupção;
- IV. a eficiência, visando o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e o incremento da eficácia dos gastos públicos;
- V. a inovação, visando à adoção de modernas tecnologias para a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, em todos os campos da atuação do Governo Estadual.

Tais direcionamentos orientaram o processo de planejamento de todos os programas do PPA e sinalizam a busca por um desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo. Não por acaso, as diretrizes estratégicas

apresentadas articulam-se com as metas estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os programas do atual PPA moldam-se para respeitar e proteger o meio ambiente, bem como serem socialmente inclusivos, mesmo quando tratam da ampliação da competitividade econômica e da integração territorial. A primeira diretriz estratégica ressalta a busca pela equidade entre os cidadãos e seus meios de vida, independentemente de sua localização geográfica no Estado, valorizando a gestão local das políticas. A segunda diretriz reforça a integração e o diálogo do governo com demandas da população paulista, tornando públicas as soluções encontradas.

O compromisso com a prestação de contas à sociedade e o uso adequado dos recursos públicos é revelado pela terceira diretriz, ao passo que a quarta e a quinta diretrizes tratam da busca por melhorias de gestão essenciais à administração estadual, endereçando as demandas da população da melhor maneira possível, seja com uso de novas tecnologias, seja aprimorando a eficiência e eficácia dos bens e serviços gerados.

Juntamente com tais Diretrizes Estratégicas, foram definidos nove objetivos estratégicos para o PPA 2020-2023, entendidos como as mudanças desejadas na sociedade paulista no longo prazo, com as quais o governo do Estado pretende contribuir por meio dos programas orçamentários. Os objetivos são os seguintes:

1. Educação de qualidade, inclusiva e transformadora, buscando o desenvolvimento pleno;
2. Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso;
3. Segurança para a sociedade usando ferramentas de inteligência no combate à criminalidade;
4. Desenvolvimento econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa;
5. Desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena;
6. Qualidade de vida urbana, com moradia adequada e mobilidade;
7. Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável;
8. Desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população ante os desastres naturais;
9. Gestão pública moderna e eficiente, comprometida com a qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência.

Vale destacar que, embora os programas definidos no âmbito do PPA tenham um horizonte de médio prazo, os objetivos estratégicos representam uma visão de desenvolvimento de longo prazo para a sociedade paulista, o que já indica que esses programas contribuem, mas

não são suficientes para garantir o alcance desses objetivos. Além disso, ainda que a ação governamental seja fundamental para a consecução dos objetivos estratégicos, pois essa ação deve influenciar e complementar a ação dos demais atores rumo ao desenvolvimento desejado, ela não é a única que colabora para as mudanças esperadas no longo prazo, dado que existem diversos outros atores sociais que também desempenham papéis importantes na execução das estratégias.

Portanto, os objetivos estratégicos servem como referência para a formulação dos programas do PPA, mas não estabelecem metas específicas para eles no PPA. No plano plurianual, as metas são definidas apenas no âmbito dos programas e seus produtos, os quais devem contribuir para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

A despeito de seu caráter referencial, resta apontar que a cada objetivo estratégico foi associado um conjunto de indicadores que possibilitará acompanhar a evolução dos principais fenômenos sociais, econômicos e ambientais que afetam o desenvolvimento do Estado de São Paulo. Assim, nos capítulos subsequentes deste documento, buscou-se apresentar tais indicadores e sua evolução recente, evidenciando-se tanto os vínculos entre os objetivos estratégicos escolhidos e os ODS, quanto as principais ações governamentais propostas no PPA, que se espera possam contribuir para alterar ou reforçar as trajetórias desses indicadores.

3. Definições Metodológicas

O Decreto Estadual n. 64.124, de 8 de março de 2019, fixou as normas para a elaboração do Plano Plurianual 2020/2023, ressaltando que o processo de elaboração, execução e monitoramento dos programas orçamentários deverá seguir os princípios da metodologia de Orçamento por Resultados. Com isso, o governo promoveu a padronização metodológica e procedimental para a elaboração e execução do PPA. Em uma estrutura complexa como a da administração pública paulista, essa padronização metodológica é fundamental e favorece a elaboração do Plano de forma coordenada e descentralizada, reduzindo a chance de inconsistências internas que coloquem sua execução em risco.

Os princípios e conceitos do Orçamento por Resultados já estão em vigor desde o PPA 2016/2019. A inovação trazida pela metodologia do Orçamento por Resultados está na especificação clara do que deve ser feito para atingir os objetivos almejados, destacando os vínculos causais entre os diversos níveis de atuação governamental. Para isso, a metodologia oferece ferramentas e conceitos comuns, tanto para o desenho dos programas, com seus produtos e ações, quanto para a escolha dos indicadores adequados para medir e acompanhar os diferentes níveis de resultados do PPA.

O entendimento da metodologia e de sua relação com os instrumentos orçamentários pode ser expresso no

desenho resultante das respostas às seguintes questões:

1. *De onde partimos?* Isto é, qual o problema a ser enfrentado?
2. *Aonde se quer chegar?* Ou seja, qual o resultado pretendido pelo programa e como ele contribui para o objetivo de longo prazo do governo?
3. *Como chegar lá?* Isto é, qual intervenção o programa deve fazer para que atinja o resultado almejado?

Assim, partindo dos objetivos estratégicos formulados pelo governo e acatando suas diretrizes, foram estabelecidos os programas cujos resultados contribuirão para as mudanças que se espera lograr na sociedade. Formular um programa, por sua vez, significa definir e quantificar os bens e serviços que ele pretende gerar por meio de suas ações, isto é, dos processos que transformarão os insumos utilizados (recursos públicos) naqueles produtos a serem entregues ao seu público-alvo. Portanto, na concepção de cada programa governamental, há um encadeamento lógico-causal entre os insumos mobilizados, os produtos gerados, os resultados provocados e os impactos esperados na sociedade. A metodologia do Orçamento por Resultados busca explicitar essas conexões para cada programa, por meio da chamada cadeia de resultados, esquematizada na **Figura 1**.

Figura1**CADEIA DE RESULTADOS DE UM PROGRAMA**

Os dois primeiros níveis da cadeia – Impacto e Resultado – correspondem, respectivamente, aos objetivos estratégicos do governo para os quais o programa contribui (impactos na sociedade) e aos resultados dos programas propriamente ditos. Neste PPA, a elaboração dos programas procurou dar maior ênfase ao alinhamento estratégico com as diretrizes de governo, reforçando a necessidade de articular as diversas propostas, visões, planos, subsídios e informações referentes ao campo de atuação dos órgãos estatais.

Os níveis seguintes representam os produtos (bens ou serviços) que devem ser gerados por meio das ações dos programas (que combinam processos e insumos), objetivando o alcance do resultado. Por isso também se ressalta, durante o processo de elaboração dos programas do PPA

2020-2023, o esforço das equipes das secretarias estaduais em trabalhar a definição de produtos e ações de forma concomitante, vez que um produto não existe sem a clara identificação da ação (ou seja, do processo de trabalho) necessária para sua consecução.

Impactos, resultados e produtos são mensurados por um ou mais indicadores próprios, com o objetivo de aferir tanto a situação atual (que se pretende modificar) quanto os avanços obtidos ao longo da execução do programa (em direção àquela mudança). No caso dos produtos, até agora vinham acompanhados de apenas um indicador, que correspondia a um tipo de mensuração referente ao volume de produção de um dado bem ou serviço (ex. volume de material retirado dos corpos d'água, em m³/ano). Nesse sentido, como novidade neste PPA, ampliou-se a possibilidade de o produto vir acompanhado de mais de um indicador que expresse dimensões de natureza qualitativa, tais como informações sobre a qualidade dos bens e serviços prestados, a exemplo do cumprimento de normas, monitoramento da cobertura da população e padrões de fornecimento, de forma a evidenciar essa face dos produtos que estão sendo entregues.

Orçamento para Resultados e o Sistema Orçamentário

A Constituição Federal de 1988 (em seu artigo 165) estabeleceu, no que foi acompanhada pela Constituição do Estado de São Paulo de 1989 (em seu artigo 174), o chamado "sistema

orçamentário”, composto de três instrumentos:

- Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA).

A relação entre as categorias do Orçamento por Resultados e a estrutura programática que organiza a execução do sistema orçamentário está representada na **Figura 2**. Dela se depreende que o impacto relaciona-se com o objetivo estratégico para o qual o programa contribui.

O objetivo do programa corresponde ao resultado que ele pretende alcançar. Por meio da geração de bens e serviços (produtos) é que se espera atingir os resultados propostos. A execução do programa se dá pela mobilização de recursos (insumos) processados por meio de suas ações, as quais, por sua vez, irão gerar e entregar produtos ao público-alvo do programa.

A Figura 3 apresenta, de maneira esquemática, o modelo lógico adotado na elaboração dos programas orçamentários do PPA.

FIGURA 2
DA CADEIA DE RESULTADOS PARA A ESTRUTURA PROGRAMÁTICA

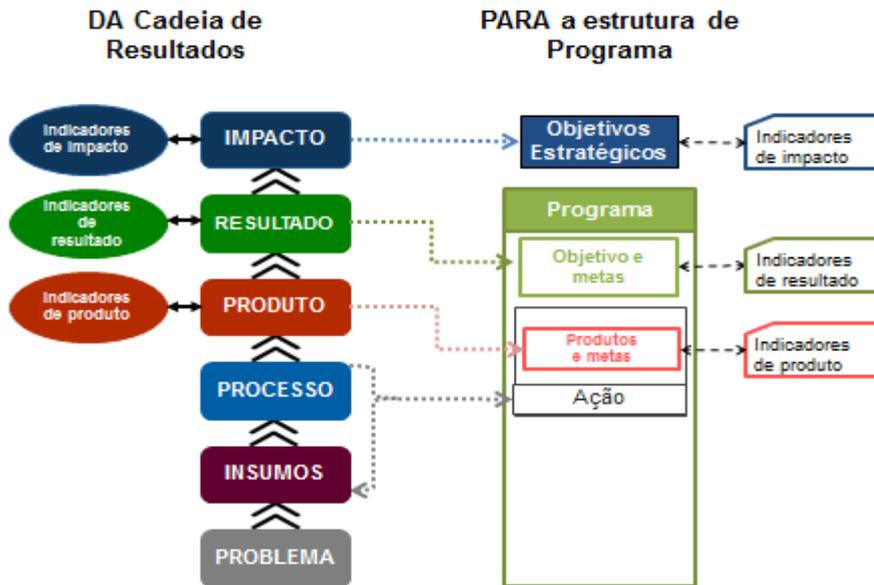
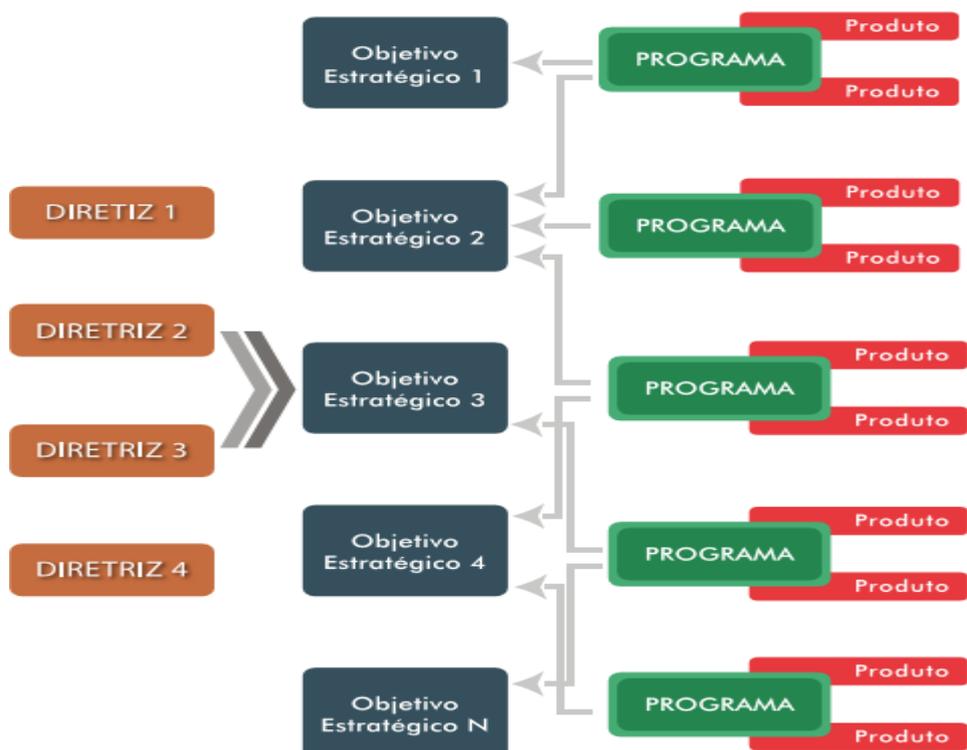


FIGURA 3

MODELO LÓGICO DE ELABORAÇÃO DO PPA 2020-2023



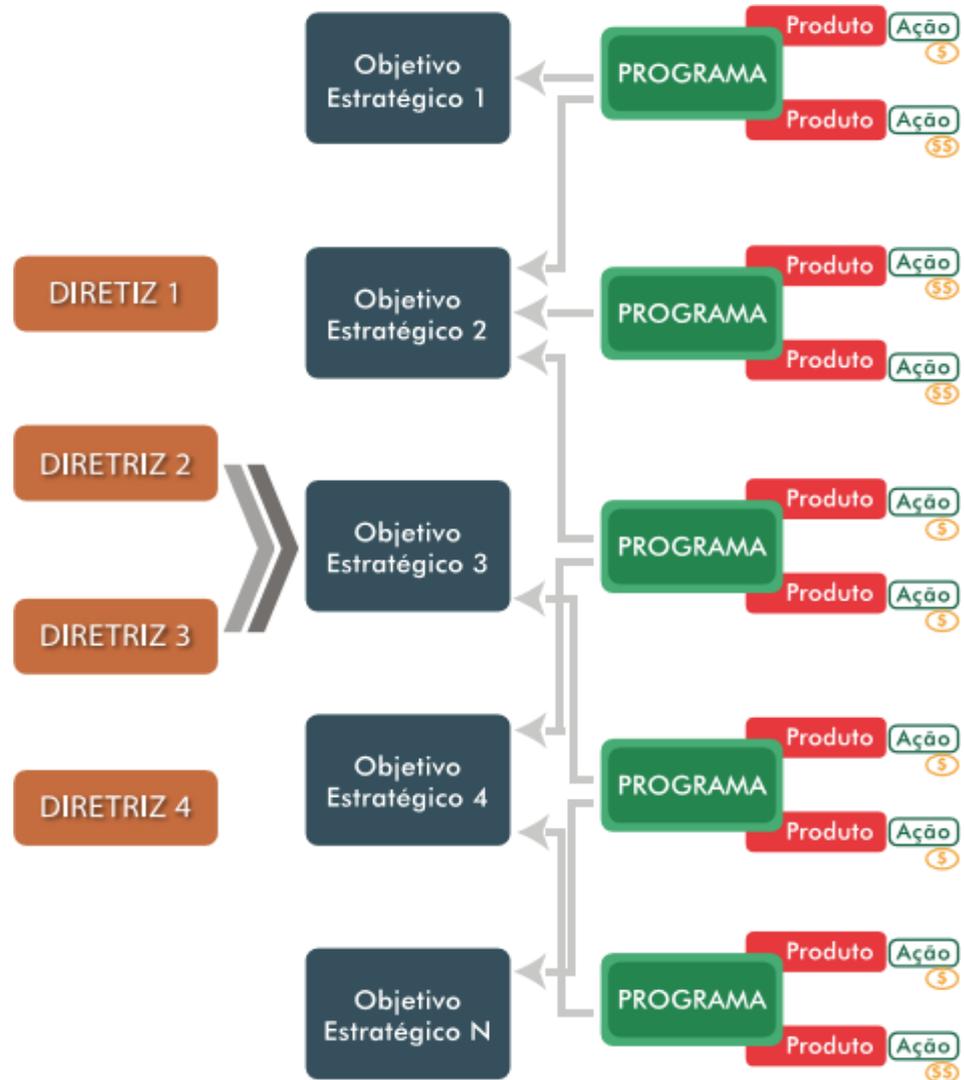
Pode-se observar que o PPA 2020-2023 explicita o vínculo entre programas e objetivos estratégicos e detalha os primeiros até o nível do produto, isto é, torna visíveis quais bens e serviços cada programa pretende produzir para atingir seu resultado desejado e, assim, contribuir para o avanço em um ou mais objetivos estratégicos. Além de explicitar as relações entre objetivos estratégicos, programas e produtos, a elaboração do PPA, segundo a metodologia do OpR, leva a definir metas para os resultados dos programas e a quantidade de bens e serviços (produtos) que cada um deles pretende gerar ao final de sua vigência.

Como desdobramento no sistema orçamentário do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como objetivos principais: orientar o detalhamento das prioridades e metas do governo para cada ano de vigência do PPA; e definir as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Estado. A LDO faz a conexão entre o PPA – o plano quadrienal da atuação

governamental – e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que fixa as despesas em cada ano de vigência do PPA, segundo a programação dos órgãos orçamentários. Será por meio desse instrumento legal que: a) serão definidas as metas anuais dos resultados dos programas contidos no PPA e de seus produtos; e b) serão apresentadas as correspondências dos produtos às ações. Pela metodologia do Orçamento por Resultados, um mesmo produto pode ser gerado por mais de um processo e, portanto, associado a mais de uma ação. Assim, na LOA, estarão explícitas as ações necessárias à geração dos produtos definidos no PPA, bem como suas metas físicas anuais, alinhadas às prioridades de governo (**Figura 4**). Portanto, a LOA estabelece, além da previsão das receitas, as despesas fixadas para cada programa, detalhadas segundo suas ações, e as quantidades físicas dos produtos que elas deverão gerar em determinado ano, em cada unidade orçamentária.

FIGURA 4

MODELO LÓGICO DE ELABORAÇÃO DA LOA A PARTIR DO PPA 2020-2023



Em síntese, reforça-se no PPA 2020-2023 a adoção de um padrão metodológico e procedimental, via o Orçamento por Resultados, que já tem demonstrado vantagens em termos

de consistência, coerência e transparência na execução, monitoramento e avaliação de todo o processo de planejamento, orçamento e gestão do Estado.

4. Perspectivas, condicionantes e oportunidades

Demandas da sociedade e audiências públicas

A Audiência Pública é um instrumento de transparência e de participação da sociedade no processo de elaboração dos Planos Plurianuais (PPA), das leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e de Orçamento Anual (LOA), garantido pela Constituição Estadual (art. 154, §2º) e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000, art. 48, parágrafo único).

O objetivo das Audiências Públicas para o PPA é promover com os cidadãos um espaço de diálogo e discussão sobre os problemas do dia a dia ou de oportunidades de atuação para o governo, além de possibilitar a sugestão de propostas para solucionar ou mitigar os pontos apresentados.

No Plano Plurianual de 2020-2023, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefazplan), realizou Audiências Públicas em dois formatos: eletrônico (virtual) e presencial. Os encontros presenciais foram divididos em audiências regionais (nas 15 Regiões Administrativas do Estado de São Paulo) e audiências temáticas, com referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os resultados dessas manifestações públicas foram enviados às secretarias estaduais para subsidiar o proces-

so de elaboração dos programas governamentais do PPA 2020-2023.

Audiências Públicas: virtual, temáticas e regionais

Nas audiências públicas do PPA 2020-2023, foi disponibilizado um *site*¹ com conteúdo informativo para orientar os cidadãos na elaboração de suas manifestações e permitir o acompanhamento do cronograma de realização das audiências públicas. No *site*, podiam ser acessadas informações sobre o que são audiências públicas e sua importância, a relação entre planejamento orçamentário e PPA, as competências e responsabilidades do governo, os dados estatísticos sobre a população do Estado, a apresentação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), entre outros.

Nesse mesmo *site*, foi realizada a audiência pública virtual, no período entre 15 de março e 30 de abril de 2019. Por meio de formulário eletrônico, era possível contribuir de forma individual ou coletiva para a elaboração do PPA, estimulando, assim, a participação da sociedade civil organizada nesse processo (associações, organizações não governamentais, grupos ou movimentos coletivos).

Em atendimento ao Decreto n. 64.124/2019 de abertura do PPA², foram organizadas, de maneira ino-

¹ Site da Audiência Pública – PPA 2020-2023: <http://www.ppa.sp.gov.br/audiencias>

² Decreto que fixou as normas para a elaboração do Plano Plurianual 2020-2023 e preconizou o alinhamento dos programas do PPA 2020-2023 à Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

vadora, cinco audiências temáticas³, entre 15 e 24 de abril de 2019, com base nos 5Ps da Sustentabilidade (Parceria, Paz, Prosperidade, Planeta e Pessoas), os quais organizam e sintetizam os objetivos e as metas, com foco na atuação do Estado, em relação aos ODS elaborados pela ONU. Para cada um dos cinco encontros, foram convidadas secretarias estaduais para apresentar iniciativas desenvolvidas pelo órgão naquela temática e, ao final da audiência, os participantes se dividiam em grupos para discutir e desenvolver propostas coletivas atinentes ao tema de cada encontro.

Por fim, as audiências regionais do PPA 2020-2023 foram organizadas em conjunto com as audiências públicas da LOA 2020, as quais ocorreram entre 11 de julho e 12 de agosto de 2019, nas regiões administrativas de Registro, Baixada Santista, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Itapeva, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Central, Barretos, Franca e São Paulo.

Metodologia

As audiências públicas desse ciclo de planejamento orçamentário inovaram ao possibilitar que os participantes registrassem, de maneira aberta e em suas próprias palavras, os problemas (ou as oportunidades) a serem considerados pelo governo do Estado nos próximos quatro anos,

bem como as propostas para orientar a administração pública na solução ou avanço em face de tais questões. Isso trouxe, no entanto, desafios adicionais para a organização e sistematização das manifestações, razão pela qual apresentamos, em linhas gerais, a metodologia e o fluxo de trabalho que orientaram esse processo de consulta pública.

Ao término das participações nas audiências, uma primeira análise dos registros (problemas e propostas) foi realizada pelos técnicos da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (CPO) da Sefazplan, com o objetivo de identificar quais conteúdos não se aplicavam à atuação do governo estadual ou mesmo ao contexto do Plano Plurianual. Como resultado, um pequeno número de participações não foi considerado para a elaboração dos programas do PPA. As demais manifestações públicas organizadas e sistematizadas foram encaminhadas às secretarias para subsidiar a definição dos problemas – ponto inicial para a elaboração dos programas do PPA 2020-2023 – e a discussão de possíveis formas de solução ou mitigação das dificuldades identificadas. Tal sistematização envolveu o desmembramento de manifestações que continham múltiplas propostas, o agrupamento de manifestações com propostas idênticas e alguns ajustes de redação, para facilitar a compreensão das ideias colocadas, sem modificar os significados.

Nas secretarias, o conteúdo dessas manifestações foi analisado e avaliado quanto às possibilidades de incorporação total, parcial ou mesmo de

³ As Audiências Temáticas do PPA 2020-2023 foram realizadas na Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores (Efap), na Rua João Ramalho, 1.546, Perdizes, São Paulo-SP.

não incorporação na elaboração dos programas do órgão. Esses programas, posteriormente, foram consolidados no presente Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023.

Os participantes autores das propostas não aceitas no processo de elaboração do PPA 2020-2023 ou não incluídas no projeto de Lei do PPA foram informados por *e-mail*, com a justificativa dessas negativas. Os cidadãos que participaram individual ou coletivamente, com proposta presente no projeto de lei, receberam comunicado sobre o programa no qual sua sugestão foi incluída, para que possam acompanhá-la durante a execução do Plano Plurianual.

Resultados

Nas audiências públicas virtual e temática para o PPA 2020-2023 foram recebidas 284 manifestações, entre participações individuais e coletivas⁴. Os cinco encontros temáticos geraram 32 manifestações e 252 vieram da audiência virtual. As audiências regionais, por sua vez, somaram mais 1.631 manifestações, totalizando-se assim 1.915 manifestações neste processo de consulta pública. Desse conjunto, 461 manifestações foram triadas e separadas do processo de elaboração do PPA, por não terem aderência ao objeto da consulta pública. As demais 1.454 manifestações foram sistematizadas, geran-

do 994 propostas para análise dos órgãos setoriais. Ao final dessa etapa, 190 propostas foram rejeitas, 776 sugestões sistematizadas foram incorporadas integralmente e 28 sugestões foram inseridas parcialmente na proposta de programas orçamentários das secretarias estaduais (804 no total).

Na audiência virtual, a participação individual totalizou 188 manifestações (78% do total). A participação coletiva teve maior representação na categoria Associação/Coletivo (28), seguida de Instituições de ensino ou pesquisa, com 10 manifestações. De forma menos significativa, destacaram-se as categorias Organização não governamental (2), Conselho de política pública municipal (3) e Partido político (2).

O número de participantes (pessoas e/ou grupos) nas audiências públicas foi assim distribuído: 171 nas audiências virtuais (somados indivíduos e coletivos), 98 nas temáticas e 985 nas audiências regionais, o que totaliza 1.254 participantes envolvidos.

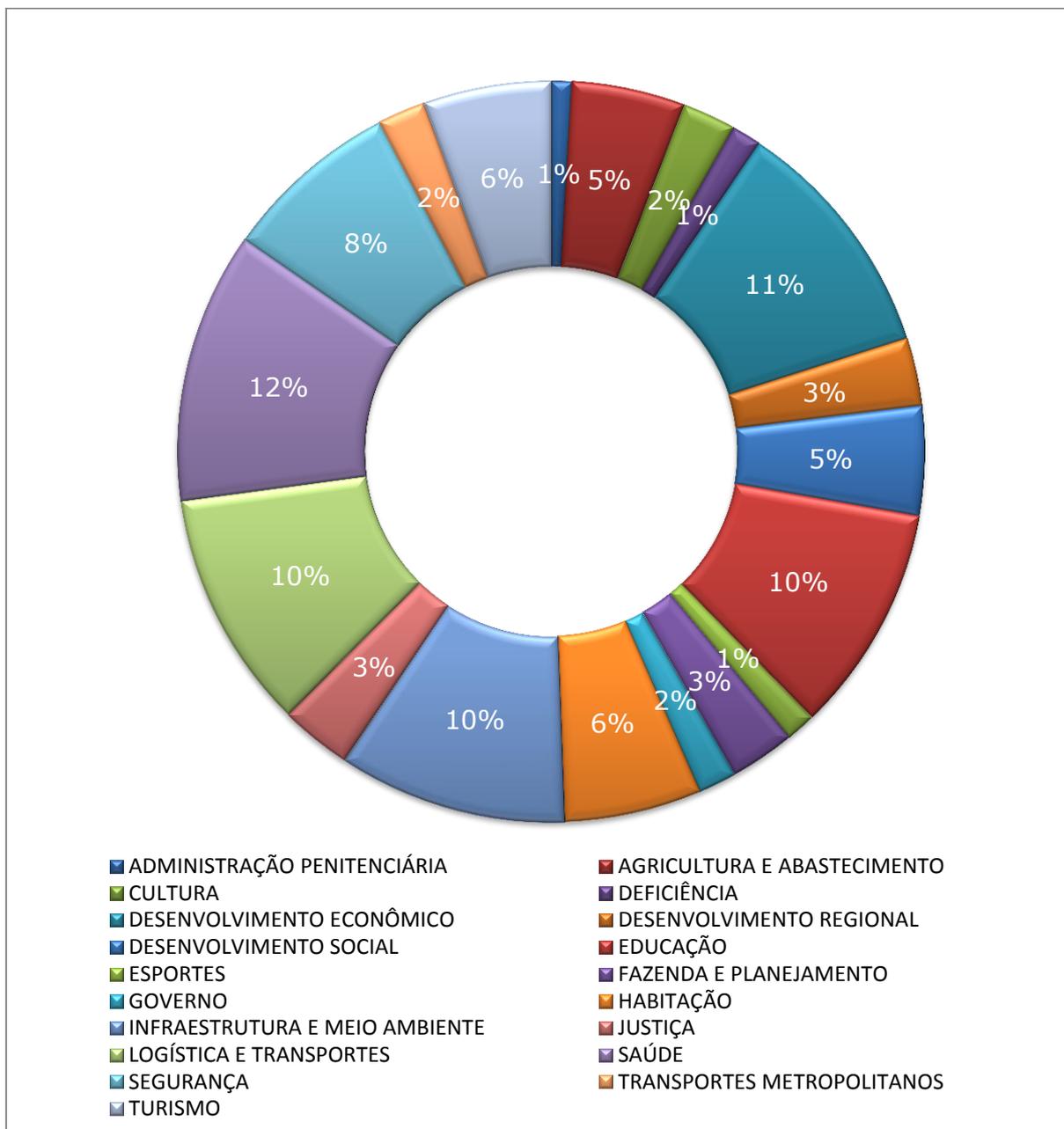
Entre os problemas apresentados, do total de manifestações, os temas que mais se destacaram em todas as audiências estão associados às áreas de saúde, desenvolvimento econômico e trabalho e logística e transportes (**Gráfico 1**). Nas audiências virtuais, as áreas educação, infraestrutura e meio ambiente, e saúde tiveram maior presença. Nas audiências temáticas, os temas mais expressivos foram nas áreas infraestrutura e meio ambiente, segurança e, desenvolvimento econômico, enquanto nas regionais os

⁴ A participação coletiva foi representada pelas categorias: i) Associação/Coletivo, ii) Organização não governamental, iii) Conselho de política pública municipal, iv) Conselho de política pública estadual, v) Conselho de política pública federal, vi) Partido político, vii) Sindicato/conselho profissional, viii) Veículo de comunicação, ix) Instituição de ensino ou pesquisa, x) Outros.

assuntos de maior relevância relacionam-se a logística e transportes, de-

envolvimento econômico, e saúde.

Gráfico 1: Volume de manifestações por áreas de atuação governamental nas Audiências Públicas PPA 2020-2023 (em %)



Fonte: CPO/Sefazplan.

As Regiões Administrativas com maior número de manifestações nas audiências públicas foram Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Registro. As

secretarias com maior volume de propostas sistematizadas recebidas para análise foram Desenvolvimento Econômico (147), Saúde (136), Edu-

cação (124) e Logística e Transportes (98).

Já em relação às propostas incorporadas (parcial e integralmente), as secretarias com maior volume sugestões inclusas foram as de Desenvolvimento Econômico (109), Educação (108), Saúde (90), Infraestrutura e Meio Ambiente (81), Segurança Pública (63) e Logística e Transportes (60).

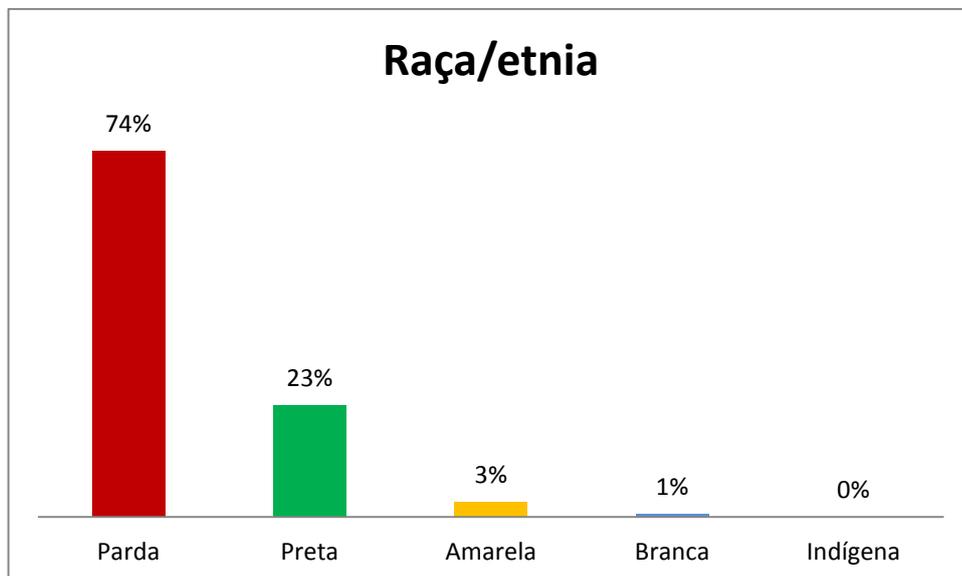
Para as audiências públicas virtuais, foi analisado o perfil dos participantes⁵ segundo a raça/etnia, o gênero, a faixa etária e a escolaridade. Verificou-se maior participação de pessoas pardas (74%), do gênero feminino (56%), com idade entre 30 e 49

anos (38%), com ensino superior completo (26%) ou pós-graduação (25%). Vale mencionar a inexistência de pessoas declaradas indígenas no processo e a presença significativa de jovens com idade entre 15 e 29 anos, representando 35% do total (valor superior à participação dos cidadãos com idade na faixa de 50 a 69 anos, 26%).

Abaixo, os gráficos sobre o perfil dos participantes por categoria analisada.

⁵ No formulário eletrônico, não era obrigatório o preenchimento dos campos relacionados ao perfil dos participantes, razão pela qual algumas informações dos participantes permanecem ignoradas. Nas audiências temáticas, por se tratar de participação por meio de grupo de discussão, não foram coletados dados individuais sobre o perfil desses participantes. Nas audiências regionais, o rol de informações de perfil foi reduzido e também não foi obrigatório o seu preenchimento, motivo pelo qual não são apresentados dados específicos desses encontros.

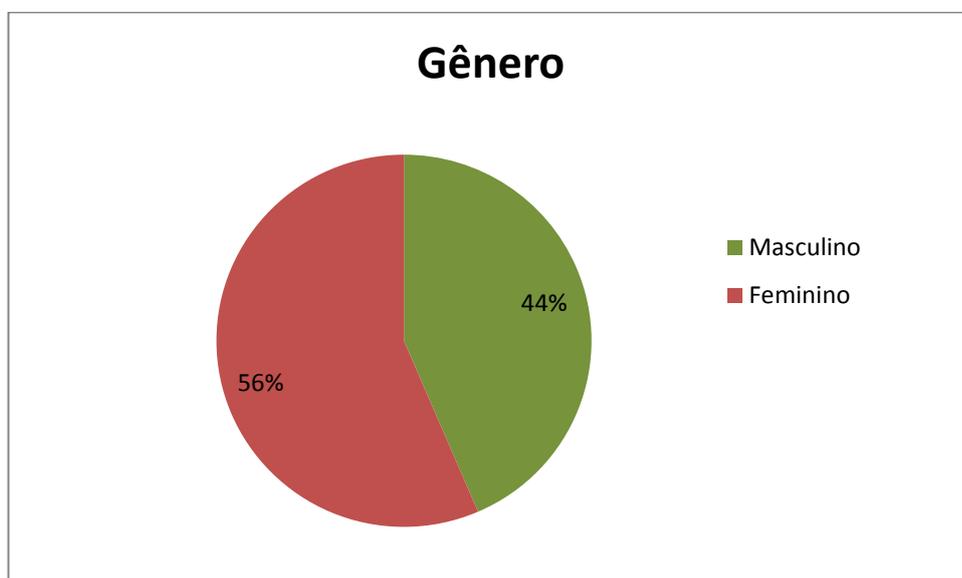
GRÁFICO 2: Raça e etnia – Audiência Virtual PPA 2020-2023



Nota: Total de 211 participantes, com 168 casos informados e 43 não informados.

Fonte: CPO/SEFAZPLAN.

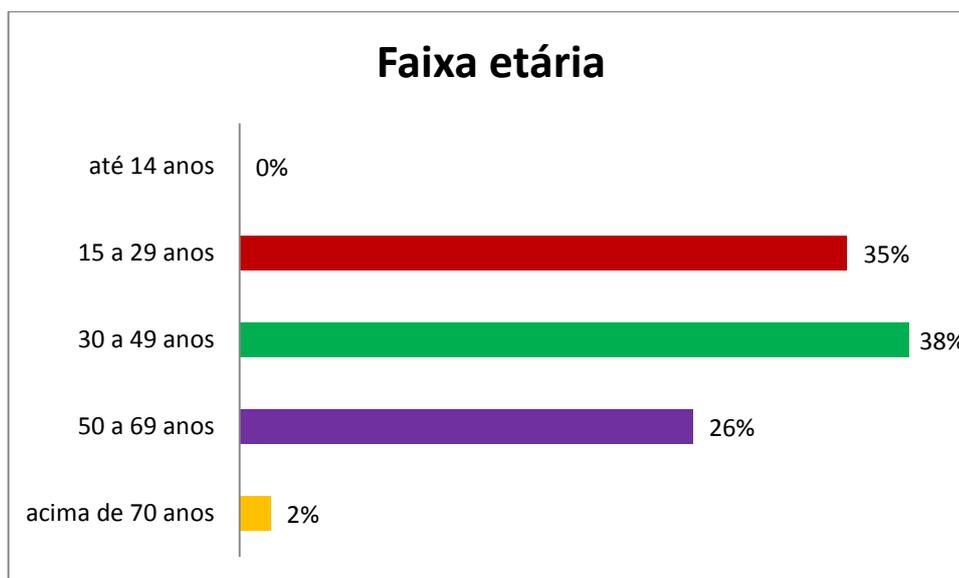
GRÁFICO 3: Gênero – Audiência Virtual PPA 2020-2023



Nota: Total de 211 participantes, com 170 casos informados e 41 não informados.

Fonte: CPO/Sefazplan.

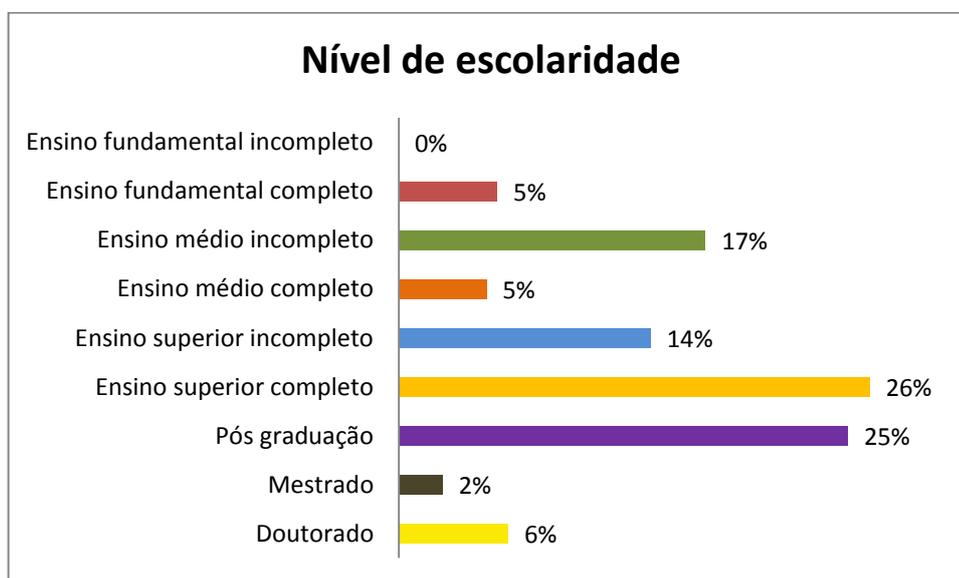
GRÁFICO 4: Faixa Etária – Audiência Virtual PPA 2020-2023



Nota: Total de 211 participantes, com 171 casos informados e 40 não informados.

Fonte: CPO/Sefazplan.

GRÁFICO 5: Escolaridade – Audiência Virtual PPA 2020-2023



Nota: Total de 211 participantes, com 166 casos informados e 45 não informados.

Fonte: CPO/Sefazplan.

Tendências demográficas

A desaceleração do ritmo de crescimento populacional e a alteração do padrão etário da população, como reflexo do processo de transição demográfica, caracterizam as principais forças tendenciais que continuam determinando a trajetória demográfica de São Paulo. Essas mudanças representam desafios e oportunidades, e este PPA não se furta ao dever de incorporá-los como condicionantes do processo de planejamento e estruturação dos programas e ações governamentais.

As projeções populacionais da Fundação Seade evidenciam menor crescimento

populacional para os próximos anos (Tabela 1), sendo esperado um gradativo aumento do contingente populacional que se esgotará em meados do século 21. Em 2020, as projeções apontam que 44,6 milhões de pessoas residirão no Estado de São Paulo. Já para 2050 espera-se um contingente populacional de 47,2 milhões de residentes, patamar inferior àquele projetado para 2040 (47,6 milhões). Por sua vez, a taxa anual de crescimento populacional projetada para o período 2020-2030 será de 0,48%, mantendo trajetória declinante até alcançar -0,09% no período 2040-2050.

**TABELA 1: População residente total e taxa anual de crescimento
Estado de São Paulo – 1980-2050**

Anos	População total	Taxa anual de crescimento (%)
1980	24.953.238	
1990	30.783.108	2,12
2000	36.974.378	1,85
2010	41.223.683	1,09
2020	44.639.898	0,80
2030	46.825.449	0,48
2040	47.629.260	0,17
2050	47.203.417	-0,09

Fonte: Fundação Seade; IBGE.

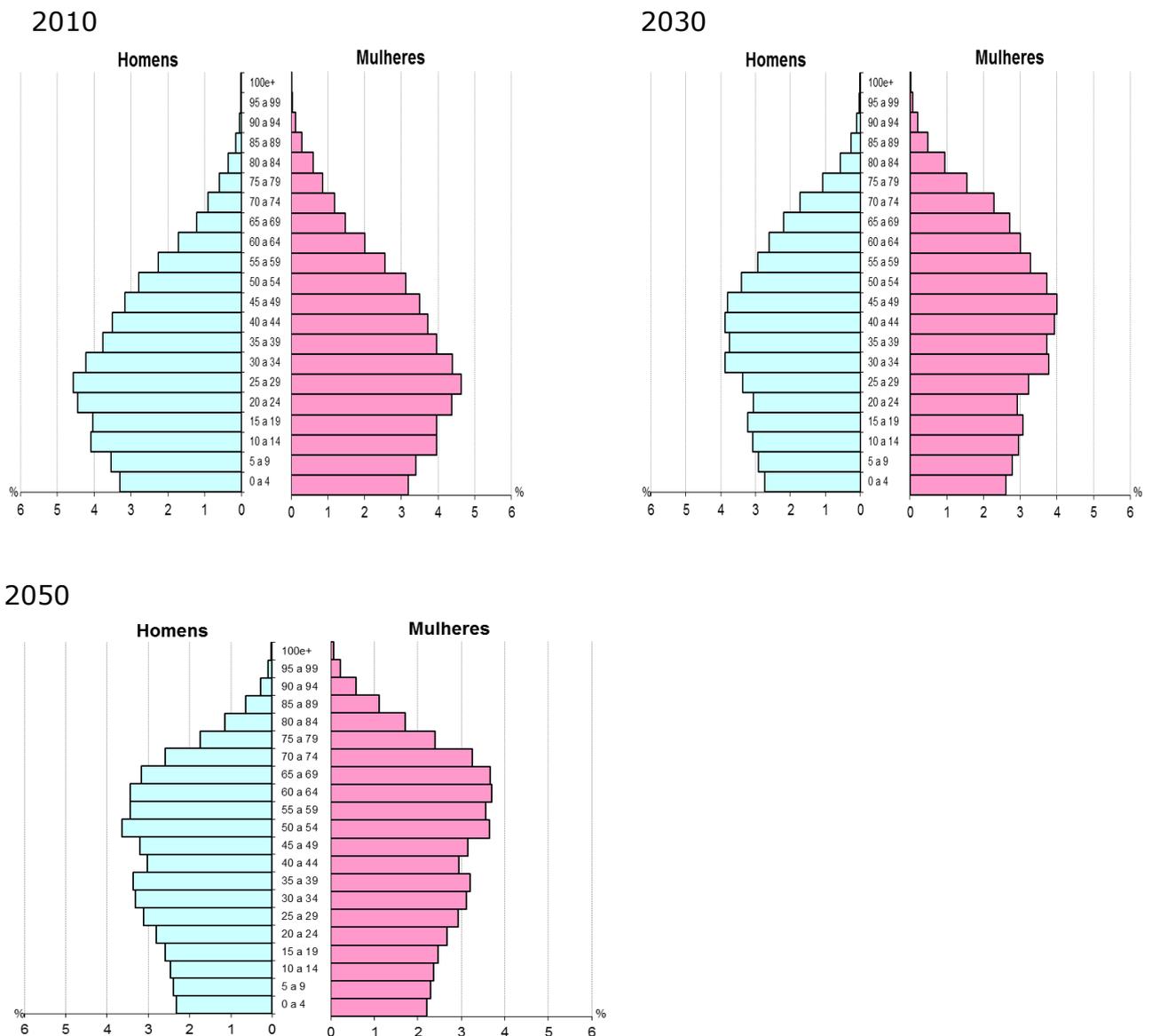
A menor intensidade de crescimento demográfico vem acompanhada de alterações importantes no perfil da população residente, que se torna marcadamente adulta e amadureci-

da, com idade média aumentando de 33,5 anos, em 2010, para 44,1 anos, em 2050. A distribuição etária se transforma rapidamente, perdendo a forma piramidal que apresentava no

passado, com o contingente populacional mais jovem diminuindo progressivamente sua representatividade, e o contingente mais maduro e idoso ampliando sua participação devido ao contínuo processo de envelhecimento (**Gráfico 6**). A população infantil (menor do que 15 anos) deve manter sua trajetória de declínio absoluto e relativo nas próximas

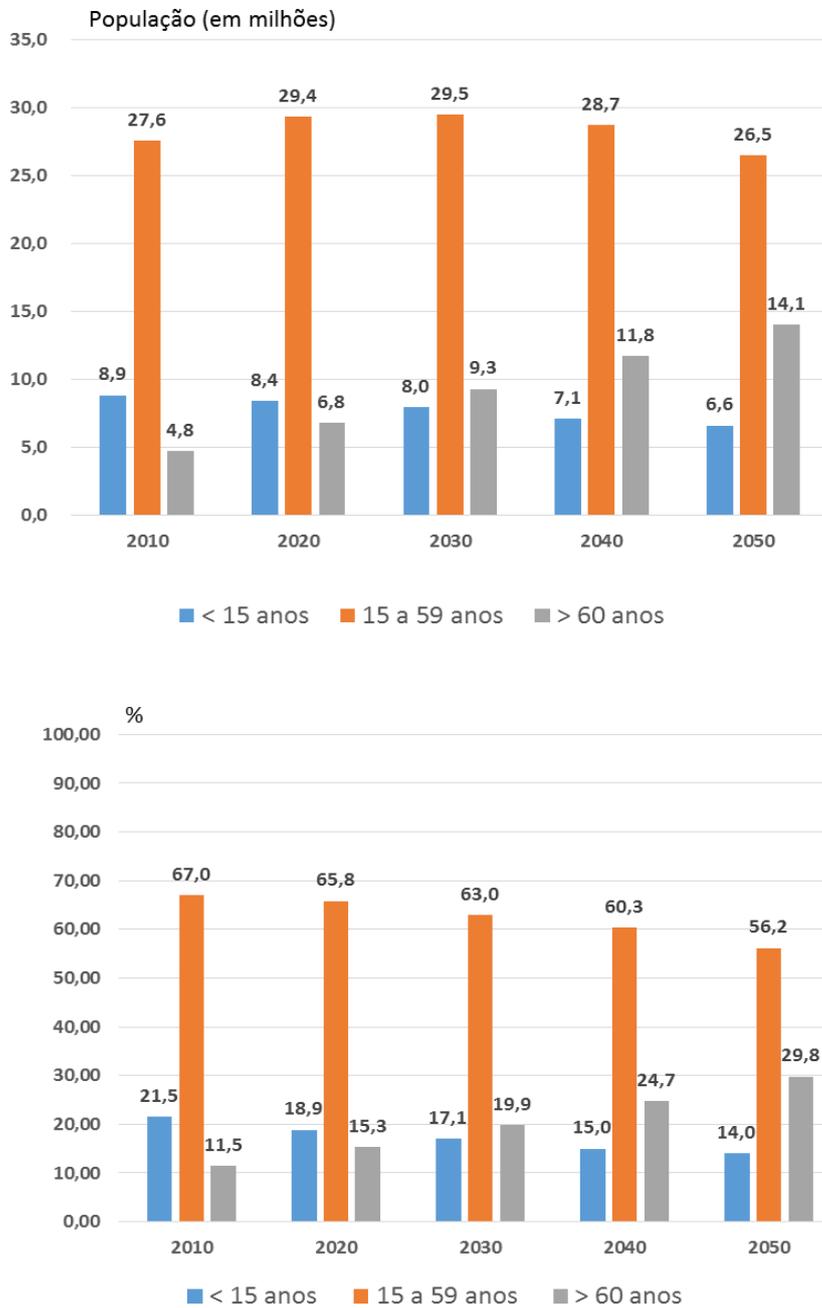
décadas, enquanto as trajetórias absoluta e relativa para a população idosa evoluem no sentido inverso e também com velocidade mais intensificada (**Gráfico 7**). Projeta-se um aumento no número de idosos de 6,8 milhões em 2020, para 9,3 milhões em 2030, e para 14,1 milhões em 2050.

GRÁFICO 6: Pirâmides etárias da população residente, por sexo Estado de São Paulo – 2010-2050



Fonte: Fundação Seade.

**GRÁFICO 7: Distribuição absoluta e relativa da população, por grandes grupos etários
Estado de São Paulo – 2010-2050**



Fonte: Fundação Seade.

As demandas por políticas públicas de uma sociedade que envelhece rapidamente são bastante distintas das atuais. O progressivo aumento do segmento populacional idoso exige

programas e políticas públicas setoriais voltadas a atender às necessidades específicas dessa faixa etária e a garantir a equidade entre as gerações. Portanto, haverá forte deman-

da de prestação de serviços ao idoso, acompanhada de menor pressão para as necessidades relacionadas à infância e à adolescência, mudando a orientação das políticas de saúde, educação, habitação e seguridade social.

A diminuição da população infantil implica oportunidades para melhorar as condições de financiamento da educação, favorecendo avanços em direção à universalização do atendimento escolar infantil e fundamental, como também a qualidade do ensino. De um lado, considerando os critérios de repasse de recursos do Fundeb, que considera o número de matrículas na rede pública, seria esperado um aumento do montante de recursos por aluno em um contexto de estabilidade econômica e crescimento real da arrecadação. De outro lado, podem-se incrementar ações de melhoria da qualidade do sistema de ensino e investir no desenvolvimento da primeira infância, elevando assim os padrões de cobertura e os níveis de aprendizagem e acumulação de capital humano.

Dessa perspectiva, as ações governamentais, combinadas com as oportunidades decorrentes da transição demográfica, ampliam as chances de se alcançar o quarto objetivo dos ODS – assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Considerando ainda que a garantia de equidade e qualidade da educação para todas as camadas da sociedade é condição fundamental para o desenvolvimento humano e inclusão

social, as ações governamentais no campo das políticas educacionais também contribuem para alcançar o primeiro objetivo dos ODS – acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O envelhecimento populacional implicará crescentes demandas e pressões sobre o sistema de saúde pública, com possíveis impactos também sobre a produtividade da força de trabalho em idade ativa e ocupada nas faixas etárias mais avançadas. No campo da saúde, a perspectiva é o aumento sistemático da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis associadas com a evolução etária, destacando-se: doenças cardiovasculares, cânceres, doenças respiratórias crônicas e diabetes melítus. De um lado, as políticas de saúde de caráter preventivo deverão ser intensificadas para os grupos populacionais ainda em idade ativa, tanto diretamente na área da saúde (diagnósticos e monitoramento dos fatores causais das doenças), como também com respeito às políticas educacionais e de esporte, ampliando o desenvolvimento da consciência para o cuidado com alimentação e necessidade de prática de exercícios. De outro lado, requer-se ainda contínua ampliação das políticas voltadas a melhorar as condições de atendimento e tratamento de doenças crônicas que acometem principalmente o estrato populacional idoso.

A perspectiva de intensificação do processo de envelhecimento populacional representa grande desafio para a consecução do terceiro objetivo dos ODS – assegurar uma vida sau-

dável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Entre 2020 e 2030, espera-se um aumento de 2,5 milhões no número de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Os programas e ações previstos neste PPA estão sintonizados com essa perspectiva nas diversas áreas de atuação governamental. Além das políticas públicas orientadas para a saúde pública, considerando que se tem ampliado o número de idosos que moram sozinhos, também são previstas ações voltadas para o atendimento de necessidades de saúde mental e de assistência social.

O mercado de trabalho é outro campo que deve absorver os efeitos decorrentes da transição demográfica. Dada a amplitude dos grupos etários que compõem a população economicamente ativa, as transformações no mercado de trabalho tendem a evoluir de forma mais gradativa quando comparadas às mudanças esperadas para os estratos extremos da pirâmide etária (população infantil e idosa). Entretanto, a janela de oportunidades associada ao bônus demográfico está-se fechando, tanto em São Paulo como no Brasil, e não foi acompanhada de um crescimento da produtividade econômica e melhoria das condições de vida, tal como ocorreu no período de transição demográfica experimentado pelas economias desenvolvidas e por alguns países asiáticos. Desse prisma, a ausência de avanços efetivos na agenda de reformas estruturais nas últimas duas décadas, combinada com o mais recente e persistente quadro de instabilidade econômica e política, comprometeu o aproveitamento das

oportunidades resultantes do bônus demográfico.

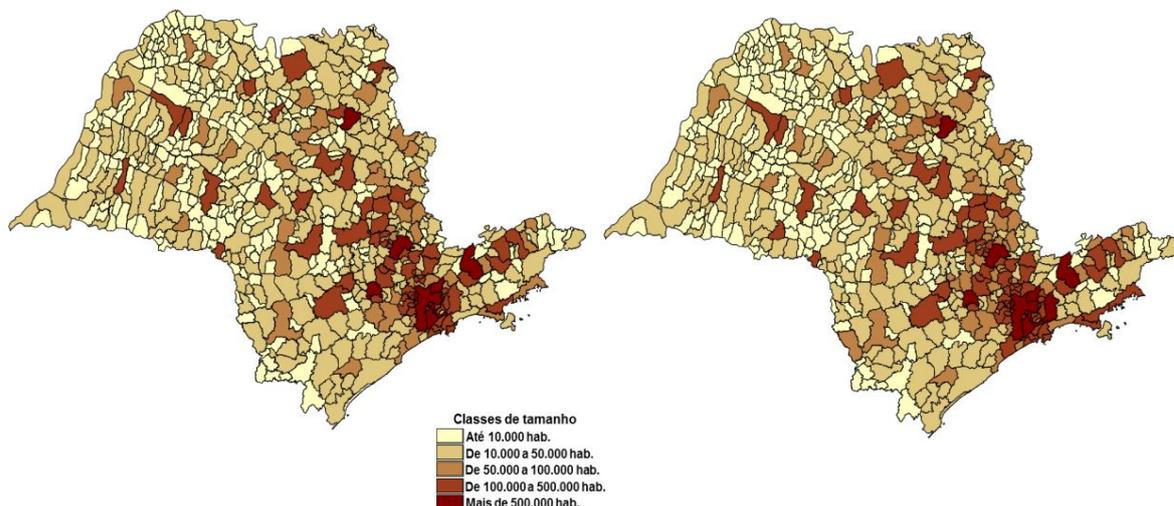
Nessas circunstâncias, fomentar o incremento da produtividade do trabalho é o caminho que se vislumbra para contrabalançar os efeitos da mudança demográfica no sistema produtivo paulista. Assim, as políticas estaduais de formação e qualificação profissional, bem como de apoio e estímulo à inovação e tecnologia, devem continuar assumindo um papel cada vez mais relevante nos programas governamentais voltados ao desenvolvimento econômico.

No tocante à sua distribuição geográfica, as tendências demográficas apontam para a consolidação dos padrões atualmente vigentes nas próximas décadas (Mapa 1). O município de São Paulo extrapola em muito o tamanho populacional de todos os demais municípios do Estado. Em 2010, a capital contava com 11,2 milhões de habitantes e, em 2050, a previsão é de que sua população atinja 12,2 milhões, representando 25,9% da população estadual. Os demais municípios maiores (com mais de 500 mil habitantes) concentravam 21% do total populacional, em 2010, sendo metade deles (Guarulhos, Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo) pertencente à RM de São Paulo. Em 2050, esse panorama quase não se alterará, com a concentração populacional nesses municípios elevando-se para 21,8% do total. Nesse ano, Campinas e Guarulhos, cada um com população superior a 1 milhão de habitantes, terão aproximadamente 7,8% da população paulista.

Essa dinâmica levará a maior adensamento populacional na Macrometrópole Paulista, pressionando as políticas públicas em diversas dimensões: planejamento e uso do solo, transporte e sistema viário regional, habitação, saneamento ambiental, meio ambiente e desenvolvimento econômico. O presente PPA

incorpora múltiplos programas e ações, articulados com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de São Paulo, visando a responder adequadamente aos desafios e oportunidades ligados ao processo de concentração e adensamento populacional em curso na Macrometrópole Paulista.

MAPA 1 **Municípios por classes de tamanho de população** **Estado de São Paulo – 2010-2050**



Fonte: Fundação Seade.

Tendências econômicas

O período deste PPA – 2020-2023 – deverá ser marcado, no cenário mundial, por um ritmo de crescimento moderado, configurado por certa desaceleração na expansão econômica das economias avançadas e dos países emergentes e em desenvolvimento (**Tabela 2**). As projeções do Fundo Monetário Internacional indicam que o crescimento mundial será

de aproximadamente 3,6% a.a. entre 2020 e 2023, mantendo-se inalterado em relação ao período 2011-2019. Contudo, para o mesmo período, espera-se um crescimento de 1,6% a.a. para as economias avançadas e 4,8% a.a. para os países emergentes e em desenvolvimento, abaixo do ritmo de crescimento observado no período 2011-2019.

**TABELA 2: Perspectivas de crescimento para a economia mundial
(em %)**

Região	2001-2010	2011-2019	2020-2023
Mundo	3,9	3,6	3,6
Economias avançadas	1,7	1,9	1,6
Área do Euro	1,2	1,3	1,5
Mercados emergentes e economias em desenvolvimento	6,2	4,9	4,8
América Latina e Caribe	3,2	1,7	2,7
Brasil	3,7	0,6	2,5

Fonte: Fundo Monetário Internacional/*World Economic Outlook 2019* e Bacen/Focus.

Notas: Projeções para 2019 e período 2020-2023.

Diversos fatores contribuem para a configuração desse cenário econômico. A nova política comercial dos EUA, orientada para o fortalecimento interno da economia americana mediante revisão de acordos comerciais, tem ampliado as tensões e incertezas sobre outras economias, sobretudo na América do Norte (Canadá e México) e na Ásia (China e Coreia do Sul). Na área do euro, as expectativas de consumo e de negócios estão em queda devido a uma confluência de fatores: incertezas associadas ao Brexit, novas regulamentações sobre as emissões de veículos a diesel na Alemanha, instabilidades sociais na França e deterioração das condições fiscais e de investimento na Itália. Na Ásia, a economia japonesa tem sofrido os efeitos de desastres naturais, e as regulamentações financeiras em curso na China, embora necessárias para aumentar a segurança do sistema de crédito e endividamento, têm contribuído para uma redução do consumo de bens duráveis e dos investimentos em infraestrutura.

Na América Latina e Caribe, projeta-se crescimento de 2,7% a.a. no período 2020-2023, o que representa expressiva recuperação em relação ao baixo ritmo de crescimento ocorrido no período 2011-2019 (1,7% a.a.). A forte desaceleração do crescimento dos países latino-americanos no período 2011-2019, principalmente na América do Sul, é reflexo da postergação de medidas efetivas de controle e sustentabilidade fiscal ante os impactos da crise financeira de 2009, do moroso avanço na agenda de reformas estruturais necessárias para lidar com distorções econômicas e distributivas, e do ambiente de instabilidade político-institucional em alguns países da região.

A crise financeira internacional interrompeu o ciclo acelerado de crescimento em curso das últimas décadas, levando à adoção de um conjunto de políticas de ajustamento nas economias mais desenvolvidas, que propiciou condições para a recuperação econômica e manutenção do

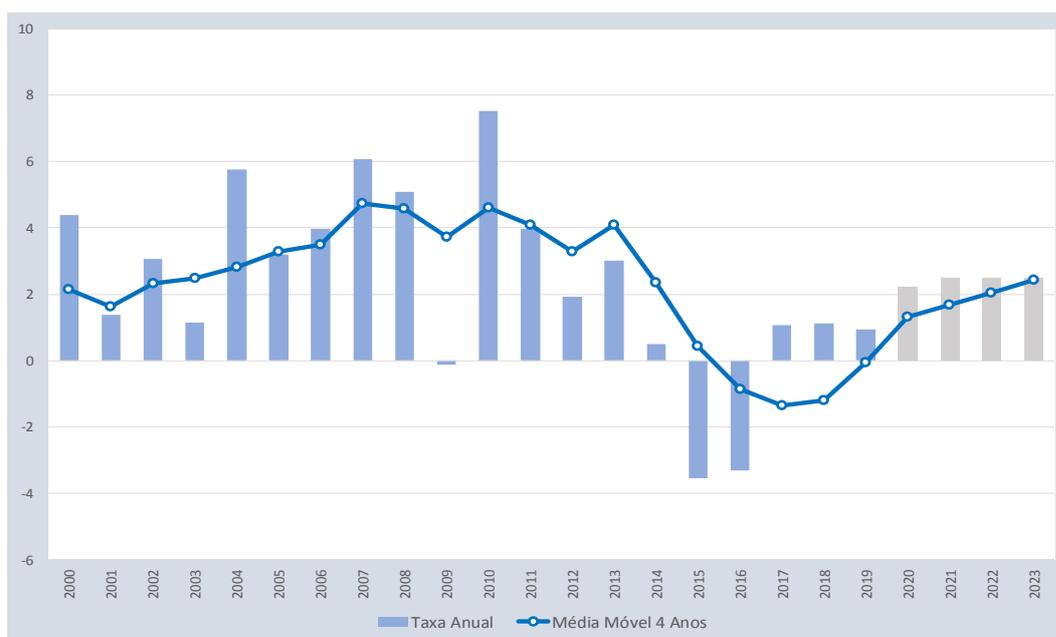
crescimento nessas economias. O ciclo de expansão, impulsionado pelo aumento da demanda por *commodities* agrícolas e energéticas, arrefeceu e impactou de forma mais acentuada as economias emergentes e em desenvolvimento.

No caso do Brasil, a deterioração das condições econômicas foi particularmente crítica. Embora seja projetado um crescimento econômico de aproximadamente 0,6% a.a. no período 2011-2019, o país enfrentou forte recessão em 2015 e 2016 (**Gráfico 8**). O quadro econômico caracterizava-se por inflação superior à meta, profunda recessão, taxa de desemprego em dois dígitos, elevado *déficit* primário e rebaixamento da nota de crédito pelas agências de risco.

A partir de 2016 tem-se uma mudança na condução da gestão macro-

econômica, que busca reverter os grandes desequilíbrios descritos anteriormente e, assim, promover um ambiente favorável à retomada do crescimento. Embora a gestão das políticas monetária e fiscal tenha sido reorientada para enfrentar o desordenamento fiscal e promover a estabilidade de preços, as dificuldades e incertezas políticas representaram restrições, limitando avançar de forma mais significativa no controle do *déficit* público. O processo de recuperação da economia brasileira tem evoluído de forma demasiadamente lenta, e as condições para sua retomada e sustentabilidade dependem de ações de fomento ao crescimento e do avanço efetivo na agenda de reformas que caminhem para a ampliação dos investimentos, da renda e de empregos.

GRÁFICO 8: Evolução e projeção de crescimento para o PIB nacional (%)



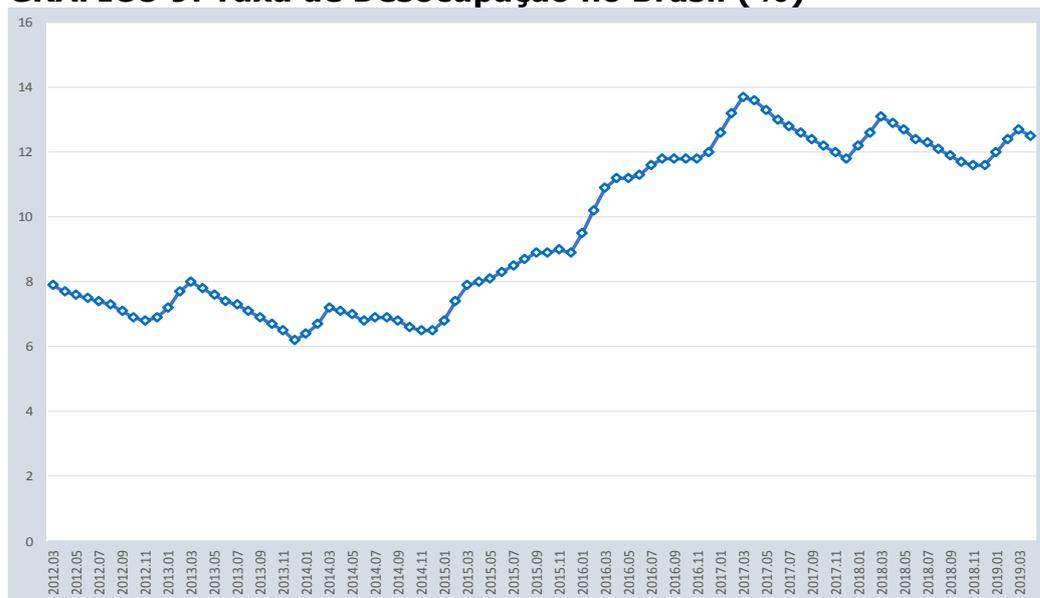
Fonte: IBGE e Bacen/Focus.

Nota: Mediana das projeções para o período 2020-2023.

A diminuição das distorções macroeconômicas e a promoção de mudanças estruturais que conferem maior equidade e justiça social são essenciais para que o país esteja mais bem preparado para retomar sua competitividade em um ambiente internacional no qual o crescimento mundial deve ser mais moderado, com recorrência de tensões econômicas e sociais nos países emergentes e menor demanda por *commodities*. As ações da nova gestão governamental federal demonstram convergência para esse caminho, contribuindo para o aumento da confiança dos agentes

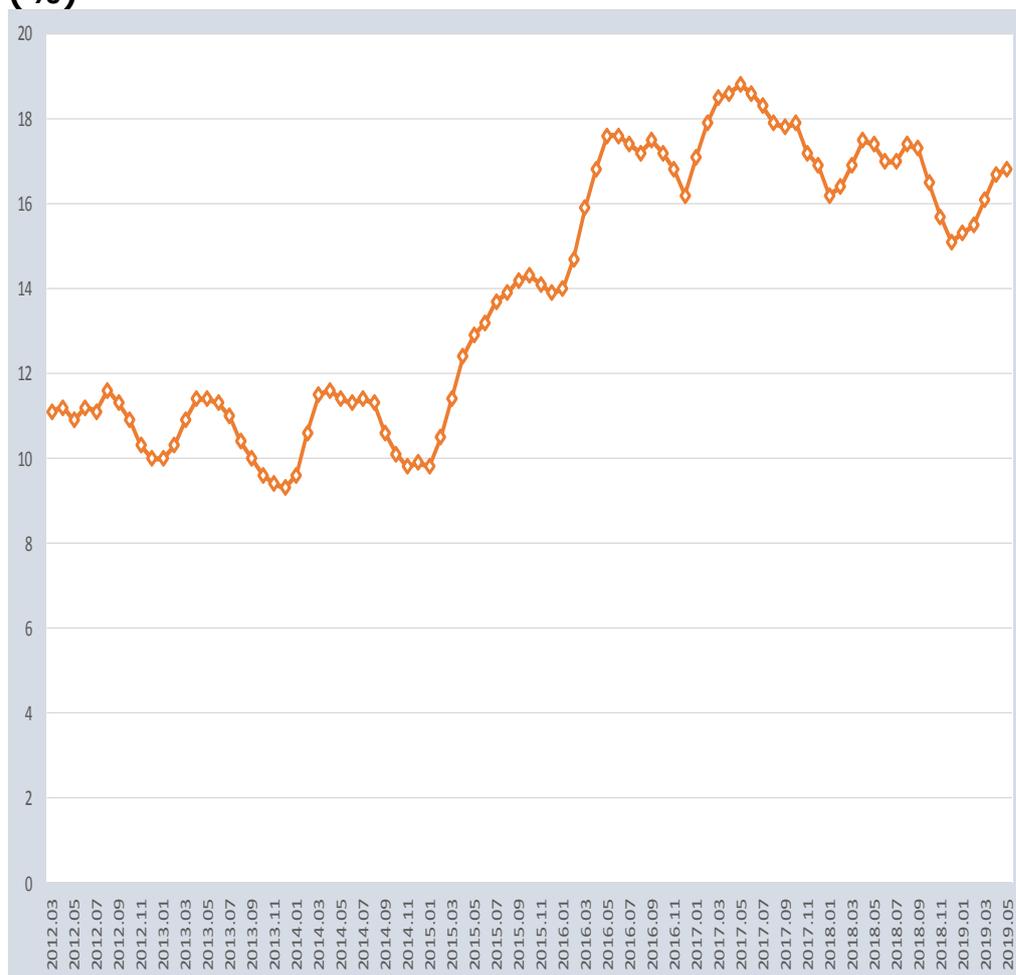
econômicos. Houve mudança no cenário econômico de curto prazo. A inflação está sob controle e a confiança do mercado financeiro aumentou, influenciando a queda da expectativa de taxa de câmbio e do risco-país. A taxa de desocupação, embora ainda elevada e situada na casa de dois dígitos, iniciou leve trajetória de queda a partir do primeiro trimestre de 2017 (**Gráfico 9**). Também se observa movimento de redução da taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (**Gráfico 10**).

GRÁFICO 9: Taxa de Desocupação no Brasil (%)



Fonte: IBGE.

GRÁFICO 10: Taxa de Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (%)



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Fundação SEADE.

A continuidade do processo de ajustamento, juntamente com o avanço nas reformas previdenciária e tributária, pode consolidar uma mudança no cenário de médio prazo, impulsionando um novo ciclo de recuperação e crescimento para a economia brasileira. O estado atual das expectativas projeta crescimento do produto nacional de aproximadamente 2,5% a.a. no período deste PPA (**Tabela 2**).

Os desequilíbrios macroeconômicos do cenário nacional repercutiram fortemente sobre o desempenho da economia paulista no período mais

recente. A retração do consumo de bens duráveis e dos investimentos levou a uma retração mais acentuada na dinâmica da economia paulista, principalmente na atividade industrial, em função do seu perfil de espacialização e integração produtiva no sistema econômico brasileiro (**Figura 5**).

Em São Paulo, no período 2014-2019, o produto agregado apresentou redução de -1,1% a.a., ao passo que o produto industrial arrefeceu 2,7% a.a. A retração da indústria de transformação e da construção civil

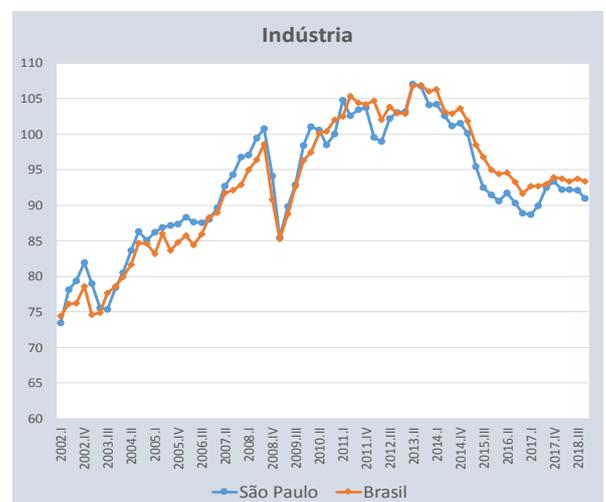
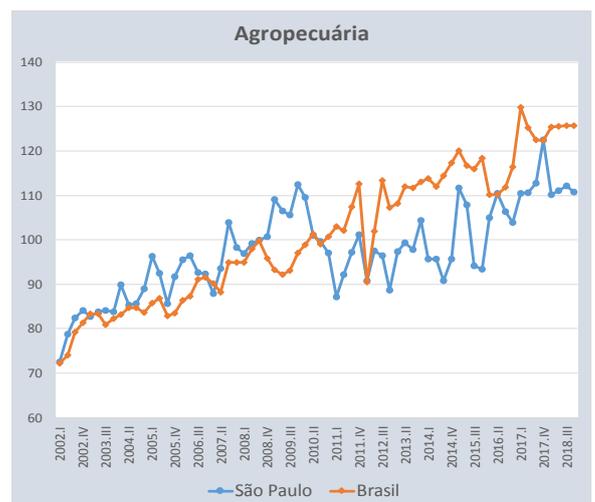
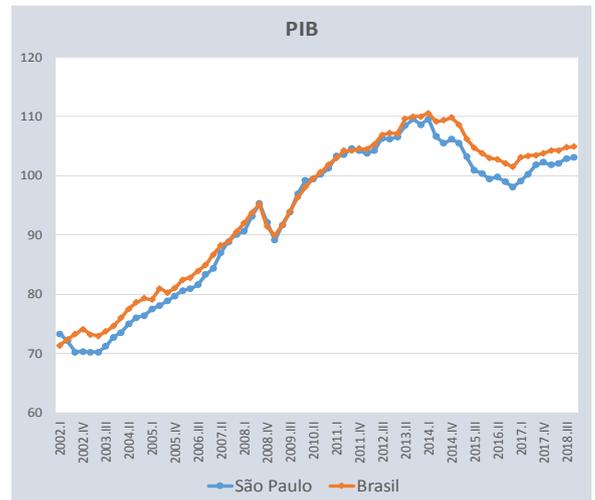
foram ainda mais significativas, atingindo -3,7% e -4,8% ao ano, respectivamente. No mesmo período, o setor de serviços retraiu -0,5% a.a., puxado principalmente pela queda da atividade comercial (-1,9%) e de transporte e armazenagem (-2,1%).

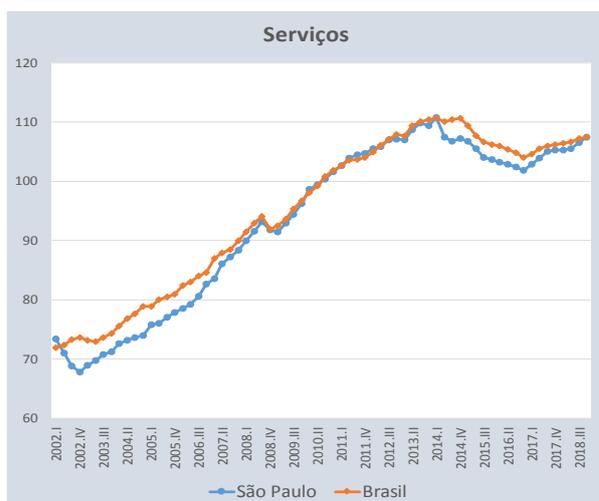
A crise econômica que se instaurou no Brasil e em São Paulo comprometeu a capacidade de se ampliar o financiamento das políticas públicas em todas as esferas governamentais. Contudo, a gestão financeira de São Paulo tem sido conduzida sob a bússola da disciplina fiscal e forte comprometimento com a eficiência da gestão pública. Essa política de responsabilidade permitiu que São Paulo enfrentasse o cenário econômico adverso sem gerar prejuízo na provisão dos serviços públicos para a população.

Conforme a evolução dos índices trimestrais do PIB e Valor Adicionado, calculados pela Fundação Seade, a atividade econômica de São Paulo apresenta sinais de recuperação a partir do primeiro trimestre de 2017 (**Figura 5**).

Embora a atividade industrial tenha-se recuperado mais fortemente ao longo de 2017, aproximando-se do patamar do índice nacional, observou-se um arrefecimento em 2018 devido às incertezas no cenário macroeconômico. A recuperação sustentada do crescimento da economia paulista está também condicionada ao destravamento das restrições políticas e econômicas do cenário nacional.

FIGURA 5: Índices Trimestrais do PIB e Valor Adicionado Setorial com Ajuste Sazonal: São Paulo e Brasil (Base Média de 2010 = 100)





Fonte: IBGE e Fundação Seade.

O crescimento projetado para o PIB paulista no período 2020-2023 é da ordem de 2,5% a.a. (**Tabela 3**), taxa similar àquela prevista para

economia brasileira. Trata-se de uma projeção prudente e realista, considerando o estado atual das expectativas econômicas. Entretanto, é válido destacar que São Paulo é a economia mais diversificada e competitiva do país, com a mão de obra mais qualificada e capacidade inovativa e tecnológica. Dessa forma, a economia paulista possui atributos para responder de forma acelerada, em um cenário em que os desequilíbrios macroeconômicos sejam adequadamente equacionados e as mudanças resultantes da agenda de reforma sejam efetivas no sentido de promover um novo ciclo de crescimento estável e sustentado para o país.

TABELA 3: Projeção dos indicadores macroeconômicos no período do PPA

Indicadores	2020	2021	2022	2023*
PIB Estadual Real	2,58	2,50	2,50	2,50
IPCA	4,00	3,75	3,75	3,75
IPCA (média anual)	4,06	4,06	4,06	4,06
Taxa de câmbio em 31/dez (R\$/US\$)	3,78	3,80	3,85	3,85
Taxa Over-Selic (fim do ano)	7,5	8,0	8,0	8,0

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020.

*Projeção com base na LDO 2020

As perspectivas econômicas de curto e médio prazo para o ciclo deste PPA não são as mesmas do PPA 2016-2019. A condução da gestão macroeconômica foi reorientada e demonstra comprometimento com a disciplina fiscal, ao buscar corrigir os desequilíbrios e distorções econômicas. A inflação encontra-se sob controle e o estado de expectativa apresenta uma

inflexão positiva. A trajetória recente da taxa de desocupação é declinante, mesmo em ritmo relativamente suave. Os desafios para a recuperação econômica e melhoria das condições sociais se fazem presentes, mas o governo estadual continuará atuando em prol do desenvolvimento de São Paulo e do Brasil. As ações e programas governamentais estruturadas

neste PPA permitem responder aos desafios presentes e fornecem as condições para o melhor aproveitamento do conjunto de oportunidades

que se apresentam no contexto do processo de recuperação do crescimento econômico nacional e de São Paulo.

5. Da Estratégia aos Programas do PPA 2020-2023

Objetivo Estratégico 1: Educação de qualidade, inclusiva e transformadora, buscando o desenvolvimento pleno

Oferecer uma educação pública de qualidade, melhorando o desempenho educacional e o desenvolvimento pleno e contínuo da capacidade de cada indivíduo. Ampliar a oferta de ensino profissionalizante, técnico e tecnológico, para fazer frente aos desafios do desenvolvimento social e econômico. Ampliar e difundir o acesso aos equipamentos culturais e às atividades esportivas, contribuindo para a formação e qualidade de vida de todos.

O desenvolvimento econômico e socioambiental só se efetiva mediante a oferta de uma educação de qualidade, num esforço colaborativo que envolve o Estado, a família e a sociedade, conforme preconiza o próprio artigo 205 da Constituição Federal. Em consonância com esse mesmo artigo, a qualidade refere-se ao desenvolvimento pleno das pessoas, preparando-as, não só para atender às novas demandas do século 21, mas para que possam ter uma vida plena, o que em última análise corresponde ao seu sucesso pessoal, social e profissional. Por isso, a educação ocupa lugar de destaque nas sociedades contemporâneas e nas políticas públicas de governos que têm compromisso com o futuro das pessoas.

Desenvolver plenamente as pessoas significa o desafio de oferecer uma educação integral, na qual as pessoas possam ter assegurado seu direito constitucional ao aprendizado pleno. O mercado de trabalho está passando por transformações profundas, carregadas pela automação dos processos e impactando a vida de milhões de pessoas. Isso exige pessoas preparadas para além dos aspectos cognitivos, mas que possuam habili-

dades desenvolvidas, como abertura ao novo, colaboração, pensamento crítico, criatividade, comunicação, entre outras que lhes permitam responder às atuais e futuras demandas deste novo mundo do trabalho 4.0.

Assegurar esse desenvolvimento pleno significa oferecer uma nova escola para as crianças e os jovens do Estado de São Paulo, com professores valorizados e bem formados, com gestores profissionais e preparados para trabalhar em prol de uma gestão por resultados, na perspectiva de alcançar as metas educativas das políticas públicas e da própria sociedade organizada. Jovens bem preparados mediante a oferta dessa educação integral, vão precisar ter assegurado pelas políticas governamentais, a continuidade dos seus estudos – que possam ir além de uma educação de base. Os esforços devem ir além do ensino médio, seja na oferta de uma educação profissional e tecnológica, seja no acesso ao ensino superior.

Por fim, e não menos importante, o país e o próprio Estado de São Paulo têm ainda dívidas educacionais do passado com a sua população, em

particular quanto à alfabetização das crianças. Não é mais admissível, em pleno século 21, que tantas crianças ao completar 7 anos de idade, ainda não estejam alfabetizadas.

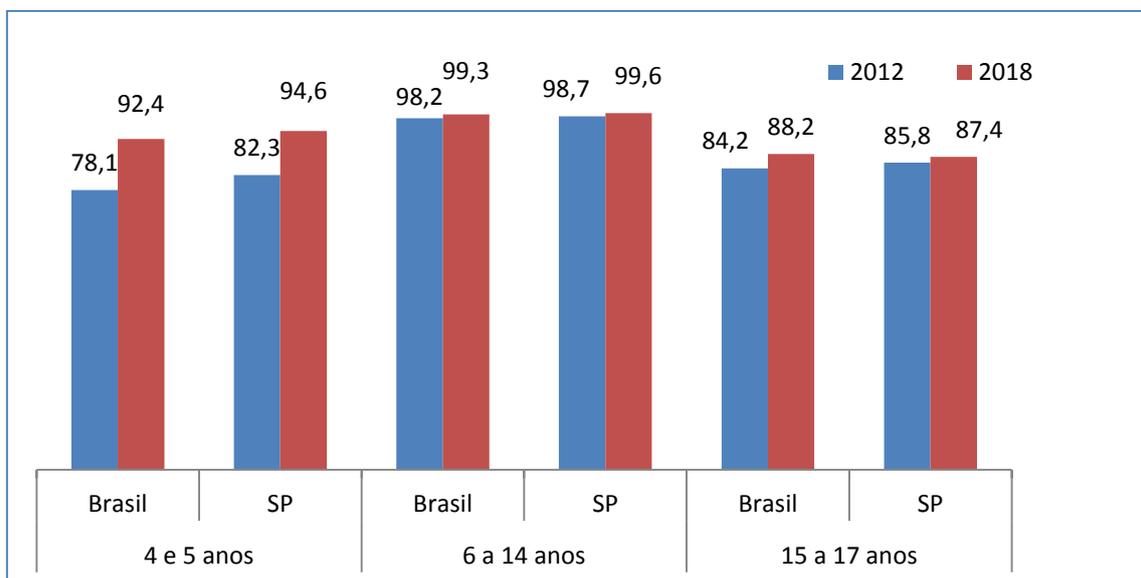
Este Objetivo Estratégico vincula-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4). Propõe a garantia de acesso e aprendizagem de qualidade para o conjunto da população, ao longo de todo o ciclo de vida escolar, da pré-escola ao ensino superior, passando pelo ensino profissionalizante, técnico e tecnológico. Postula também que seja dado especial destaque à garantia de iguais oportunidades aos meninos e às meninas, às pessoas mais vulneráveis e àquelas pertencentes aos diferentes estratos sociais, notadamente os mais pobres. Além desse ODS, há inúmeras pesquisas que indicam que uma educação voltada ao desenvolvimento pleno e contínuo da capacidade de cada indivíduo melhora os índices de saúde (ODS 3 – Saúde e Bem-Estar). Da mesma forma, crianças e adolescentes quando educados adequadamente, independentemente da sua origem social, ficam menos vulneráveis ao poder de atração do crime, em função de melhor desempenho nas diversas etapas de ensino e de melhores oportunidades que vão se abrindo no mercado de trabalho, o que interfere significativamente nos índices de segurança (ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes). É possível perceber também efeitos benéficos do Objetivo Estratégico 1 com relação ao ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ao ODS 10 (Redução das Desigualdades). Finalmente, ao atingir metas dos ODSs citados anteriormente contribui-se

para a estruturação de Comunidades Sustentáveis (ODS11) e também para o desenvolvimento econômico (ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico), na medida em que a educação é fundamental para aumentar a produtividade da força de trabalho.

O aumento sistemático das taxas de atendimento nos diversos níveis de ensino e a redução das desigualdades entre os estudantes mais ricos e mais pobres, quanto a esse quesito, evidenciam tendência da universalização do acesso à educação básica no Estado de São Paulo. Em 2018, 99,6% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estavam matriculados nas escolas no Estado e 99,3% no Brasil. No entanto, se o acesso à escola na faixa etária de 6 a 14 anos é praticamente universal, há o desafio que reside na oferta de vagas às crianças de 4 e 5 anos e aos adolescentes de 15 a 17 anos, cujas taxas de atendimento no Estado correspondem a 94,6% e 87,4%, respectivamente (**Gráfico 1**). Outro desafio bastante relevante, tanto em termos de quantidade como de qualidade, refere-se à oferta de vagas do Ensino Infantil de 0 a 3 anos. Essa etapa da educação tem impactos importantes para o desempenho das crianças nas demais fases do ensino, além de produzir efeitos em termos de reduzir a criminalidade⁶ e aumentar a renda familiar, em particular para famílias monoparentais.

⁶ Segundo diversos estudos internacionais, há correlação importante entre a atenção à educação infantil de boa qualidade e a redução da ocorrência de crimes efetuados por aquelas crianças no futuro.

Gráfico 1: Taxas de atendimento educacional da população de 4 a 17 anos, por faixas etárias Brasil e Estado de São Paulo – 2012-2018



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

Além do acesso, também melhorou a frequência à escola na idade considerada adequada (taxa de escolarização líquida), no período 2012 a 2017, em especial entre os estudantes mais pobres.

Ao se analisar o atendimento das crianças de 4 a 6 anos em estabelecimentos de ensino pré-escolar, segundo o rendimento das famílias, verifica-se que a taxa de escolarização líquida entre os 20% mais pobres saltou de 42,9% em 2012, para 74,1% em 2017, reduzindo a diferença entre os mais pobres e os mais ricos em pouco mais de 4 pontos percentuais (**Gráfico 2**).

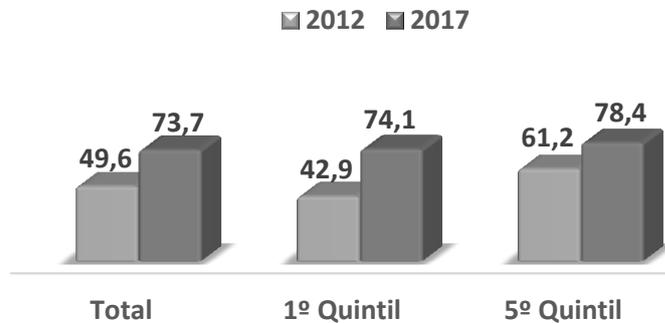
Entre os jovens de 15 a 17 anos também se registrou aumento na taxa de escolarização líquida do ensino médio, passando de 69,6% em

2012, para 72,6% em 2017, resultado dos esforços para reduzir tanto a evasão, quanto a defasagem escolar. A desigualdade no acesso ao ensino médio nessa faixa etária também declinou expressivamente, embora ainda haja muito que avançar. A taxa de escolarização líquida para os 20% mais pobres cresceu de 63,2% para 72,2%, entre 2012 e 2017, diminuindo de 16 para quase 11 pontos percentuais a diferença entre os mais ricos e os mais pobres, no período (**Gráfico 2**). No Brasil, a situação não apresentou melhora para esses jovens, permanecendo em torno de 27 pontos percentuais a diferença entre os 20% mais pobre e os 20% mais ricos, no período considerado.

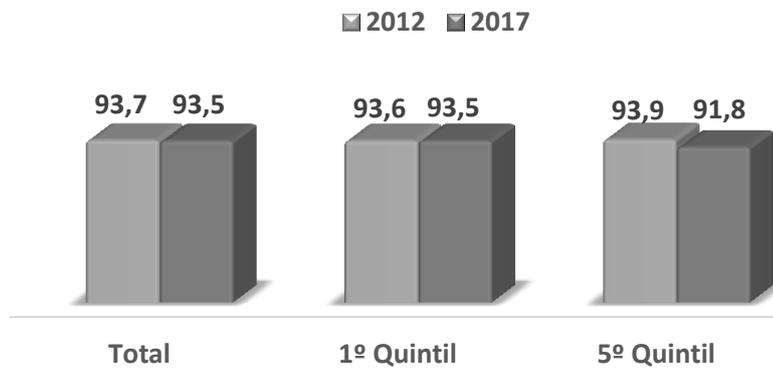
A taxa de escolarização líquida elevou-se entre as crianças de raça/cor negra (incluindo as pardas), no

Gráfico 2: Taxas de escolarização líquida da população de 4 a 17 anos, por quintis de renda domiciliar, segundo nível de ensino Estado de São Paulo – 2012-2017

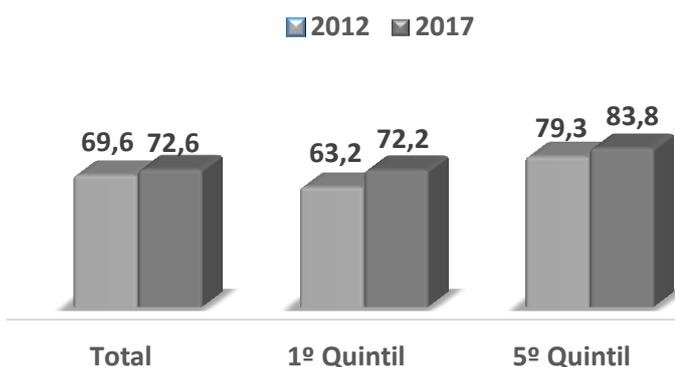
Educação Infantil



Ensino Fundamental



Ensino Médio



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

Nota: Considerada a condição de frequência ao ensino fundamental das pessoas de 6 a 14 anos, ensino fundamental de nove anos.

período 2012 a 2017, reduzindo a diferença em relação às não negras (branca ou amarela). Entre as crianças de 4 a 6 anos na pré-escola, verifica-se que a taxa de escolarização líquida daquelas declaradas negras passou de 44,5% em 2012, para 70,2% em 2017, reduzindo para menos de 1 ponto percentual a diferença com as de raça não negra (**Gráfico 3**).

Nesse período, para as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos no ensino fundamental houve pequena variação na taxa de escolarização líquida entre os de raça/cor negra, passando de 93,7% para 92,9%, enquanto entre os não negros a taxa ficou em torno de 94%. A diferença entre os de raça negra e não negra também se encontra no patamar de menos de 1 ponto percentual (**Gráfico 3**).

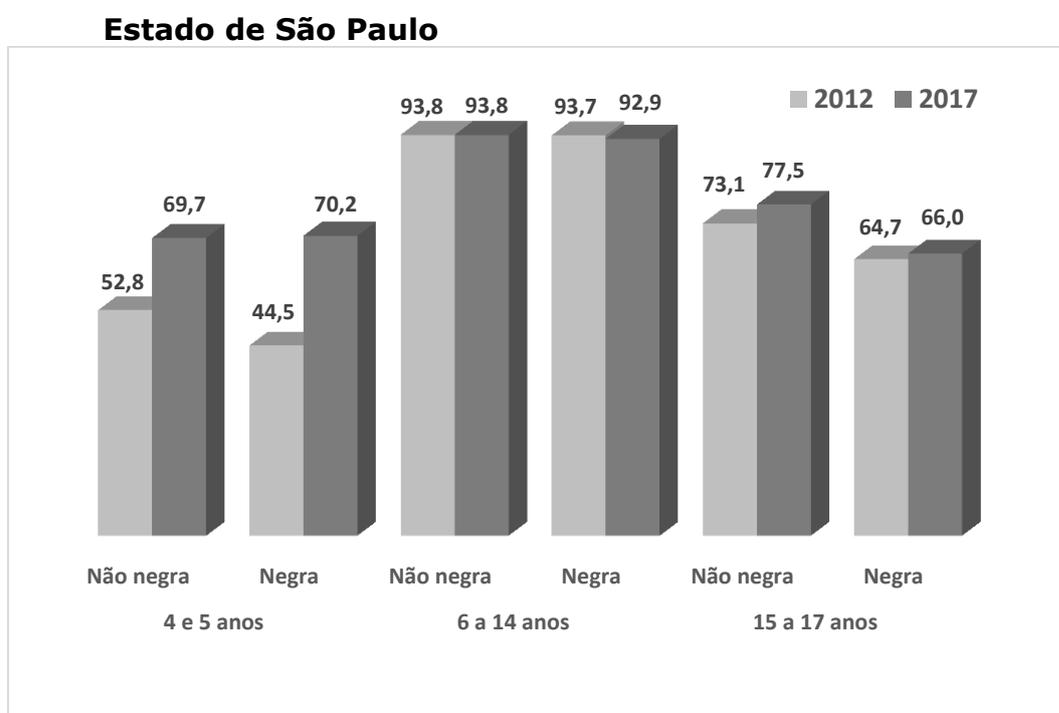
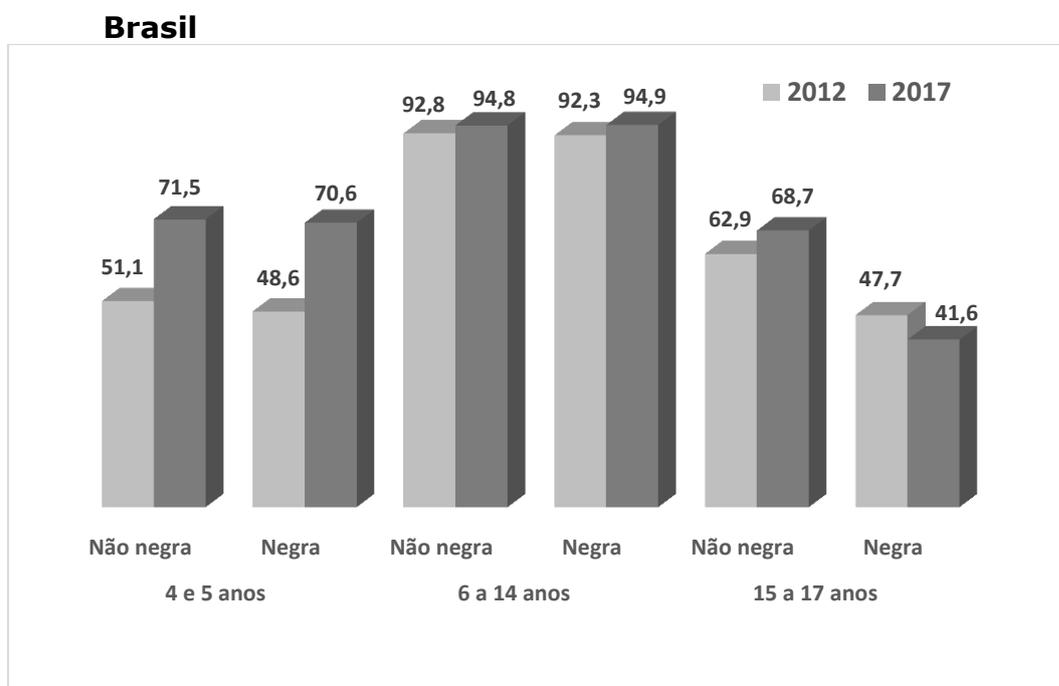
Entre os adolescentes de 15 a 17 anos no ensino médio, a taxa de escolarização líquida registrou aumento de aproximadamente 4 pontos percentuais para os de raça/cor não negra, ao passo que para os negros esse acréscimo foi de pouco mais de 1 ponto percentual. Em 2017, a diferença entre as taxas para adolescentes negros e não negros supera os 11 pontos percentuais. No Brasil essa diferença elevou-se de 15 para 27 pontos percentuais, entre 2012 e 2017 (**Gráfico 3**).

Quanto ao sexo, a frequência à escola na idade considerada adequada elevou-se em todos os níveis de ensino no Estado de São Paulo. Para as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola, verifica-se que a taxa de escolarização líquida das meninas ampliou-se de 49%, em 2012, para 75,8%, em 2017, com acréscimo de 27 pontos percentuais, e a dos meninos aumentou de 50,1% para 71,6%, no mesmo período (Gráfico 4).

Na faixa etária de 6 a 14 anos, houve pouca variação quanto à frequência escolar no período considerado, ficando em torno de 94%, e praticamente não houve diferença nas taxas de escolarização líquida, segundo o sexo (**Gráfico 4**).

Entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2012, as mulheres apresentaram frequência à escola (71,7%) superior à dos homens (65,6%). Em 2017, ambos os sexos alcançaram crescimento em suas taxas de escolarização, porém o ganho foi maior entre os homens, diminuindo para menos de um ponto percentual a diferença entre os sexos (Gráfico 4). O Brasil também registrou aumento maior entre os homens nessa taxa, no mesmo período, porém a diferença entre os sexos ainda persiste em 2017.

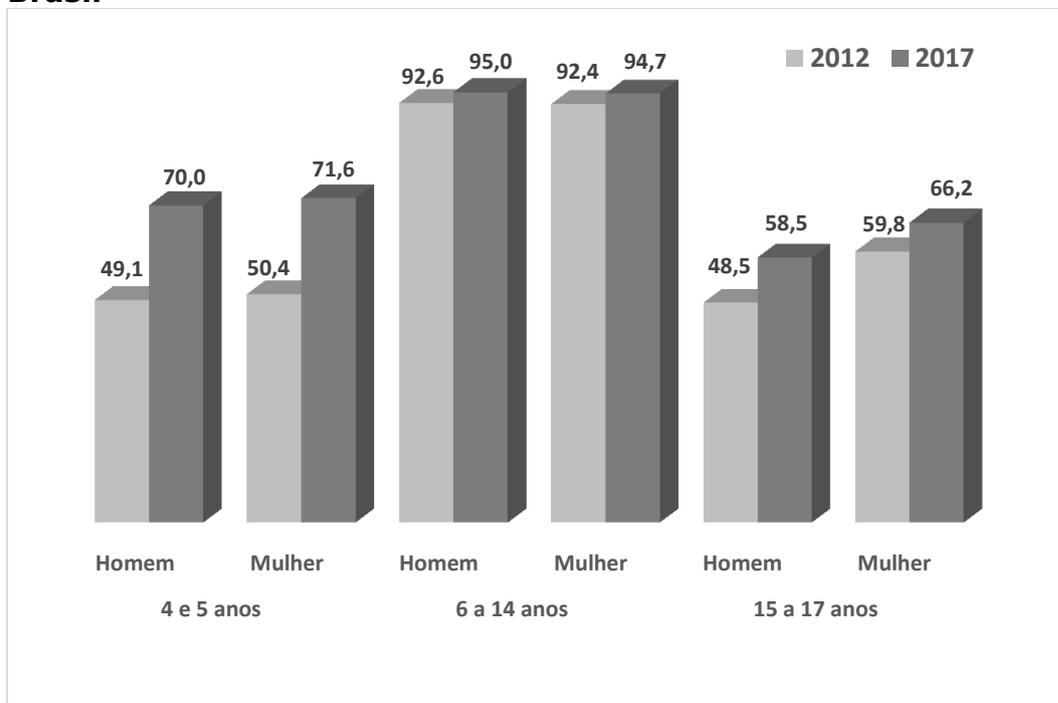
**Gráfico 3: Taxas de escolarização líquida da população de 4 a 17 anos, por raça/cor e faixas etárias
Brasil e Estado de São Paulo – 2012-2017**



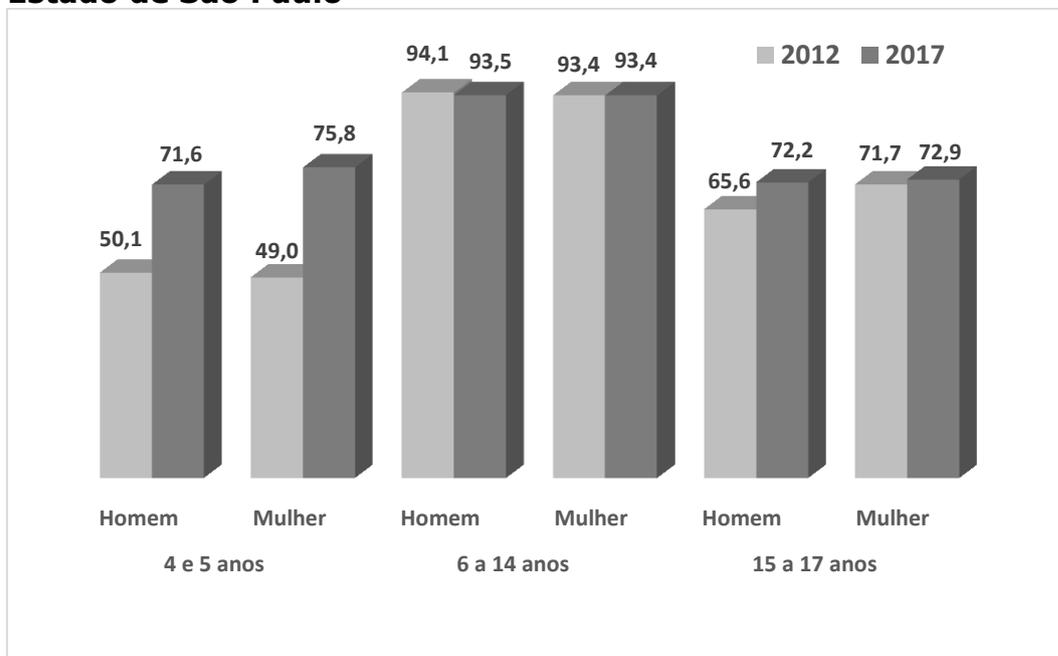
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

**Gráfico 4: Taxas de escolarização líquida da população de 4 a 17 anos, por sexo e faixas etárias
Brasil e Estado de São Paulo – 2012-2017**

Brasil



Estado de São Paulo



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

Já quanto ao Ensino Superior, também fundamental neste Objetivo Estratégico, temos que entre 2012 e 2018, o Estado de São Paulo elevou em mais de 5 pontos o percentual de pessoas com 25 anos e mais com ensino superior completo: de 16,2% para 21,7%, dos quais 44,8% são do sexo masculino e 55,2% do feminino. A desigualdade é bastante acentuada ainda, dado que apenas 10,0% dos pretos ou pardos com 25 anos ou mais têm ensino superior completo, contra 28,3% da população branca. No Brasil, o indicador de pessoas com 25 ou mais de idade com ensino superior completo aumentou em menor intensidade, passando de 12,0% para 16,5% nesse mesmo período.

Para o monitoramento deste Objetivo Estratégico no PPA 2020-2023, o primeiro indicador que se utilizará será o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tanto para

os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Verifica-se que entre 2011 e 2017, o Ideb tem aumentado em todas as etapas de ensino na rede estadual paulista, muito embora a um ritmo lento, à exceção do resultado de 2017 para o ensino médio, quando o índice caiu de 3,9 para 3,8. Deve-se, ainda, dar atenção ao fato de que de 2013 a 2017 o Ideb para o 9º ano, assim como para o ensino médio, ficou sistematicamente abaixo das metas.

Com relação às taxas de aprovação para o 5º ano nas escolas estaduais paulistas, nota-se que permanecem em patamar elevado (de 98% entre 2011 e 2015 e de 99% em 2017). Para o 9º ano, seu comportamento é de elevação sistemática, de 91% em 2011 para 94% em 2017. Quanto ao ensino médio, as taxas de aprovação oscilam, variando de 84% em 2011 a 87% em 2017.

Ideb observado, metas e taxas de aprovação para o 5º ano – Escolas estaduais

	2011	2013	2015	2017
Observado	5,4	5,7	6,4	6,5
Metas	5,3	5,5	5,8	6,1
Taxas de aprovação (%)	98	98	98	99

**Ideb observado, metas e taxas de aprovação
para o 9ºano – Escolas estaduais**

	2011	2013	2015	2017
Observado	4.3	4.4	4.7	4.8
Metas	4.2	4.6	5,0	5,3
Taxas de aprovação (%)	91	92	93	94

**Ideb observado, metas e taxas de aprovação
para o Ensino Médio – Escolas estaduais**

	2011	2013	2015	2017
Observado	3,9	3,7	3,9	3,8
Metas	3,6	3,9	4,2	4,6
Taxas de aprovação (%)	84	82	89	87

Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (acesso ao portal QEdU em 5/6/2019).

Entre 2013 e 2017, o desempenho escolar nas redes públicas estaduais avançou nos anos iniciais e finais dos ensinos fundamental e médio, tanto em São Paulo quanto no Brasil, como demonstra a elevação da proporção de alunos que atingiram os níveis adequado e avançado na Prova Brasil. Nas escolas estaduais paulistas, para os anos iniciais do ensino fundamental, a proporção de alunos que alcançaram esses níveis aumentou de 50% para 70% em língua portuguesa, e de 47% para 62% em matemática, no período analisado, enquanto para os anos finais o resultado para as duas

disciplinas passou de 27% para 38,0% e de 12,0% para 18%, respectivamente (**Gráfico 5**).

A despeito dessa evolução positiva, muito há a avançar: por exemplo, se menos de um quinto dos alunos do ensino fundamental da 9ª. série das escolas estaduais paulistas atingiu o nível adequado em Matemática, isso significa que os demais não têm domínio mínimo dos conteúdos daquela série. Essa situação certamente representa um obstáculo para melhorar o desempenho dos estudantes que farão o ensino médio.

**Proporção de alunos que atingiram os níveis proficiente e avançado na Prova Brasil
Redes públicas estaduais, segundo etapas de ensino**

		Português 5º ano		
		2013	2015	2017
Estado de São Paulo		50%	65%	70%
Brasil		47%	58%	64%
		Matemática 5º ano		
		2013	2015	2017
Estado de São Paulo		47%	59%	62%
Brasil		42%	47%	52%
		Português 9º ano		
		2013	2015	2017
Estado de São Paulo		27%	33%	38%
Brasil		25%	30%	36%
		Matemática 9º ano		
		2013	2015	2017
Estado de São Paulo		12%	15%	18%
Brasil		12%	14%	16%

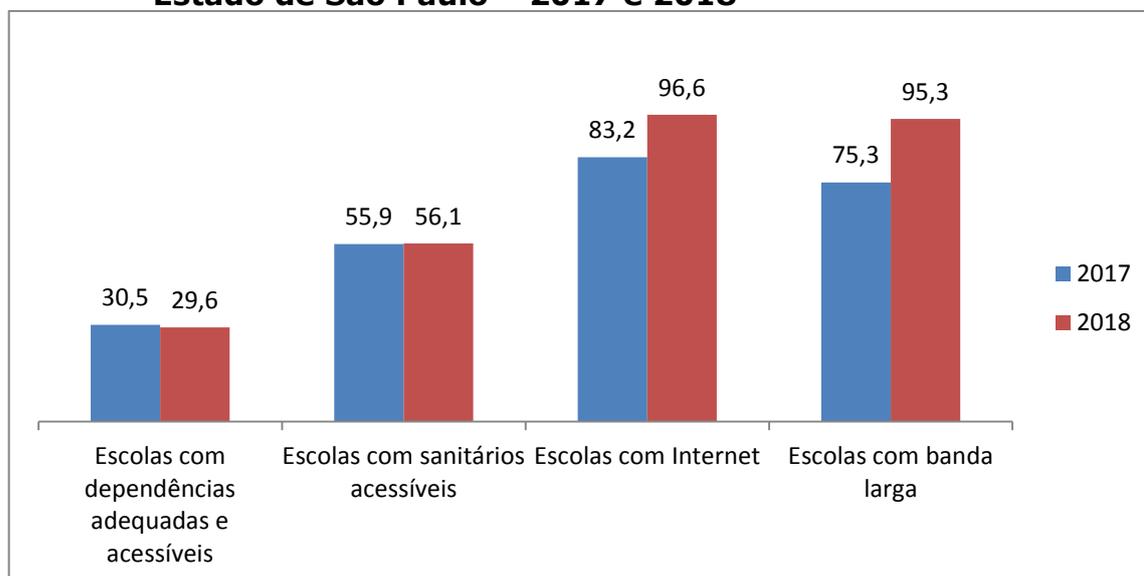
Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep. Classificação não oficial.

A garantia de iguais oportunidades para pessoas mais vulneráveis pode ser dada, tendo em vista a disponibilidade de equipamentos adequados para o atendimento às pessoas com necessidades especiais. Em 2017, no Estado de São Paulo, 30,5% das escolas da rede pública estadual possuíam dependências e vias adequadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e 55,9% possuíam banheiros adequados (**Gráfico 6**).

Em 2018, esses percentuais eram respectivamente de 29,6 e 56,1%.

Já o acesso à informação por meio do fornecimento de banda larga e de escolas com internet aumentou bastante no último ano, atingindo 95,3% e 96,6%, respectivamente em 2018. Em 2017 eram bastante inferiores, o que denota o esforço do governo estadual em equipar e modernizar as escolas.

**Gráfico 6: Proporção de escolas públicas estaduais, por equipamentos disponíveis- %
Estado de São Paulo – 2017 e 2018**



Fonte: MEC/Inep. Q-Edu. 2018.

Outro indicador elencado para monitorar esse Objetivo Estratégico é o **total de matrículas no ensino profissionalizante da rede estadual**, que abrange o ensino profissionalizante técnico de nível médio e médio integrado, e ensino profissional concomitante e subsequente, que representa 10,82% do total de matrículas do ensino médio estadual em 2018.

O terceiro indicador a ser monitorado pelo PPA refere-se ao **número de pessoas de 18 a 24 anos não ocupadas, nem frequentando escolas, nem cursos pré-vestibular, técnico, médio ou de qualificação profissional**. Em São Paulo, encontram-se nessa situação 28,32% das pessoas dessa faixa etária (Fonte: IBGE, Pnad contínua de 2018). Considerando-se que a juventude é o

período crucial para a formação educacional e profissional das pessoas é de fundamental relevância o acompanhamento desses jovens para que venham a exercer seus direitos de cidadania e atinjam seu desenvolvimento pleno.

Para a consecução do Objetivo Estratégico de implementar uma educação com qualidade, inclusiva e transformadora, buscando o desenvolvimento pleno dos cidadãos paulistas, diversas secretarias estaduais serão mobilizadas e várias iniciativas serão adotadas.

Obviamente que cabe à Secretaria de Educação a responsabilidade pelos programas com maior poder de contribuir com esse Objetivo Estratégico. Com o programa *Aprendizagem de Excelência e Equidade*, espera-se garantir aos estudantes aprendiza-

gem de excelência, desenvolvimento pleno e protagonismo. Por meio da implantação do currículo paulista e itinerários alinhados ao projeto de vida no novo ensino médio, buscar-se-á assegurar a conclusão da educação básica na idade certa. Pretende-se também ampliar a formação de profissionais da educação para exercício do magistério e gestão do ensino, à luz dos desafios do século 21.

Destaca-se também o programa *Gestão Institucional da Secretaria da Educação*, responsável por viabilizar todos os investimentos necessários à atividade escolar, como infraestruturas prediais, alimentação e transporte escolar, entre outros, sem os quais se torna impossível alcançar os objetivos expostos no programa descrito.

Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, há iniciativas incorporadas em três programas. Ampliar a pesquisa básica e aplicada bem como a qualidade da formação em graduação e pós-graduação das universidades paulistas é objetivo do programa *Ensino Superior Público*. Especialmente no que se refere a produção e difusão de pesquisas científicas, temos ainda o programa *Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia*, que consolida os desafios a cargo da Fapesp para o período. Já o programa *Educação Profissional e Tecnológica* objetiva qualificar profissionalmente jovens e adultos para o mercado de trabalho e capacitá-los nos níveis inicial, técnico e tecnológico, contribuindo para ampliar seu potencial de empregabilidade e também oferecendo uma educação de quali-

dade no ensino médio, o que incrementará as oportunidades de crescimento, competitividade e geração de emprego e renda da economia paulista.

No âmbito da Secretaria de Cultura e Economia Criativa destaca-se o programa *Economia Criativa*, que irá desenvolver projetos de qualificação para o mercado criativo, com ações que dinamizam a produção, distribuição, consumo e inovação de segmentos, bens e serviços criativos (festivais, feiras, bibliotecas, equipamentos, grupos artísticos) orientados para a população, os empreendedores criativos e os municípios paulistas. Nesse programa estão previstas várias atividades pedagógicas, na forma de cursos presenciais ou a distância, voltadas para a formação, e atividades de capacitação que engajem empreendedores criativos e profissionais que já atuam ou buscam atuar no campo da economia criativa. Além desse, o programa *Museus em Conexão* tem como objetivo, entre outros, prover apoio técnico, capacitação e investimentos para a qualificação da maioria dos museus do Estado. Ainda no âmbito dessa secretaria, destaca-se o programa *Integração das Culturas Latino-Americanas*, que é acadêmico, de pesquisa e docência, a cargo de pesquisadores brasileiros e estrangeiros por meio do fomento à pesquisa e de realização de eventos (cursos, seminários, visitas, intercâmbios e publicações) na cátedra Memorial da América Latina, e será realizado com o esforço conjunto da fundação e das universidades públicas paulistas.

Na Secretaria de Esportes serão desenvolvidos, entre outros, três programas com forte vinculação a este Objetivo Estratégico. O primeiro, intitulado *Fomento à Atividade Esportiva e de Lazer*, estimulará o esporte e lazer, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população por meio da formulação de políticas públicas voltadas ao esporte e lazer; estímulo a intercâmbios entre organizações não governamentais, federações, confederações e prefeituras; coordenação e implementação de ações governamentais voltadas ao tema e incentivo aos esportes eletrônicos. O público-alvo é a população do Estado com destaque para crianças, jovens, idosos e atletas de alto rendimento no âmbito estadual e nacional. Já o programa de *Fortaleci-*

mento da Temática da Juventude objetiva incrementar e melhorar as articulações das políticas públicas e ações referentes aos jovens e formular e colocar em prática ações para aprimorar e expandir a aprendizagem, com uso de tecnologias de formação, qualificação e capacitação de jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade. Finalmente, o terceiro programa, *Incentivo à Infraestrutura Esportiva*, pretende oferecer suporte aos municípios paulistas, com a finalidade de difundir a prática do esporte e do lazer, além de disponibilizar, aos municípios e às entidades, materiais e equipamentos esportivos e de lazer, por meio de doação, convênios e outros instrumentos legais.

Objetivo Estratégico 2 - Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso.

Fortalecer o sistema público de saúde através de uma rede ampla e integrada em todo território e dotada de novas tecnologias que promovam eficiência e qualidade nos serviços prestados.

Saúde é um direito fundamental para o crescimento e desenvolvimento de comunidades e sociedades. O Objetivo Estratégico de "Saúde pública integrada, com modernas tecnologias e amplo acesso" tem como pressuposto o fortalecimento do sistema público de saúde, através de uma rede ampla e integrada, em todo território, e dotada de novas tecnologias, que promovam eficiência e qualidade nos serviços prestados.

Em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) – Saúde e Bem Estar, da Organização das Nações Unidas (ONU), o Objetivo Estratégico 2, do PPA 2020 – 2023, visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar da população do Estado de São Paulo.

O ODS 3 define que a saúde é um direito inalienável e fundamental para o fomento das capacidades humanas e indispensável ao crescimento e desenvolvimento das comunidades e sociedades sustentáveis e resilientes.

O ODS em questão tem como pressuposto que os determinantes sociais da saúde estão relacionados às condições em que as pessoas vivem, englobando alimentação, escolaridade, renda, emprego, transporte, agricultura, habitação e outros, que constituem fatores importantes para

assegurar saúde para todos e todas e a redução das desigualdades.

No âmbito do PPA 2020 – 2023, as ações, na área da Saúde, enfatizarão o fortalecimento da rede hospitalar do Estado e o apoio aos municípios, no atendimento dos procedimentos de média e alta complexidade. Para tanto, serão utilizados dos recursos mais atualizados de tecnologia da informação e comunicação, aplicados em diversos níveis de atuação, especialmente, onde há interface direta com o cidadão.

Com tecnologia e capacidade gerencial, a rede hospitalar paulista, composta pelos hospitais próprios do Estado, pelos hospitais geridos pelas Organizações Sociais (OSs) e pelas Santas Casas conveniadas, trabalhará em rede, de forma integrada, para melhor atendimento aos cidadãos que acessam cada um dos serviços.

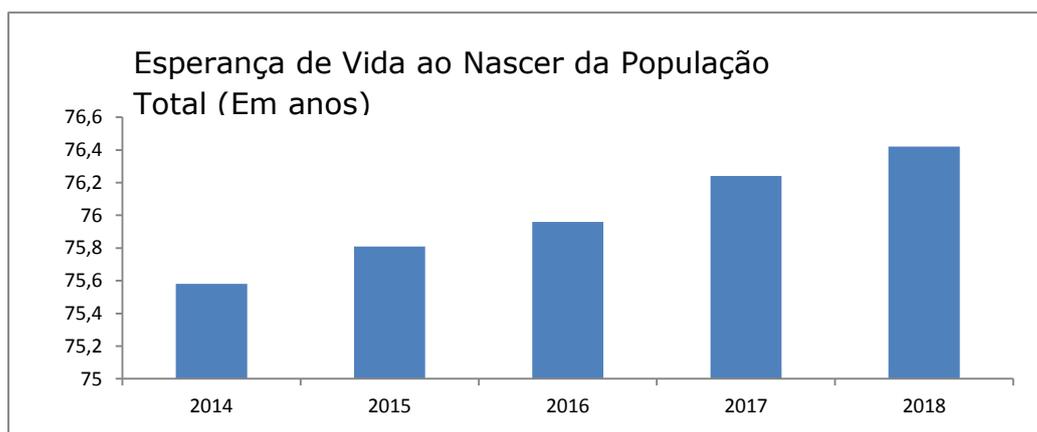
Deve ocorrer, também, o incremento das ações nos Ambulatórios Médicos de Especialidades (Ames), com a criação de novos serviços e do aprimoramento dos já existentes, especialmente no que diz respeito à melhoria de seu fluxo assistencial. Adicionalmente, é prevista melhoria de programas como Dose Certa, Farmácias de Alto Custo, Furp e fortalecimento dos Institutos Butantã, Pasteur, Adolfo Lutz, da Saúde, entre outros.

São conhecidos os determinantes sociais da saúde que estão relacionados às condições em que as pessoas vivem, englobando alimentação, escolaridade, renda, emprego, transporte, agricultura, habitação e outros, que constituem fatores importantes para assegurar sua saúde.

Dessa perspectiva, programas do Plano Plurianual – PPA 2020-2023, a serem conduzidos por diferentes órgãos e entidades da administração pública estadual, contribuirão para promover uma vida saudável e bem-estar para todas as pessoas. Além da

atuação no campo da saúde propriamente dita, colaborará o saneamento básico, a educação, o incentivo ao esporte e ao lazer, entre outros aspectos.

A evolução da Esperança de Vida ao Nascer da população reflete as condições de vida e de saúde da população, ao longo de todo o seu ciclo vital e é o primeiro indicador elegido para monitorarmos este Objetivo Estratégico. No Estado de São Paulo, esse indicador foi de 76,4 anos, em 2018, e confirma a tendência de aumento da sobrevivência de sua população.



A comparação desse indicador com aqueles elaborados para períodos anteriores aponta que, em relação a 2000, houve acréscimo de 4,8 anos de vida média. Entre 2000 e 2018, houve importante redução da diferença entre a esperança de vida feminina e masculina, que passou de nove anos para 6,3 anos, em decorrência da maior queda da mortalidade masculina em relação à feminina.

Embora a evolução da Esperança de Vida ao Nascer, no Estado, siga trajetória de aproximação aos níveis mais elevados observados internacionalmente, ainda persistem desafios para a eliminação de mortes precoces que condicionam a vida média da população paulista.

Outro indicador que será utilizado é o Expectativa de Vida aos 60 anos. A expectativa de vida aos 60 anos de idade expressa o número médio de

anos de vida esperados para uma pessoa, ao completar 60 anos de idade, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente. Em 2018, um habitante em São Paulo, de 60 anos, tinha expectativa de viver, em média, 21,7 anos adicionais, enquanto um de 80 anos esperaria viver mais 8,5 anos.

As estatísticas de causas de morte mostram as tendências decrescentes de vários grupos de doenças, na população adulta e em idosos, e indicam que os acréscimos de vida média foram, em grande parte, determinados pela redução das mortes causadas pelas doenças do aparelho circulatório.

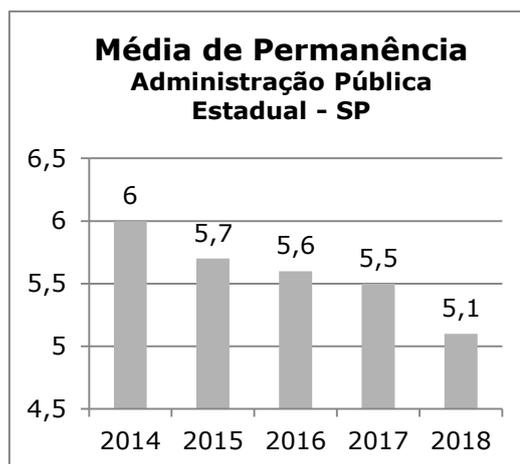
A intensificação do processo de envelhecimento da população paulista se, por um lado, resulta das melhores condições de vida, por outro, provoca mudanças importantes nas demandas sociais, sobretudo no campo dos serviços de saúde.

A Taxa de Mortalidade Precoce (30 a 69 anos) decorrente de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (por 100 mil habitantes) é o terceiro indicador a ser aqui considerado. Atingiu seu menor nível em 2014 (323,4). No ano seguinte, há um ligeiro aumento da taxa que passou a 324,62. Em 2016, registrou-se novo incremento, para 331,88.

Atualmente, os principais problemas de saúde, que afetam a população paulista, decorrem das chamadas doenças crônicas não transmissíveis, como as cardiovasculares, as neoplasias e as doenças dos aparelhos res-

piratório e digestivo. Geram importantes problemas de saúde pública, com taxas elevadas de morbidade, e exigem tratamentos longos, complexos e que podem abranger procedimentos e medicamentos de alto custo. Muitas dessas doenças decorrem de fatores ambientais, hereditários e comportamentais. Assim, a promoção à saúde, a prevenção e o combate a hábitos inadequados – como alcoolismo, tabagismo e consumo de drogas – a educação e segurança alimentar e o incentivo às atividades físicas são fundamentais ao bem-estar da população.

Por fim, **A Média de Dias de Permanência de Internação na rede pública estadual (em dias)** é indicador relevante para subsidiar o conhecimento do perfil epidemiológico das internações e contribuir para a elaboração eficiente de políticas públicas, em termos de planejamento e gestão de sistemas de saúde.



Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

A Média de Dias de Permanência de Internação na rede pública estadual do Estado de São Paulo vem decres-

cendo desde 2014, quando era de seis dias. Em 2018 a média já era de 5,1 dias.

Os resultados dos programas, a serem conduzidos pela Secretaria da Saúde, no PPA 2020 – 2023 contribuirão para que este Objetivo Estratégico avance conforme o desejado. Ela provê diferentes tipos de serviços e produtos – como prevenção de doenças e imunizações, assistência ambulatorial e hospitalar, assistência farmacêutica, controle de vetores e hospedeiros, entre outros –, muitos deles sensíveis e complexos, e coordena uma vasta rede de instituições, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A assistência à saúde inclui medidas de promoção da saúde, prevenção de enfermidades e cuidados à saúde, para o conjunto da população. Muitas iniciativas, nesse sentido, são desenvolvidas por meio de estratégias que ocorrem na atenção básica. Embora esse nível de atenção seja de responsabilidade municipal, o Estado apoia os sistemas municipais de saúde, prestando auxílio e formulando estratégias de aperfeiçoamento das ações, além de atuar suplementarmente aos municípios na atenção básica, por meio da Secretaria da Saúde.

No PPA 2020 - 2023 essas atividades estão contempladas no *Programa Atendimento Integral e Descentralizado no SUS no Estado de São Paulo*, com o Estado fornecendo apoio técnico e financeiro, para a assistência básica prestada pelos municípios. O Programa trata, ainda, dos inúmeros

e complexos atendimentos ambulatoriais e hospitalares, prestados diretamente pela Secretaria da Saúde (SES) e por suas instituições vinculadas, contratadas e conveniadas.

Adicionalmente, envolve: a assistência farmacêutica especializada; o atendimento a pacientes com deficiências, que necessitem de reabilitação física; além da atenção básica à população prisional e do apoio às instituições filantrópicas, como as Santas Casas.

A importância do programa se mede pela extensão e qualidade das instituições de saúde de São Paulo que possui a maior capacidade instalada vinculada ao SUS e a mais extensa rede de hospitais de referência de alta complexidade, que atrai pessoas de todo Brasil e do exterior.

De acordo com o Plano Estadual de Saúde 2016-2019, a rede hospitalar total no Estado de São Paulo era composta por 899 hospitais, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), no final de 2014. Entretanto, 327 destes hospitais eram entidades privadas não vinculadas ao SUS, atendendo exclusivamente a saúde privada suplementar.

A capacidade instalada vinculada ao SUS, no Estado de São Paulo, contava, em 2014, com 4.876 Unidades Básicas de Saúde, 420 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), 1.694 ambulatórios de especialidades, 22 unidades mistas, 33 hospitais – dia, 572 hospitais, e 62.953 leitos.

Tendo em vista que a população é, constantemente, exposta a riscos, doenças e agravos de saúde, há importantes desafios, para atuação do Governo Estadual: combater doenças imunopreveníveis (com ampliação das vacinas disponíveis); combater vetores de doenças (como o mosquito transmissor da dengue); atuar preventivamente contra vícios, usos e costumes com grande impacto na saúde (como tabagismo e alcoolismo, por exemplo); promover a saúde mitigando fatores de risco e doenças crônicas não transmissíveis (como doenças cardiovasculares, câncer, entre outras); monitorar as condições ambientais que interferem na saúde humana. Com objetivo de proteger a população, no âmbito da saúde coletiva, a Secretaria da Saúde atua através do *Programa Vigilância em Saúde*.

O contexto de envelhecimento populacional e suas características de saúde, aliados à crescente incorporação tecnológica no SUS, têm pontuado a necessidade de estabelecer mecanismos para que haja uma aproximação do SUS à tecnologia de inovação, para o fortalecimento do sistema de saúde, através da transformação das tecnologias em produtos, processos e serviços inovadores, que contribuam com a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população.

O programa *Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde* atua no sentido da prevenção e tratamento de doenças não transmissíveis, por meio de pesquisa e desenvolvimento em saúde, com implementação de políticas estaduais de ciência, tecnologia e

inovação, e da inovação tecnológica de produtos e processos, com apoio à implantação dos núcleos de avaliação de tecnologias em saúde, inovação tecnológica nos institutos de pesquisa, economia da saúde e pesquisa clínica, nos hospitais.

O Estado de São Paulo ocupa lugar de destaque no desenvolvimento tecnológico e na produção de insumos e produtos de saúde, contribuindo para o aumento da disponibilidade de tecnologia e de produção de insumos estratégicos, de modo a viabilizar o acesso da população a medicamentos e biofármacos (soros e vacinas).

O programa *Produção e Fornecimento de: Vacinas, Soros, Medicamentos, Sangue, Hemoderivados e Produção de Células* consiste em produzir medicamentos, soros e vacinas necessários à saúde da população, de forma complementar à oferta de mercado, entregues na quantidade e no tempo adequados, além de fornecer hemocomponentes de qualidade à população no tempo oportuno, por meio da rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Estado de São Paulo conta, ainda, com a Fundação para o Remédio Popular "Chopin Tavares de Lima" – Furp. Vinculado à Secretaria da Saúde de São Paulo, ocupa posição estratégica nas políticas públicas de saúde, dedicando-se ao desenvolvimento, produção, distribuição e dispensação de produtos para melhoria da qualidade de vida da população. Possui duas unidades, uma em Guarulhos e outra em Américo Brasiliense.

A Furp atende a mais de três mil municípios brasileiros, com cerca de seis mil clientes cadastrados, entre secretarias estaduais de saúde, hospitais públicos, consórcios de municípios, prefeituras, instituições estaduais, federais, municipais e filantrópicas, além de fundações.

Um grande desafio da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo é a melhoria da gestão e do funcionamento da rede de serviços, visando à integração regional. O fortalecimento do sistema único depende de sua integração, regulação, avaliação, regionalização, humanização e fortalecimento da participação social, para que apresente alta resolutividade e integralidade.

Nesse sentido, o programa *Fortalecimento da Gestão Estadual do SUS* prevê a intensificação da gestão estadual do SUS e a participação e controle social, no campo da saúde, para todo o estado de São Paulo. Em regiões estratégicas, deverá ocorrer a ampliação da governança, a integração e o aperfeiçoamento, em rede, dos serviços do SUS.

Diante da necessidade constante de modernização e atualização tecnológica, para garantir a assistência à saúde, na rede física das unidades de saúde, elaborou-se o programa *Expansão e Modernização na Saúde*. Por meio dele, serão realizadas melhorias na infraestrutura física (reforma, construção e aquisição de equipamentos) dos serviços de saúde do SUS, na administração direta e indireta, para garantir a assistência à saúde da população.

O programa inclui, ainda, a participação do Estado na construção do novo Centro de Referência em Saúde da Mulher - Hospital Pérola Byington, no Município de São Paulo, por meio do modelo de parceria público-privada. Adicionalmente, envolve apoio à parceria público-privada para construção do Hospital Estadual de São José dos Campos e do Hospital Estadual de Sorocaba.

Mencionem-se, ainda, as iniciativas governamentais voltadas aos cuidados com a saúde de seus servidores como o programa *Assistência Médica ao Servidor Público Estadual*, da Secretaria de Governo. Por meio dele, presta-se assistência médica, ambulatorial, hospitalar, são desenvolvidas ações de promoção e proteção à saúde do servidor público do estado de São Paulo, seus beneficiários e agregados e se promove o ensino e a pesquisa aos profissionais da área de saúde; Há também o programa *Proteção Social do Policial Militar*, da Secretaria de Segurança Pública, que implementa ações de prevenção e assistência à saúde, que contribuam para a qualidade de vida dos policiais militares e seus beneficiários, envolvendo, também, assistência médica, ambulatorial e hospitalar, aos beneficiários dos contribuintes da Caixa de Beneficência da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Nos últimos anos, o Estado de São Paulo vem, também, intensificando ações em saúde e saneamento, o que tem contribuído significativamente para a redução dos índices de mortalidade na infância. Na área do saneamento básico, a Secretaria de

Infraestrutura e Meio Ambiente é responsável pelo planejamento e gestão dos recursos hídricos.

No PPA 2020 – 2023, sua atuação se dará por meio de diversos programas, como o *Planejamento, Formulação e Apoio à Implementação das Ações da Política do Saneamento*, que visa ao apoio e à coordenação do Estado, nos municípios, para possibilitar avanço, na cobertura dos serviços de água e esgoto, garantindo a modernização e eficiência, com ações de saneamento básico, considerando a lógica do interesse coletivo e garantindo a melhoria da saúde e a

qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.

Também contribuirá o programa *Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Área Operada pela Sabesp*, cujo objetivo é atender à população com abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de esgotos proporcionando a melhoria das condições sanitárias e da qualidade do meio ambiente, de forma sustentável, resultando na melhora da qualidade de vida da população e produzindo efeitos multiplicadores nos âmbitos socioeconômico e ambiental, e buscando a universalização.

Objetivo Estratégico 3 – Segurança para a Sociedade usando ferramentas de inteligência no combate à criminalidade.

Ampliar a segurança de quem vive ou visita o Estado, fortalecendo a confiança na política de segurança e promovendo uma cultura de paz na sociedade, com foco na proteção à vida e ao patrimônio, no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas e armas, na adoção de tecnologias e ferramentas de inteligência atualizadas, no enfrentamento dos crimes contra a mulher e a dignidade sexual e na reintegração social dos egressos do sistema prisional.

Uma sociedade segura é anseio de todos e este Objetivo Estratégico, conforme acima descrito, representa um dos maiores desafios do PPA, seja em função da profunda crise econômica e social pela qual estamos atravessando no país, seja em virtude dos inegáveis avanços nesta área alcançados pelo Estado de São Paulo nos últimos anos.

Além de estar relacionado aos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente o Objetivo 16 que procura promover sociedades pacíficas e inclusivas, reflete também o compromisso do governo do Estado de São Paulo em seguir na construção de uma sociedade cada vez mais segura, que garante o respeito aos cidadãos – moradores e visitantes – e cultiva permanentemente uma cultura de paz na sociedade.

Os esforços desenvolvidos anteriormente e os resultados alcançados pelo Estado de São Paulo mostram que avanços significativos na área da Segurança Pública foram alcançados.

Apenas no período dos dois últimos PPAs (2012/2015 e 2016/2019), sem contar com o ano de 2019, tivemos

uma redução de 33,53% no índice de homicídios dolosos por cem mil habitantes, passando de 10,08 em 2011 para 6,7 em 2018. A taxa de roubo e furto de veículos (por 100 mil veículos) teve redução de 34,74%, passando de 838,98 em 2011 para 547,56 em 2018, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

A taxa de encarceramento (presos no sistema penitenciário com mais de 18 anos) por 100 mil habitantes teve um crescimento de 17,78% em cinco anos, passando de 596,64 em 2012 para 702,75 em 2016, num ritmo de crescimento que tem sido mais lento nos anos recentes, mas que ainda representa grande desafio para a gestão da área.

Outra dimensão importante quando se trata de uma sociedade segura são os acidentes de trânsito. Nesse caso, a taxa de mortalidade por acidentes de transportes por 100 mil habitantes teve redução ainda mais expressiva de 34,26% nesse período de cinco anos, passando de 18,97 em 2012 para 12,47 em 2016.

A continuidade do sucesso na área de Segurança Pública dependerá,

além da manutenção e ampliação dos programas existentes, cada vez mais, da adoção de ferramentas de inteligência no combate à criminalidade. Isso porque na medida em que se avança na qualidade e na cobertura da ação policial, conforme expressos pela redução dos indicadores criminais do Estado, mais iremos nos deparar com formas mais organizadas e complexas de se organizar e praticar crimes.

A necessidade de se obterem e processarem antecipadamente as informações relevantes, planejar e integrar as atividades policiais das diferentes esferas de governo, nacionais e internacionais, exigirá então, cada vez mais, a adoção de novos e eficazes modelos de tecnologia de informação e de ferramentas de inteligência por parte de nossas polícias.

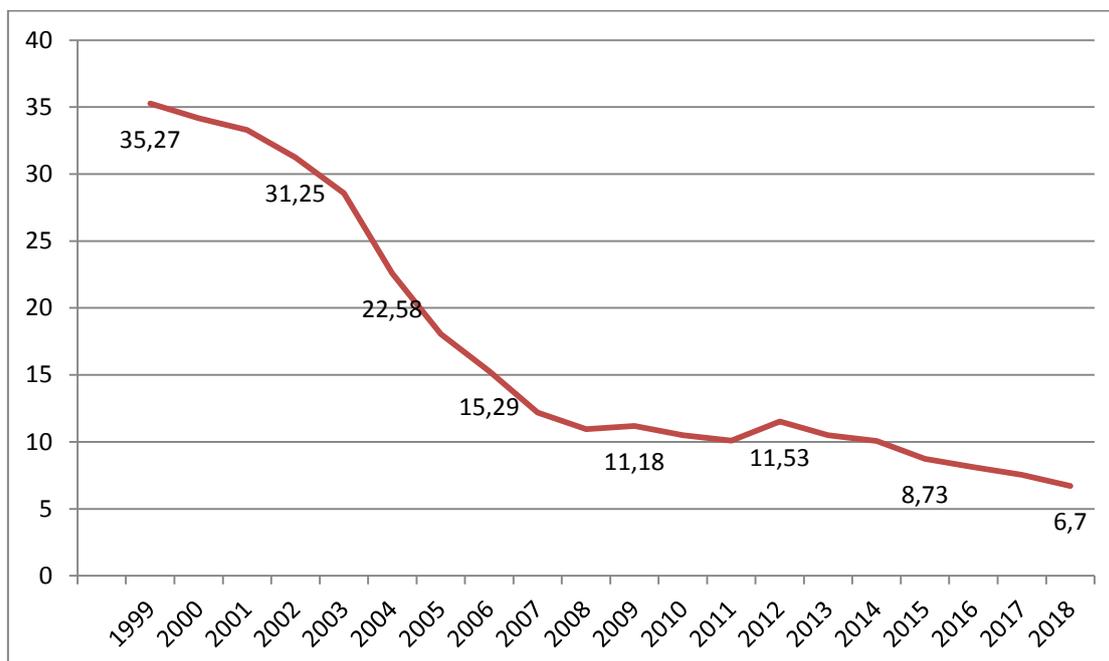
Outra dimensão também presente neste Objetivo Estratégico diz respeito aos crimes contra a mulher e contra a dignidade sexual. O Estado precisa também estar preparado para esse enfrentamento, orientando-se para proporcionar boas estratégias

de prevenção a esses crimes, um atendimento rápido e humano às eventuais vítimas, bem como a justa punição aos agressores.

Finalmente, tendo em vista o grande contingente de população carcerária no Estado, tem-se o desafio de continuar melhorando a gestão do sistema prisional, proporcionando uma custódia segura e orientada para a reintegração social.

O monitoramento do Objetivo Estratégico se dará por alguns indicadores clássicos para a área de segurança. O primeiro é a **Taxa de Homicídio Doloso (por 100 mil habitantes)**, na qual observamos um movimento acentuado de queda no período 1999/2008, passando o período seguinte de 2009/2012, para um movimento oscilante e com tendência de estabilidade. O **Gráfico 1** mostra ainda que já a partir de 2013 passamos por um período de leve queda, que culmina com a menor taxa de toda a série histórica, de 6,7, apurada em 2018. Podemos esperar para o período 2020/2023 a continuidade do movimento de leve redução do indicador.

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Homicídio Doloso (por 100.000 habitantes)



Fonte:

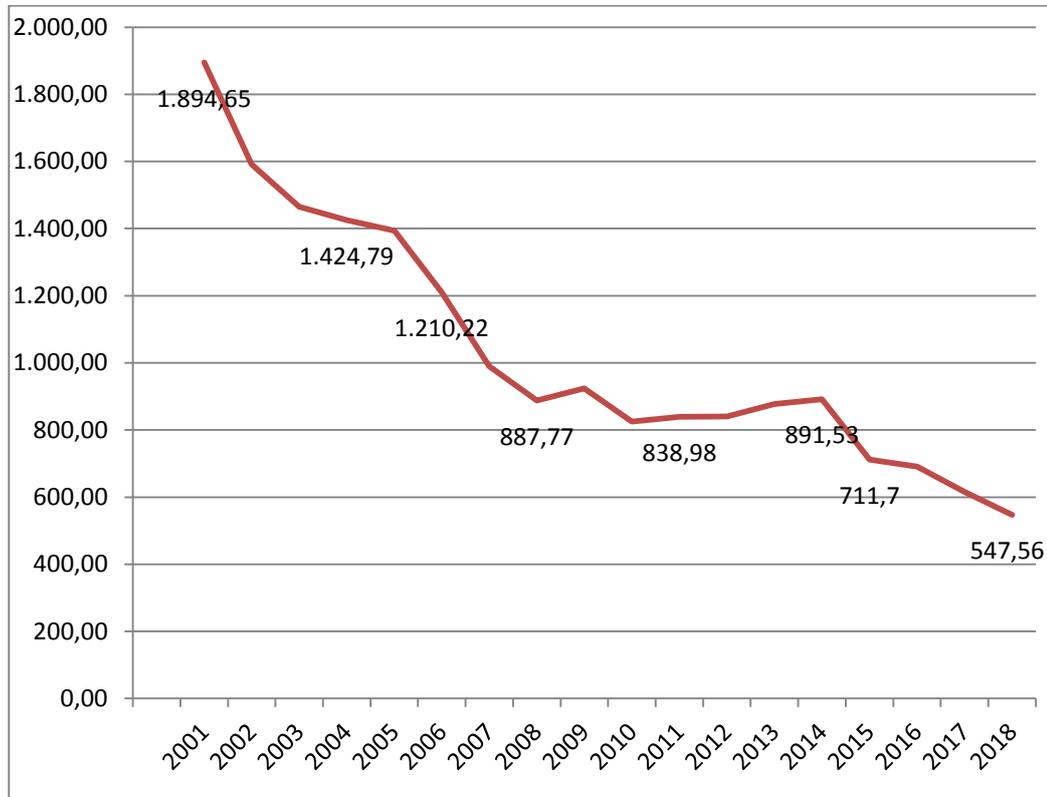
Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo

Outro indicador a ser considerado é a **Taxa de Roubo e Furto de Veículos (por 100 mil veículos)**. Podemos observar pelo **Gráfico 2** que a taxa apresenta uma tendência de queda ao longo do período, exceto pelo pequeno aumento observado entre 2011 e 2014, já com o período seguinte retomando a trajetória de queda, chegando-se a 2018 com 547,56 veículos roubados a cada 100mil veículos, alcançando, como no indicador anterior, a menor taxa de toda a série histórica. Podemos imaginar, também, uma continuidade na trajetória de redução no período 2020/2023.

Já o terceiro indicador será a **Taxa de Mortalidade por Acidentes de Transportes (por 100 mil habitantes)**. Calculado pela Fundação Seade apresentou

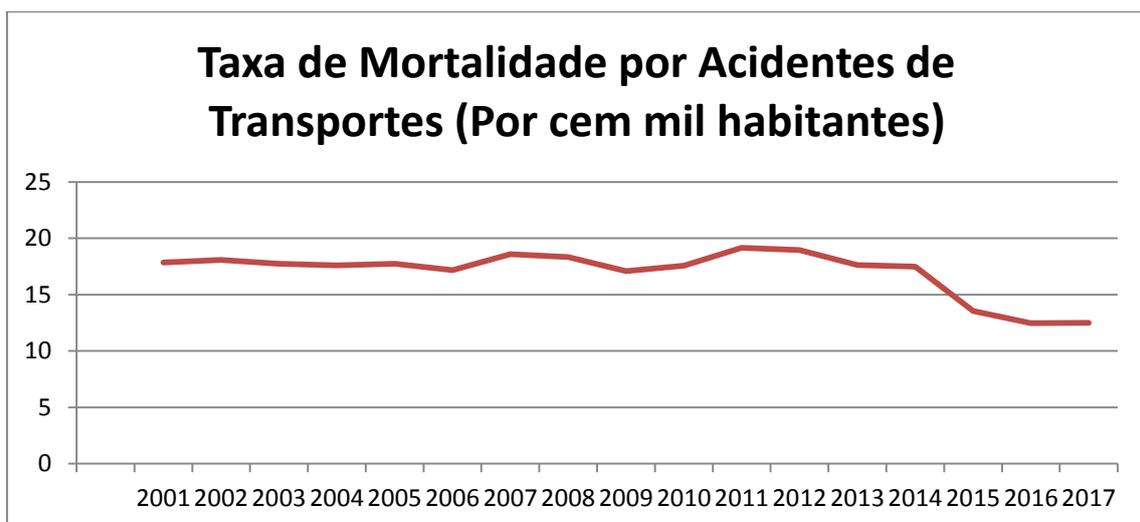
em 2017 o valor de 12,51, numa pequena oscilação em relação ao apurado em 2016. Como pode-se observar pelo **Gráfico 3**, no período de 2001 a 2014 o indicador manteve-se em relativa estabilidade, com média de 17,9. Passa a cair acentuadamente nos anos de 2015 (13,55) e 2016 (12,47).

**Gráfico 2: Evolução da Taxa de Roubo e Furto de Veículos
(por 100.000 veículos)**



Fonte: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo

**Gráfico 3: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Transportes
(por cem mil habitantes)**



Fonte: Fundação Seade.

Fon-

A Taxa de Ocorrências Policiais Registradas Por natureza, Contra o Patrimônio (por 100 mil habitantes) é o último indicador a ser utilizado para se monitorar o presente Objetivo Estratégico. Calculado pela Secretaria de Segurança Pública e com estatísticas populacionais fornecidas pela Fundação Seade (Estatísticas Populacionais), temos 2.648,2 apurados para 2018. Trata-se também do menor valor para toda a série história que em 2012 chegou a 2.891,4 ocorrências contra patrimônio registradas por 100 mil habitantes.

Para dar conta dos desafios dessa área, o PPA 2020-2023 apresenta um conjunto de iniciativas que busca promover mais e melhores serviços à população do Estado. Obviamente, entre os programas selecionados, destacam-se os da própria Secretaria de Segurança Pública. O *Aprimoramento da Polícia Judiciária* é o programa que, diante da necessidade de incrementar as ações policiais com a modernização dos equipamentos e das instalações e a formação e aperfeiçoamento dos policiais, tem por objetivo combater a criminalidade através da Polícia Judiciária, com o apoio das atividades de inteligência e policiamento especializado. Sua manutenção e ampliação são de fundamental importância para a continuidade no processo de redução dos índices de criminalidade.

A ele conexo há o *Polícia Técnico-Científica: Ciência e Tecnologia aplicadas ao Esclarecimento*, decorrente da necessidade da própria atividade policial eficaz, que exige a produção

de provas técnicas robustas com respaldo científico. Torna-se necessário o uso de tecnologias avançadas e que atendam aos parâmetros de qualidade internacionais para que se obtenha a máxima eficácia na esfera jurídica, contribuindo, com isso, para a plena aplicação da justiça em nossa sociedade.

A melhoria contínua no processamento de vestígios criminais, com a ampliação, modernização das instalações, equipamentos e metodologias, tem por objetivo elevar a qualidade da prova técnica, bem como fomentar novas tecnologias/inteligências na perícia, diminuindo assim o tempo de atendimento e a entrega de laudos e demais serviços técnicos.

Já o programa *Modernização da Segurança Pública* decorre da busca incessante de um patamar mais elevado na qualidade e efetividade na prestação dos serviços de segurança pública, por meio da incorporação de novas tecnologias e modernas ferramentas de inteligência. Ele é fundamental para aprimorar as atividades cotidianas de nossa polícia e para enfrentar o crime organizado e o tráfico de drogas e armas, devido à complexidade do combate dessas atividades criminais. Estão previstas neste PPA, além de todo o suprimento tecnológico básico para as ações policiais – veículos, coletes, armas, munições –, ações como a implantação de projetos de tecnologia de informação, videomonitoramento policial ostensivo e expansão do sistema de radiocomunicação digital.

O programa *Proteção e Defesa ao Cidadão* tem por objetivo aumentar a percepção de segurança da população por meio de uma atuação cada vez mais ostensiva e preventiva da Polícia Militar, em todos os 645 municípios do Estado de São Paulo, promovendo a disseminação da filosofia de Polícia Comunitária, Direitos Humanos e Gestão pela Qualidade.

Além do combate à criminalidade, a Secretaria da Segurança Pública oferece respostas rápidas às emergências de incêndio, acidentes de trânsito, afogamentos, deslizamentos, desabamentos, catástrofes naturais ou decorrentes da atividade humana. Essas atividades estão contidas no programa *Corpo de Bombeiros – Preparados para Emergências com foco na Gestão de Riscos Básicos*.

A questão da Segurança Pública é mais abrangente que o campo de atuação da própria secretaria, e para uma ação mais efetiva torna-se necessária uma grande integração com outras áreas de governo. A primeira é com a Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, onde se destaca o programa *Direitos Humanos e Cidadania*, que tem como foco principal ampliar o acesso e o conhecimento às leis e às políticas referentes à cidadania e aos direitos humanos. Uma ação importante dentro desse programa refere-se ao Serviço de Proteção Policial a Vítimas e Testemunhas no âmbito do Programa Estadual de Proteção à Testemunha (Provita).

Outra área com forte interface com a Segurança Pública é a Administração

Penitenciária, onde o Estado de São Paulo também tem conseguido avanços substanciais nas últimas décadas. Destacamos o programa *Gestão da Custódia da População Penal*, onde o grande crescimento da população prisional no Estado de São Paulo impõe também desafios de gestão do sistema e na construção de novas unidades, visando a garantir condições adequadas aos custodiados na prestação de suas penas.

Outro destaque da Secretaria de Administração Penitenciária, o programa *Gestão da Reintegração Social da População Penal, Egressos e seus Familiares* é de grande importância ao tentar diminuir a questão da reincidência criminal e oferecer assistência social e jurídica aos custodiados e seus familiares.

Por fim, dois programas com importância para a segurança do trânsito a cargo da Secretaria de Governo. O primeiro deles é o *Respeito à Vida*, que prevê a disponibilização de informações georreferenciadas das mortes no trânsito através do Infosiga e a realização de convênios com municípios e atividades focadas na educação no trânsito, além de uma nova campanha de mídia voltada para motociclistas, grupo que lidera as estatísticas de acidentes de trânsito no Estado.

Por fim, o programa *Um novo DETRAN*, que congrega todos os serviços do órgão, ao que destacamos aqueles relacionados a educação e fiscalização para o trânsito e as operações especiais realizadas chamadas de *operação direção segura*.

Objetivo Estratégico 4: Desenvolvimento Econômico promovendo o investimento, a inovação, o turismo e a economia criativa

Este Objetivo Estratégico busca: i) criar oportunidades de emprego e renda, com ambiente favorável ao empreendedorismo e à atração de capital para investimentos, gerando incremento da inovação e da produtividade; ii) expandir e integrar a infraestrutura logística de acordo com as demandas da economia e da sociedade; iii) aproveitar o potencial turístico e da economia criativa no Estado; iv) expandir as ações voltadas ao desenvolvimento regional, a redução de desigualdades e o maior acesso aos bens e serviços públicos em todo o território.

São Paulo possui a maior e mais diversificada e integrada base produtiva do país, com especialização em diversos setores estratégicos, destacando-se a cadeia de bens intensivos em tecnologia e inovação e no uso de mão de obra qualificada, como a indústria de bens de consumo duráveis e de capital. Nas atividades de serviços, congrega importantes setores que compõem a economia do conhecimento, como universidades, centros e parques tecnológicos, e um conjunto de atividades que fazem uso intensivo do capital intelectual, criativo e cultural e agregam valor ao sistema econômico paulista por meio da chamada economia criativa.

O setor agropecuário possui variedade e qualidade, alto nível de produtividade, eficiência e integração, com elevada capacidade inovativa e de criação de negócios, consistindo em uma cadeia produtiva competitiva internacionalmente e geradora de valor e empregos. Além disso, São Paulo também se destaca no setor de turismo, cujas atividades respondem por cerca de 10% do PIB paulista.

Embora a capital seja o mais importante polo de atração turística, principalmente associado aos segmentos de negócios, gastronomia e cultura, o Estado possui diversos outros atrativos turísticos que podem ser melhor aproveitados para promover o crescimento e a geração de empregos. De forma não exaustiva, destacam-se as praias e estâncias balneárias, hidrominerais e climáticas com excelente infraestrutura e os parques e reservas naturais, com atrativos como trilhas, cavernas, rios e cachoeiras, que favorecem o ecoturismo e a prática de esportes aquáticos. São diversas as potencialidades do complexo turismo como eixo de desenvolvimento local e estadual.

A despeito de sua densidade, diversidade, vantagens competitivas e potencialidades, a economia paulista sofreu os efeitos adversos da crise econômica nacional dos últimos anos, como já contextualizado anteriormente. Em função do seu perfil econômico e alta integração com a matriz produtiva nacional, a redução do consumo e dos investimentos afe-

tou de modo mais expressivo os ramos industriais e algumas atividades de serviços cuja dinâmica de crescimento estava associada a melhoria do padrão de consumo das classes médias e baixa, processo interrompido com a crise econômica e estagnação dos progressos na distribuição de renda.

Embora as perspectivas sejam de recuperação da dinâmica econômica, persistem elevados desequilíbrios e desafios que requerem a atuação governamental. Além de ações voltadas ao estímulo da eficiência produtiva da economia paulista, com recuperação do consumo e do investimento, o maior desafio que se apresenta no contexto atual é propiciar condições para que a recuperação econômica seja acompanhada pela criação de empregos, notadamente para os estratos populacionais de baixa e média qualificação que foram afetados de forma relativamente mais severa no período recente face o aumento do desemprego.

Considerando esse panorama, como também os atributos e potencialidades do sistema econômico paulista, o presente objetivo estratégico alinha-se principalmente com os ODSs 8 e 9 da Agenda 2030, respectivamente nominados “crescimento econômico e trabalho decente” e “indústria, inovação e infraestrutura”. Segundo o ODS 8, o padrão de recuperação do crescimento econômico global tem sido moderado no período pós-crise 2008, limitando a continuidade da redução da pobreza, da melhoria da distribuição de renda e a criação de empregos. Esse cenário se aplicada

também ao contexto econômico e social do Brasil e de São Paulo. Este ODS orienta para a promoção do crescimento econômico sustentável, buscando aumentar o nível de produtividade e inovação tecnológica concomitante ao estímulo do empreendedorismo e ao aumento da criação e da qualidade dos empregos.

Dada a diversidade e integração da matriz produtiva paulista, os estímulos governamentais direcionados para a retomada dos investimentos em infraestrutura e fomento às atividades ligadas aos setores de turismo e da economia criativa, em função dos seus efeitos dinamizadores e multiplicadores, contribuem para a consecução das metas associadas ao ODS 8. É válido destacar que o parque produtivo paulista, num contexto de recuperação econômica e mediante ações governamentais de apoio a inovação e formação e requalificação da mão de obra, em nível técnico e profissionalizante, possui condições de gerar mais e melhores empregos.

O ODS 9 endereça a priorização de investimentos em infraestrutura e inovação como fatores que impulsionam o crescimento econômico e o desenvolvimento. Em função do aumento da urbanização e aglomeração populacional em grandes cidades, processo cuja dinâmica tem ocorrido de forma desordenada nos países em desenvolvimento, faz-se necessário priorizar ações voltadas a ampliação e melhoria da qualidade dos sistemas de transporte de massa.

As perspectivas sobre a evolução da dinâmica demográfica, anteriormente

descritas, evidenciam a continuidade do processo de aglomeração populacional nas regiões metropolitanas de São Paulo, notadamente nas áreas periféricas dos espaços urbanos e metropolitanos. Diversos programas e ações no campo da infraestrutura de mobilidade, previstos neste PPA, buscam responder às pressões e desafios impostos por este fenômeno. Esses programas buscam expandir a oferta e qualidade dos sistemas urbanos e metropolitanos de transporte, promovendo a melhoria da sua qualidade integração. Ao mesmo tempo em que contribuem para melhorar as condições de mobilidade, acessibilidade e o bem-estar dos usuários do sistema, essas inversões contribuem ainda para aumentar a eficiência produtiva da economia paulista.

O PPA também contempla programas orientados para a ampliação e melhoria da infraestrutura logística, promovendo investimentos em todos os modais de transporte para atender as necessidades de escoamento da produção, aumentar a eficiência e competitividade das cadeias produtivas e reduzir as disparidades regionais. Além da aplicação de recursos públicos, e levando-se em conta os condicionantes econômicos e orçamentários que limitam a expansão dos investimentos públicos, o au-

Os indicadores definidos para o acompanhamento deste Objetivo Estratégico buscam captar os principais aspectos condicionantes do objetivo, ou seja, o ambiente de crescimento econômico, a evolução da emprega-

mento dos investimentos em infraestrutura deve ser também estimulado por meio da ampliação do uso de modelo de concessão e parcerias público-privadas.

Também integra o ODS 9 incrementar a inovação tecnológica como fator de crescimento e criação de novas oportunidades de emprego, principalmente no setores TIC. Nesse aspecto, São Paulo possui elevadas vantagens competitivas e potencialidades de incremento que concorrem para alcançar as metas do ODS. O Estado concentra o maior e mais qualificado sistema de ciência e tecnologia no âmbito nacional, com destaque para uma densa rede de instituições de ensino superior e institutos tecnológicos, em diversas áreas de conhecimento, que conta com mecanismos de apoio e incentivos estruturados por meios de agências e órgãos governamentais. As três maiores universidades estaduais de São Paulo desempenham papel fundamental na formação de mão de obra qualificada e na produção de pesquisas científicas e tecnológicas. Diversos programas e ações deste PPA buscam fomentar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, contribuindo para o crescimento econômico e desenvolvimento da sociedade paulista.

bilidade, o perfil de intensidade tecnológica da matriz produtiva estadual e a evolução do turismo.

O primeiro indicador é o índice anual do Produto Interno Bruto real do Estado de São Paulo (base 2002 = 100). Esse indicador permite avaliar

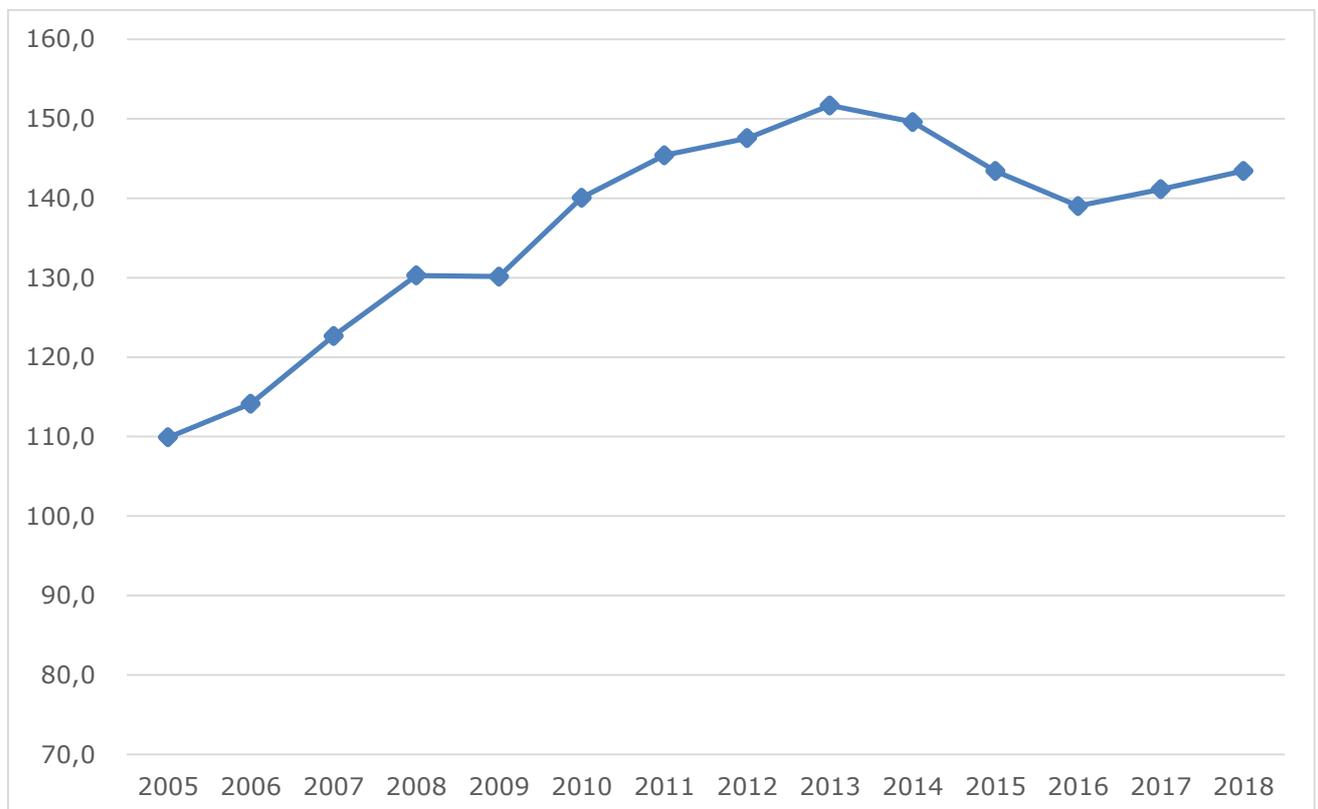
a evolução do desempenho econômico estadual. É importante destacar que esse indicador pode ser influenciado por diversos fatores, de modo que sua utilização tem a finalidade de monitorar a dinâmica do ambiente econômico como subsídio para orientar as ações governamentais.

Observa-se que o PIB do Estado de São Paulo evoluiu positivamente até 2013, mesmo com a estagnação ocorrida entre 2008 e 2009 no contexto da crise econômica internacional (**Gráfico 1**). Entre 2013 e 2016, o produto real paulista apresentou retração de aproximadamente 2,2%

a.a., refletindo o quadro de recessão econômica já discutido anteriormente. Embora seja verificado um moderado crescimento a partir de 2016, o volume do PIB paulista ainda situa-se em patamar inferior ao nível observado em 2013, evidenciando a dificuldade do processo de recuperação do crescimento

econômico. Esse aspecto representa um desafio para a ação governamental, cujos esforços devem permanecer constantemente orientados para apoiar o processo de recuperação da economia paulista.

Gráfico 1: Índice do Produto Interno Bruto Real do Estado de São Paulo
(Base: 2002 = 100)



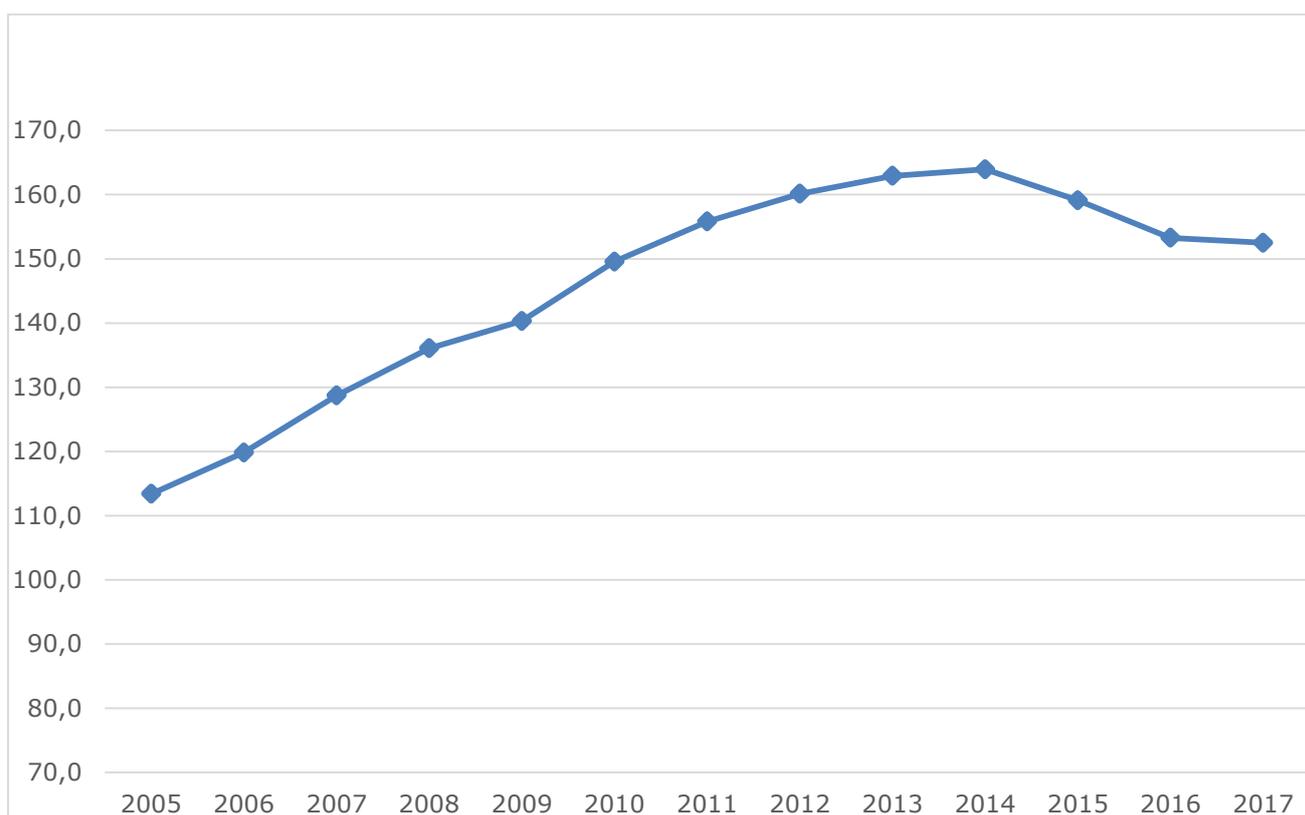
Fonte: IBGE e Fundação SEADE.

Outro indicador é o índice de emprego formal do Estado de São Paulo (base 2002 = 100). Tomando como referência a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), esse indicador mensura o número de vínculos de contratos de trabalho, possibilitando acompanhar a evolução da empregabilidade no setor formal.

Esse indicador demonstra que houve

retração no volume de contratações a partir de 2014, sendo observado uma queda de 2,2% a.a. entre 2014 e 2016 (**Gráfico 2**). Esse comportamento é um reflexo da queda da atividade econômica no Estado de São Paulo, resultante do quadro de crise macroeconômica nacional. Em 2017, verifica-se uma moderada estabilização na evolução do indicador.

Gráfico 2: Índice do Emprego Formal do Estado de São Paulo
(Base: 2002 = 100)



Fonte: RAIS, Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho.

Outro indicador é o número de turistas que chegam ao Estado de São Paulo provenientes de países nos quais possuem residência permanen-

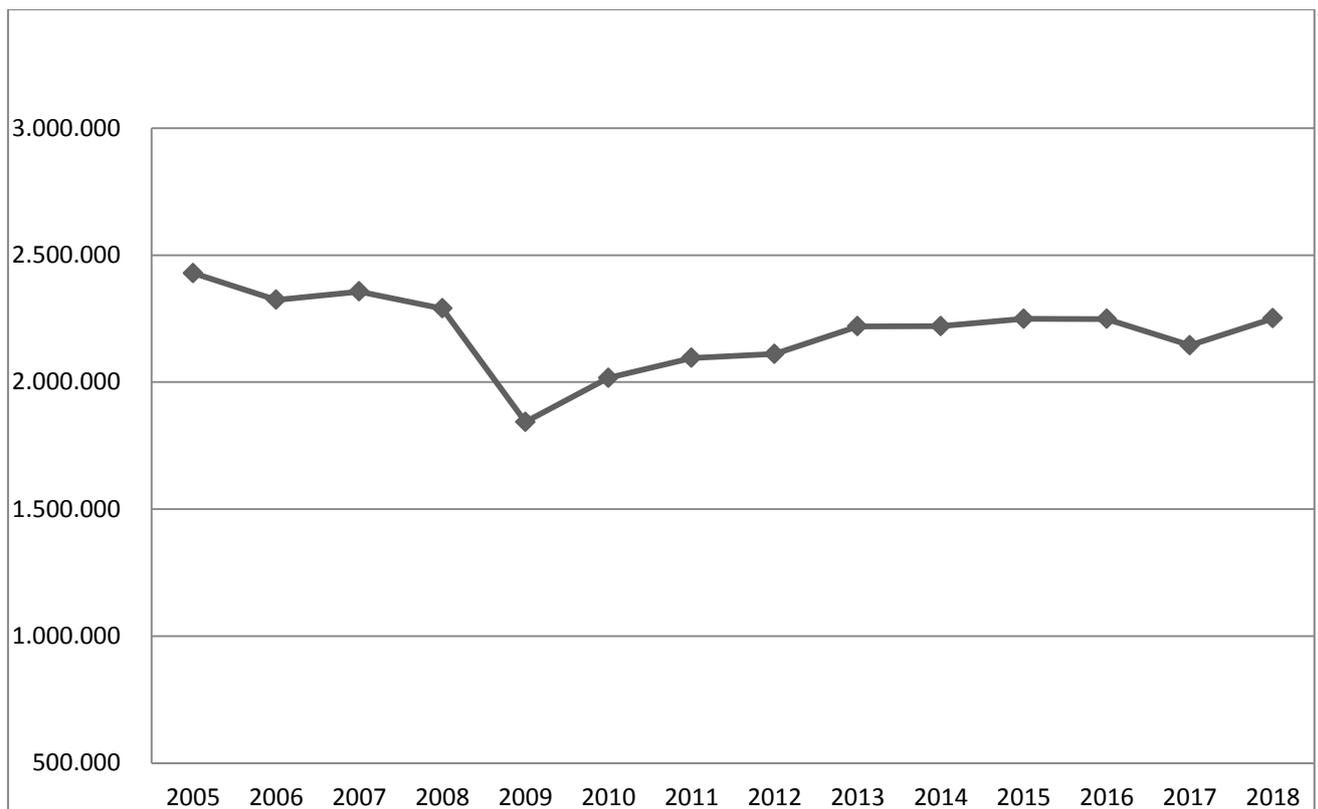
te. A evolução do indicador demonstra que ocorreu expressiva queda no volume de turistas internacionais em 2009, resultado possivelmente de-

corrente da crise financeira internacional (Gráfico 3).

O indicador também mostra uma tendência sistemática de recuperação

gradativa do volume de turistas internacionais que chega a São Paulo. Entre 2009 e 2018, o indicador apresentou um crescimento médio anual de 2,0%.

Gráfico 3: Número de Turistas Internacionais que chegam ao Estado de São Paulo



Fonte: Anuário Estatístico do Turismo, Ministério do Turismo.

Último indicador a ser considerado para se monitorar esse Objetivo Estratégico é o de **Exportações das Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia (US\$ bilhão FOB)**. Busca-se com ele apurar, com base em classificação da OCDE, as características das exportações da indústria do Estado. Para 2015 tínhamos o resultado de **41,3%**.

Iniciativas

As secretarias de Estado envolvidas no desenvolvimento deste objetivo estratégico são: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Fazenda e Planejamento, Secretaria de Logística e Transportes, Secretaria da Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Turismo, Secretaria de Governo e Secretaria de Desenvolvimento Regional. Os programas da

Secretaria de Transportes Metropolitanos também contribuem para esse objetivo, contudo esses são apresentados no Objetivo Estratégico 6 - *Qualidade de Vida Urbana, com Moradia Adequada e Mobilidade*.

Entre as iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, destacam-se:

- *Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade e Competitividade*. Este programa tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico por meio da melhoria da produtividade, da competitividade, da promoção da inovação e da difusão tecnológica, mantendo e ampliando de modo sustentável as vantagens competitivas do Estado de São Paulo para incentivar investimentos públicos e privados, impulsionando de forma equilibrada as potencialidades territoriais do Estado.
- *Inovação e Tecnologia para Instituições Públicas e Privadas*. Tem como objetivo desenvolver e implementar novas soluções e serviços tecnológicos para atender problemas reais das instituições públicas e privadas que aumentem sua competitividade e promova a qualidade de vida da sociedade.
- *Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia*. O programa visa a fomentar o desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas no Estado de São Paulo, por meio da concessão de auxílios e bolsas a pesquisadores, inclusive em formação, vinculados a instituições de pesquisa e de ensino

superior e à pequenas e médias empresas inovadoras, localizadas no estado, atuando na difusão da ciência e da tecnologia produzidas em São Paulo, para o país e o exterior.

- *Qualificação, Trabalho e Empreendedorismo*. Este programa busca propiciar alternativas de ocupação e renda à população em idade ativa, oferecendo qualificação profissional, orientação e oportunidades de colocação e/ou recolocação no mercado de trabalho, em consonância com o desenvolvimento econômico do Estado e suas especificidades regionais. Entre suas iniciativas e finalidades, destacam-se: inserir ou recolocar o trabalhador no mercado de trabalho de maneira ágil, minimizando o custo social causado pelo desemprego; aumentar o número de jovens aprendizes e estagiários de nível médio no Estado de São Paulo; capacitar e/ou recapacitar os desempregados, oferecer orientação profissional, visando a sua inserção/reinserção no mercado de trabalho; promover a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos, na modalidade do via rápida, a jovens maiores de 16 anos, principalmente desempregados, por meio de parcerias com entidades públicas, privadas e/ou sem fins lucrativos; promover a inclusão social e econômica de todos, garantindo a igualdade de oportunidades e redução das desigualdades; ofertar, em diferentes formatos e modalidades (expresso, virtual, móvel), cursos profissionalizantes de qualificação e habilita-

ção técnica, implementando o ensino profissionalizante na rede estadual de ensino médio regular.

Entre as iniciativas desenvolvidas pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, destaca-se o programa Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico, que tem por objetivo apoiar o crescimento da economia paulista, visando o desenvolvimento econômico e sustentável, gerando aumento de produtividade, bem como de emprego e renda. Entre as iniciativas, destacam-se: implementação dos mecanismos de repasses de recursos – Fundos de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, Funac, Fides, Fidec; Banco do Povo; Fundo de Aval; financiamento aos municípios; e concessão de crédito para projetos de inovação e para pequenas e microempresas.

No âmbito da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, destaca-se o programa Economia Criativa. Esse programa tem como objetivo desenvolver projetos de qualificação para o mercado criativo, compreendendo ações que dinamizem a produção, distribuição, consumo, fruição e a inovação de segmentos, bens e serviços criativos em todo o Estado de São Paulo. Entre suas iniciativas e finalidades, destacam-se: garantia das condições de acesso pleno e universal a equipamentos culturais de difusão e a programas desenvolvidos pelos grupos artísticos profissionais vinculados à Secretaria da Cultura; ampliação da oferta de competências criativas para o mercado, sobretudo para jovens de 14 a 29 anos, desenvolvendo atividades de formação e

capacitação, sejam elas presenciais ou à distância, mas também qualificar empreendedores e empresas da economia criativa; viabilizar e criar oportunidades para a difusão, troca de experiências e fruição das diversas práticas culturais e linguagens artísticas, incentivar a ampliação e descentralização regional da oferta cultural e dos serviços ofertados pelos equipamentos culturais do Estado e no atendimento aos municípios.

No âmbito da Secretaria de Logística e Transportes, destacam-se os programas:

- *Melhorias da Malha Rodoviária e dos Terminais Rodoviários no Estado*. Esse programa tem como objetivo manter e aprimorar a malha rodoviária estadual e apoiar os municípios na execução de obras de recuperação e pavimentação em estradas vicinais e, quando for o caso, auxiliar na implantação ou reforma de terminais rodoviários de passageiros, contemplando os aspectos de mobilidade e acessibilidade. Juntamente com o programa *Operação, Conservação, e Segurança da Malha Rodoviária Administrada pelo DER*, destacam-se como finalidades e iniciativas: execução de obras de pavimentação e/ou recuperação e ampliação de capacidade viária em estradas vicinais; execução de obras de duplicação viária e de desenvolvimento contínuo do programa de recuperação de rodovias, por meio de intervenções de restauro, melhorias, recapeamento de vias e de recuperação de encostas; recuperação e melhoria das condições do

sistema rodoviário e da logística de integração com outros modais; implementação da Nova Tamoios - interligação rodoviária contornos Caraguatatuba Norte e Sul/São Sebastião; realização de estudos socioambientais de impacto condicionantes para emissão de licenças ambientais necessárias à execução de empreendimentos rodoviários.

- *Modernização da Infraestrutura Aeroportuária.* O programa visa modernizar os aeroportos e ampliar a malha aeroviária que atende o interior do estado. Dentre suas iniciativas, destacam-se a execução de serviços de suporte técnico-administrativo e adequação da rede aeroportuária instaladas nas diversas regiões administrativas do Estado, por meio de execução de obras, implantação de equipamentos de auxílio e proteção aos voos e seções de combate a incêndio.

No tocante à Secretaria de Turismo, destacam-se os seguintes programas:

- *Aprimoramento e Desenvolvimento da Gestão do Turismo Paulista.* Esse programa tem por objetivo estruturar a Secretaria mediante aprimoramentos físicos e funcionais, visando a prover informações confiáveis sobre o turismo paulista que oriente investidores, prefeituras, organizações, instituições de ensino, *trade* turístico e demais órgãos públicos no planejamento e utilização de recursos para o desenvolvimento do potencial turístico do Estado.

- *Estruturação e Promoção Turística do Estado de São Paulo.* Esse programa busca fomentar o reposicionamento do turismo no Estado de São Paulo, através de ações de estruturação e qualificação de produtos e destinos (existentes e potenciais), e forte ação na promoção, inserindo o Estado como um importante destino de lazer nacional e internacional. Entre suas iniciativas e finalidades, destacam-se: estruturar, apoiar, articular e estimular o desenvolvimento de produtos e destinos turísticos; criar, aumentar e fortalecer fluxo de turistas nos destinos do estado; garantir suporte técnico-administrativo e repasses de recursos no âmbito do fundo de melhorias das estâncias e para os municípios de interesse turístico.

No âmbito da Secretaria de Governo, destaca-se o programa *Desenvolvimento e Excelência da Prestação dos Serviços de Transporte Delegados*, o qual tem por objetivo incentivar o desenvolvimento e assegurar a excelência da prestação dos serviços de transportes, por meio da regulação e fiscalização, mediando os interesses dos usuários, entidades reguladas e poder concedente. Esse programa prevê um conjunto de ações da Artesp para aumentar a qualidade e eficiência dos serviços de transporte providos à sociedade mediante a regulação do Estado.

Também contribui para esse Objetivo estratégico o Programa *Desenvolvimento Regional Integrado - Cidades Inteligentes*, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional. Den-

tre as iniciativas deste programa, tem-se: celebração de convênios com municípios e consórcios municipais para execução de obras públicas de infraestrutura urbana ou aquisição de bens destinados a serviços urbanos; apoio às atividades da Secretaria e dos escritórios regionais para maior agilidade de resultados no de-

sempenho de suas funções; concessão de financiamento a municípios no programa "Frota Nova Municípios"; e implementação do projeto SP+Perto para implantação de unidades integradas nos moldes do Poupatempo em cada uma das 15 regiões administrativas do Estado.

Objetivo Estratégico 5: Desenvolvimento social garantindo os direitos individuais e coletivos e promovendo a autonomia plena

Assegurar o acesso pleno à justiça e à cidadania, bem como ações governamentais integradas no atendimento às necessidades dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Reduzir todo tipo de desigualdade, fomentando a inclusão social e a geração de autonomia para o desenvolvimento de potencialidades pessoais e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

O Estado de São Paulo tem como uma das suas principais características indissociáveis o recebimento e o acolhimento, ao longo da história, de expressivos e diversificados contingentes populacionais que, com suas tradições, culturas e hábitos, ajudaram a perfazer a demografia e o panorama social rico e complexo dessa unidade da Federação. Se, na maioria das vezes, esses grupos sociais apresentavam vulnerabilidades econômicas, e se na maior parte dos casos os processos migratórios ou imigratórios transcorreram sem o devido planejamento infraestrutural e social, coube sempre ao Estado buscar a incorporação dessas pessoas no processo de desenvolvimento social, fazendo uso dos mecanismos de assistência e apoio governamentais, buscando torná-las cidadãs plenas de direitos.

Assim, como não poderia deixar de ser, promover a cidadania plena e justiça a todos os seus habitantes constitui um dos Objetivos Estratégicos a serem alcançados pelo Estado no futuro, buscando-se, para tanto, a universalização do acesso aos instrumentos de justiça e cidadania, por meio do enfoque prioritário nos grupos e camadas sociais mais vulneráveis da população.

Dessa maneira, esse objetivo tem como intento, por um lado, minorar as condições de desigualdades entre as pessoas e, por outro, mitigar as circunstâncias de ocorrência de qualquer forma de preconceito, contribuindo decisivamente para que o Estado de São Paulo continue a construir sua identidade baseado no encontro e na diferença, e seja um lugar sempre aberto ao plural e ao múltiplo, não abrindo mão de apoiar institucionalmente seus grupos mais vulneráveis.

O PPA 2016-2019 já procurava caminhar nessa direção, reconhecendo, no então OE "População com pleno exercício dos direitos de cidadania, como direito à justiça, à proteção social básica, à cultura, ao esporte e ao lazer", a relevância de promover os direitos plenos de cidadania, entendidos como a condição ideal em que qualquer cidadão possa utilizar os serviços judiciários e em que exista uma rede de proteção social que o inclua na sociedade e o torne beneficiário dos serviços públicos. Assim, numa continuidade potencializada do que já se conseguiu implementar nessa seara, este OE almeja, por meio de diversas ações públicas, o alcance da cidadania plena por meio do fortalecimento dos elos da coleti-

vidade e do fomento das capacidades pessoais, em particular para os cidadãos em situação mais vulnerável ou sob risco social, como os segmentos mais pobres da sociedade, os grupos com acesso deficitário a alimentos saudáveis e de qualidade, a população negra, a população feminina, os grupos indígenas, os portadores de deficiência física e mental, a população idosa, as populações LGBTQs, mas também a população jovem em áreas de insegurança ou instabilidade social e as pessoas em reinserção na sociedade após o cumprimento de penas resultantes de condenações legais ou medidas socioeducativas.

O presente Objetivo Estratégico não se mostra relevante apenas para o Estado de São Paulo, mas, ao contrário, é coadunado e perpassado por vários objetivos da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável da ONU. Guarda relação com o Objetivo 1, “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, em especial nos objetivos específicos que vislumbram garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham iguais direitos aos recursos econômicos e acesso a serviços básicos, como propriedade e controle sobre a terra, e naquelas diretrizes que almejam potencializar a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, reduzindo sua exposição e vulnerabilidade.

Relaciona-se ainda com o Objetivo 2, “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, mormente quando prevê

acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos durante todo o ano, e quando mira atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas, e dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores.

Associa-se também ao Objetivo 5, “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, em diversos aspectos, como quando enseja acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte, eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas ou reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, mas também quando esse Objetivo prevê garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. Preconiza a adoção de direitos afirmativos às mulheres em matérias de recursos econômicos ou no acesso à propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais.

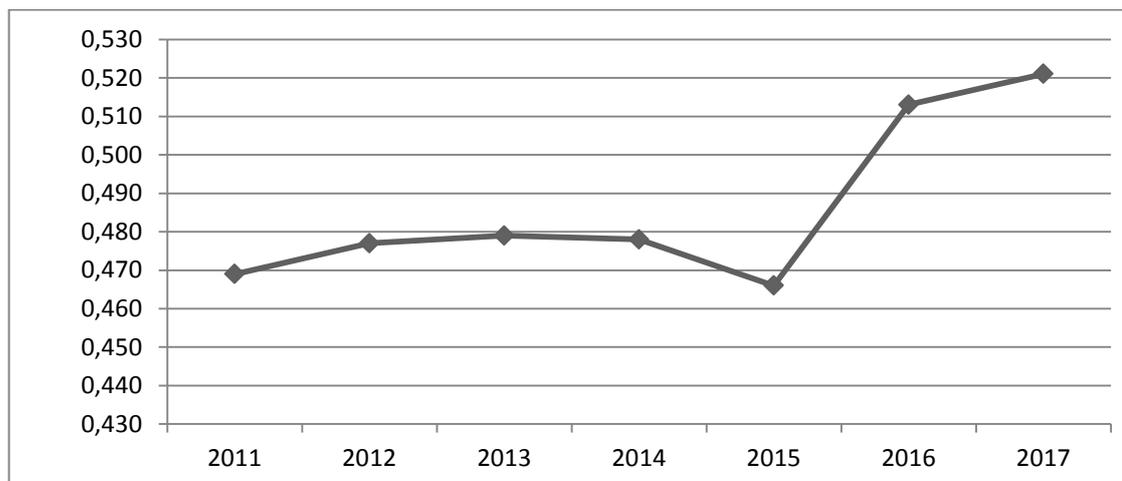
Por fim, relaciona-se também com o Objetivo 10, “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, es-

pecialmente quando este designa empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica, ou quando busca garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, com a promoção de legislação, políticas e ações adequadas a esse respeito, por meio da adição de políticas para alcançar progressivamente maior igualdade.

Sendo a desigualdade uma das dimensões mais importantes desse Objetivo Estratégico, faz-se indispensável analisar a situação do Estado de São Paulo nessa seara. Para tanto, o indicador consagrado é o Índice de Gini, que mede, pela comparação entre a renda das camadas mais ricas e mais pobres da população, a desigualdade social. Nota-se, após um período de relativa estabilidade e

até de crescimento da desigualdade, um súbito recrudescimento da diferença de renda no Estado de São Paulo, provavelmente mais um fenômeno deflagrado pela crise econômica recente. Ainda que o último dado do Pnad disponível seja de 2017, pesquisas recentes indicam que o aumento da desigualdade teria mantido a curva ascendente nos últimos anos. Assim, faz-se mister que as ações componentes dos Programas do PPA 2020-2023 atuem prioritariamente com enfoque na redistribuição de renda e no fomento às políticas de redução da desigualdade, fazendo com que a recuperação econômica esperada para os próximos anos seja acompanhada de uma minoração dos descompassos excessivos da produção e detenção da riqueza entre as pessoas, sabidamente um problema estrutural causador de diversas mazelas sociais, como o aumento da violência.

Índice de Gini da Renda Domiciliar Total, Estado de São Paulo – 2011-2016



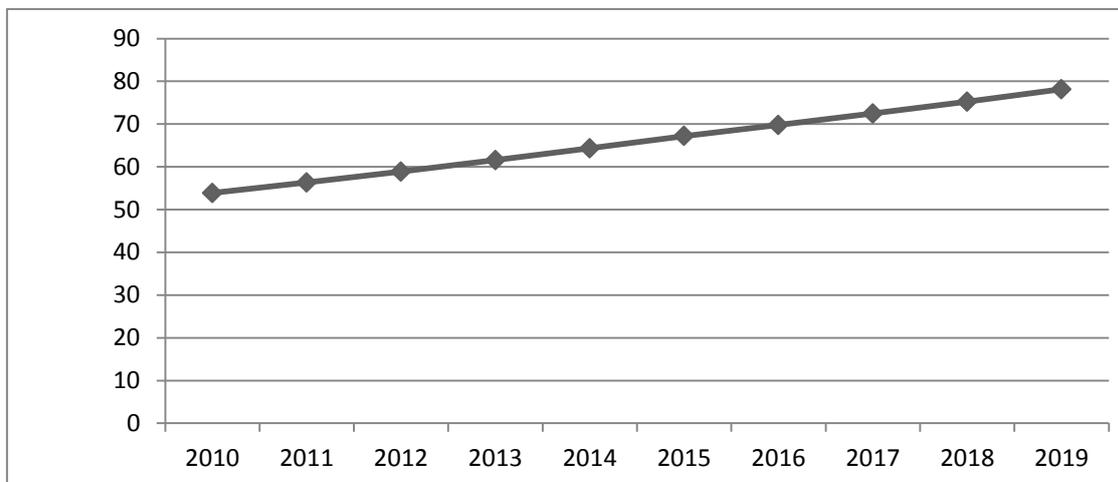
Fonte: IBGE, Pnad e Pnad-C.

Considerando o cenário bastante heterogêneo da composição demográfica da população do Estado de São Paulo, no todo e no comparativo entre suas regiões e sub-regiões, nota-se tanto a premência social deste Objetivo Estratégico, quanto a complexidade para sua implementação. Mais do que destacar indicadores de Produtos, Resultados ou Impactos a serem alcançados por meio deste OE – que serão alvo especificamente das ações desempenhadas no âmbito dos programas realizados por diversas secretarias de Estado, alguns dos quais destacamos mais à frente – o relevante aqui é delinear algumas variáveis sociais fundamentais para a caracterização social concernente a este OE.

Assim, descreveremos a seguir os quatro indicadores de impacto que serão utilizados para monitorar a situação do Estado de São Paulo no próximo quadriênio.

Um indicador imprescindível para compreender este OE é o Índice de Envelhecimento da População – calculado com base na proporção de pessoas de 60 anos e mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos – e que demonstra, segundo seu contínuo e esperado crescimento, que um dos principais grupos de vulnerabilidade que o Estado de São Paulo deverá considerar, ao planejar e implementar suas políticas públicas de cidadania, certamente é o dos idosos.

Índice de Envelhecimento da População no Estado de São Paulo (Em %) – 2010-2019

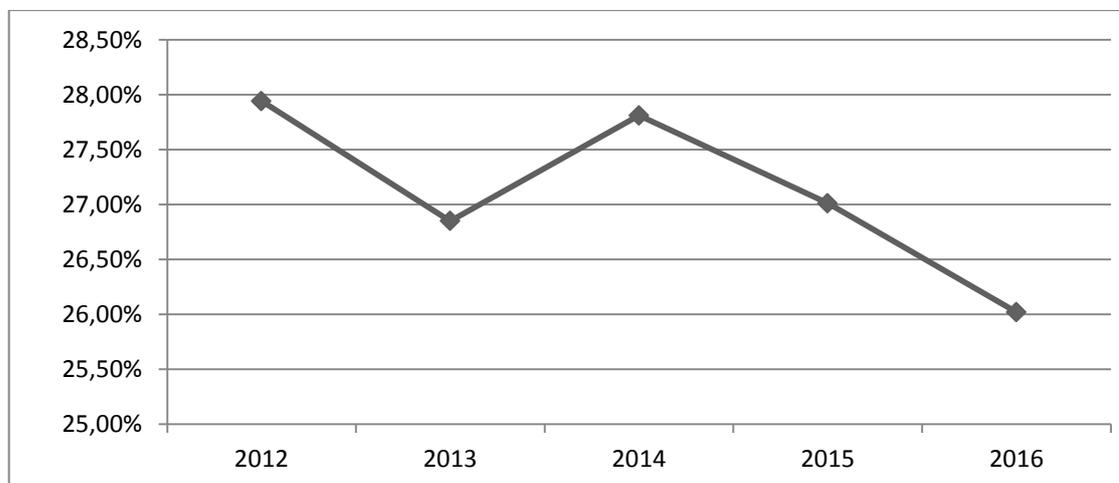


Fonte: Seade, 2019

Outro indicador para compreender o cenário deste OE é a proporção de ocupados de 14 anos ou mais em situação de trabalho vulnerável, correspondente à participação percentual de pessoas ocupadas como empregado sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, trabalhadores por conta própria que não contribuem com a previdência social e tra-

balhadores na produção para o próprio consumo e na construção para próprio uso, sobre o total de pessoas ocupadas. Ainda que felizmente se note uma queda nessa proporção, é importante que o Estado permaneça atento a esse dado, buscando fomentar condições econômicas e sociais que favoreçam o emprego formal gerador de renda.

Proporção de ocupados de 14 anos ou mais em situação de trabalho vulnerável

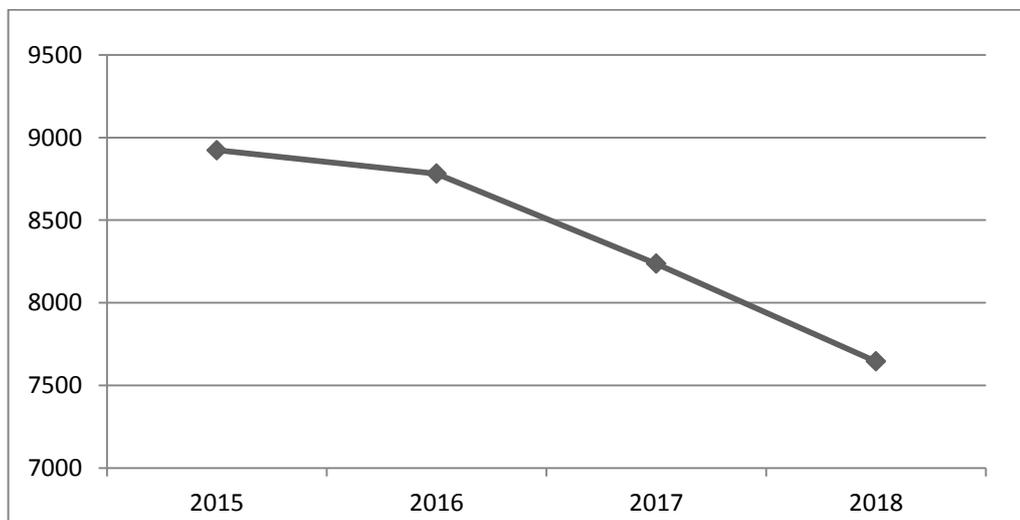


Fonte: IBGE/Pnad-C/Seade.

Mais um dado capital que contextualiza esse OE reside no número de menores infratores atendidos pela Fundação Casa. Beneficamente, esse número tem decrescido nos últimos anos (ainda que se tenha mantido a proporção aproximada em relação ao número total de jovens do Estado de

São Paulo, cerca de 0,15% em 2016 e 0,145% em 2018, utilizando as projeções populacionais do Seade como referência), mas a mera quantidade absoluta, ainda expressiva, demonstra que o Estado deve continuar a focar atenção nesse grupo vulnerável.

Número total de Menores atendidos pela Fundação Casa pelo último dado consolidado anual (no conjunto de seus programas)



Fonte: Boletins Estatísticos da Fundação Casa

O governo do Estado de São Paulo, por meio de suas secretarias de Estado, tem forte presença no campo da justiça social e na garantia dos direitos de cidadania, correlacionados a vários e importantes programas e projetos públicos. Tais esforços governamentais se refletirão na estrutura programática do PPA 2020-2023, por meio de variados e abrangentes programas, alguns já registrados parcialmente no PPA 2016-2019, outros constituindo ações inéditas. A seguir, destacam-se alguns desses programas.

Uma das principais responsáveis por contribuir com os avanços deste Objetivo Estratégico, a Secretaria de Desenvolvimento Social, por exemplo, propõe o programa *Combate à Pobreza e Redução das Desigualdades*, com o intuito de reduzir as taxas de famílias e pessoas nas faixas de pobreza e extrema pobreza, com atuação equânime nos diferentes públicos e territórios. No âmbito da mesma pasta, tem-se o programa *Segurança Alimentar e Nutricional*, que almejará promover o acesso à alimentação adequada e saudável,

com prioridade para famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como prevenir agravos decorrentes da má nutrição.

Ainda na esfera do Desenvolvimento Social, incidirá o programa *Qualificação do Apoio à Gestão Municipal*, com a missão de aprimorar o apoio técnico oferecido pela Seds para as gestões municipais, no que tange às políticas de assistência social, política sobre drogas e segurança alimentar, apoio em gestão fundamental, posto que a atuação nos territórios se dá em grande medida com as administrações municipais, no âmbito do Suas.

Já na Secretaria da Saúde, salienta-se o programa *Recomeço: uma Vida sem Drogas*, com forte participação da Secretaria de Desenvolvimento Social na sua gestão, a qual promoverá assessoria para implantar o programa nos municípios do Estado, visando a promover ações de prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas e de reinserção social de pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, ampliando o acesso à justiça, ao tratamento de saúde integral, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários, de modo a resgatar sua autonomia.

No campo da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, acentua-se o programa *Proteção e Defesa do Consumidor*, que possui o objetivo de proteger e defender os consumidores nas relações de consumo e exigir o cumprimento da legislação consumérista por parte dos fornecedores, e

ainda conscientizar todos os atores dessa relação de seus direitos e deveres, visando ao equilíbrio do mercado de consumo de forma sustentável. Foca-se também o programa *Perícia Judicial na Área de Medicina Legal e de Investigação de Vínculo Genético*, que tem o intuito de realizar perícias na área de medicina legal e de investigação de vínculo genético (DNA), em atendimento a demanda do Poder Judiciário e, especificamente, de grupos sociais economicamente vulneráveis. Sobressai-se, na mesma pasta, o programa *Direitos Humanos e Cidadania*, que intenta ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento e às políticas públicas referentes à cidadania e aos direitos humanos.

Cabe aqui outro destaque, dessa vez à Defensoria Pública do Estado, cujo programa *Assistência Jurídica* é responsável por garantir alguns direitos acima expressos (e mesmo quanto à reintegração social da população penal adiante descrita), atendendo prioritariamente às populações mais vulneráveis do Estado.

No contexto da Secretaria da Administração Penitenciária, marca-se o programa *Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e Seus Familiares*, que almeja garantir a dignidade da pessoa humana durante sua permanência no sistema penitenciário e promover políticas públicas efetivas que viabilizem a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho.

Na alçada da Secretaria de Governo, enfoca-se o programa *Rede Social de Cidadania e Sustentabilidade*, que promoverá a autonomia econômica, social e o desenvolvimento sustentável para pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo, por meio da ampliação das oportunidades de qualificação profissional, da inclusão produtiva, do empreendedorismo e do desenvolvimento econômico descentralizado e sustentável.

Por fim, com articulação multissetorial, nomeadamente envolvendo a

Secretaria de Educação, a Secretaria da Saúde, a Secretaria de Cultura e Economia Criativa e a Secretaria da Justiça e Cidadania, o programa *Atenção ao Adolescente / Jovem em Cumprimento de Medida Socioeducativa e Cautelar*, buscará dar efetividade aos direitos individuais e sociais dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, além de internação provisória e atendimento inicial para que esses jovens retornem ao convívio social.

Objetivo Estratégico 6: Qualidade de Vida Urbana, com Moradia Adequada e Mobilidade

Ampliar a oferta de moradias com acesso à rede de serviços urbanos e inseridas em territórios com transporte de qualidade. Intensificar as operações de fomento e novos instrumentos para viabilização de moradias dignas, urbanização e regularização fundiária, bem como fomentar, em especial, o transporte integrado e o investimento em saneamento.

Os grandes centros urbanos do Estado têm seus territórios marcados pela desigualdade, fruto de processos de urbanização desordenados, resultado de intensos fluxos migratórios, principalmente a partir de meados da década de 60. O padrão de ocupação resultante reservou aos mais pobres as áreas periféricas da cidade e o aparecimento de problemas relacionados às condições de moradia, saneamento e transporte público.

O problema habitacional foi abordado nas audiências públicas realizadas com a população de São Paulo no início de 2019. Destinadas a orientar as estratégias previstas no Plano Plurianual 2020–2023, elas indicaram preocupações orientadas em dois eixos: falta de moradias e qualidade precária das existentes.

De fato, em relação à falta de moradias, as audiências apontaram que os cidadãos enfrentam dificuldades em adquirir habitação própria, principalmente na capital e regiões metropolitanas, levando a população de baixa renda a fixar residência nas periferias das cidades, invariavelmente em condições precárias. Tal precariedade nos leva ao segundo eixo de preocupações, que são as condições de ha-

bitação de boa parte dessa população.

Entre os temas destacados estão as casas construídas em áreas de risco e sujeitas a todo tipo de situações, como: desabamentos, enchentes, instalação em áreas de mananciais, falta de segurança pública e saneamento básico eficiente.

O Estado de São Paulo possui, portanto, consideráveis desafios à frente. O primeiro deles diz respeito à necessidade de prover novas moradias para a população de baixa renda, não atendida pelo mercado formal, no âmbito de uma política estruturada de habitação de interesse social que oriente as ações das três esferas de governo. Outro importante desafio refere-se à necessidade de recuperar e qualificar os passivos urbanos e ambientais gerados pelo crescimento intenso e precário das cidades, característicos do processo excludente de urbanização e apropriação do solo, dos bens e serviços urbanos.

Estudo da Fundação Seade informa que há mais de 3 milhões de domicílios paulistas com carências essenciais. Estão incluídos nesse número barracos, domicílios em favelas, em

áreas de risco, em cortiços e com infraestrutura interna imprópria, assim como domicílios congestionados e com ônus excessivo em relação ao aluguel. Some-se a esse já complexo quadro a exigência de compreender as diversidades regionais do território paulista e concluiremos que as prioridades concentram-se em dois focos: provisão de moradias e regularização fundiária.

A provisão de moradias é uma das preocupações do atual governo, e há programas específicos previstos para sua realização no atual PPA. Também importante será a participação das prefeituras nesse intento. Em que pese a atuação de melhoria de infraestrutura urbana ser de competência municipal, os diagnósticos habitacionais apontam a necessidade de apoiar os municípios para que desenvolvam funções afetas à gestão habitacional e à produção de residências. Isso justifica iniciativas, por parte do governo do Estado, de fomento a habitações de interesse social, fornecendo assistência técnica e ações de capacitação de agentes locais e aprimoramento da gestão de crédito.

Em relação à regularização fundiária, o estatuto da cidade consolidou o direito à cidade legal, à moradia e à segurança da posse, ampliando a atuação da política habitacional. A implantação do programa *Cidade Legal*, com a adesão de mais de 400 municípios, identificou cerca de 2 milhões de domicílios que necessitam de regularização fundiária no Estado, incluindo os conjuntos habitacionais da CDHU.

Outro esforço importante que o governo de São Paulo tem executado é em relação à universalização de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em harmonia com a melhora da qualidade das moradias, o adequado fornecimento de água tratada, esgotamento sanitário e tratamento desse esgoto estão diretamente relacionados à saúde da população, impactando indicadores importantes, como a mortalidade infantil por exemplo.

Também resultado do crescimento desordenado das metrópoles é a baixa oferta de transporte público eficiente e de qualidade. As audiências públicas demonstraram que a população demanda soluções para áreas sensíveis à atuação do Estado, tanto em relação ao transporte intermunicipal das cidades que compõem as regiões metropolitanas, quanto dentro de grandes cidades como São Paulo.

Entre as principais demandas está o aumento da oferta de viagens. Embora avanços possam ser observados em relação à qualidade dos novos trens da CPTM e Metrô, bem como dos veículos sob gestão da EMTU, os resultados das audiências públicas demonstram que a percepção da população é de que o sistema de transporte público precisa melhorar sua organização e eficiência, pois o aumento da qualidade não foi acompanhado de aumento equivalente na oferta de viagens. A percepção é de que há progressos, mas o tempo de espera e a lotação dos sistemas ainda são gargalos que afetam a eficiência do sistema de transporte.

Também em destaque está a percepção da necessidade de ampliar a fiscalização do transporte intermunicipal.

A função primordial dos sistemas de transporte oferecidos pelos entes públicos é facilitar os fluxos de pessoas no interior e entre os municípios das metrópoles paulista. Para tanto, o Estado de São Paulo dispõe de uma rede estrutural de transporte público metropolitano, coordenada pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). Ela compreende a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), responsável pelos trens que ligam alguns municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, o metroviário, a cargo do Metrô, sendo um dos principais e mais eficientes modais de transporte dentro da capital paulista, e a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), responsável pelo transporte sobre pneus e operando em regime de permissão e concessão por empresas privadas.

O Estado de São Paulo tem investido fortemente na busca de soluções eficientes e sustentáveis, principalmente em transporte sobre trilhos. Grandes aglomerados urbanos, como as regiões metropolitanas de São Paulo, requerem soluções para o transporte de passageiros em larga escala, e o transporte sobre trilhos é a alternativa adequada, como demonstrado ao longo dos anos, por ser o modal que provê às populações maior efetividade, garantindo qualidade de vida e competitividade e, dessa forma, melhor aproveitamento dos recursos investidos.

Este Objetivo Estratégico relaciona-se com três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030: ODS 6 – Água Potável e Saneamento, ODS 7 – Energia Limpa e Acessível, e ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis. O ODS 6 coloca em evidência que condições precárias da infraestrutura de serviços básicos, com inadequação da oferta e qualidade da provisão de água e saneamento, impactam negativamente a segurança alimentar, as condições de saúde e as oportunidades educacionais das famílias pobres. O ODS 11 chama a atenção para a necessidade de empreender ações para mitigar as externalidades negativas decorrentes dos processos desordenados de aglomeração e ocupação urbana, tais como congestionamento, poluição e moradias irregulares e precárias.

De forma indireta, o ODS 7 também associa-se com o presente Objetivo Estratégico do PPA. Aumentar a oferta de energia a partir de fontes renováveis e garantir maior acessibilidade para a população está entre as principais metas do ODS 7, contribuindo para incrementar a eficiência energética e a resiliência ambiental em face das mudanças climáticas, como também criar novas oportunidades de geração e renda. O espaço urbano também concentra grandes desafios ambientais para os quais contribuem o uso das fontes energéticas limpas e renováveis, em função das aglomerações econômicas e populacionais. Dessa forma, avançar nas metas endereçadas pelo ODS 7 concorre para a melhoria da qualidade de vida urbana. Como os principais programas

e ações conectados com este ODS vinculam-se com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, eles serão expostos na apresentação do Objetivo Estratégico 8 deste PPA.

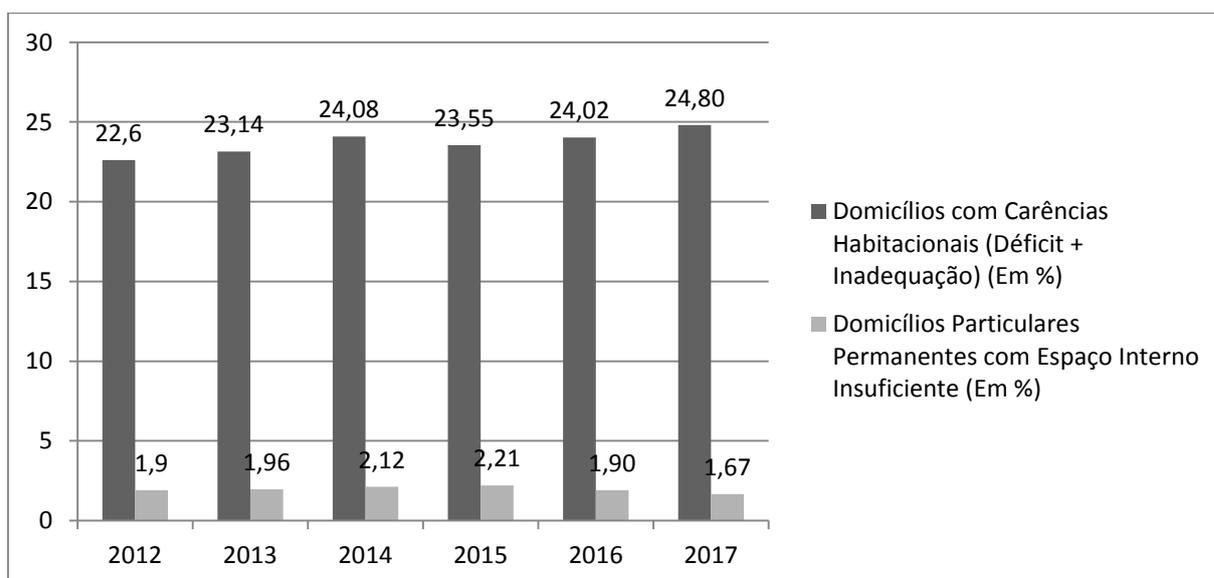
Os indicadores definidos para acompanhar o desenvolvimento deste Objetivo Estratégico refletem as condições de cada um dos três eixos em que ele se baseia. Um eixo referente à carência habitacional, outro dando conta do atendimento às necessidades de esgotamento sanitário e um último que demonstra a capacidade do sistema do transporte público metropolitano do Estado.

Os dois primeiros indicadores são apresentados conjuntamente no **Gráfico 1**, correspondendo ao **Per-**

centual de Domicílios com Carências Habitacionais (Déficit + Inadequação) e Domicílios Particulares Permanentes com Espaço Interno Insuficiente. Esses indicadores procuram demonstrar a proporção de domicílios com padrões de habitabilidade inapropriados em relação ao total de domicílios particulares permanentes no espaço urbano das cidades.

Vê-se que, no Estado, o *déficit* e a inadequação permanecem no mesmo patamar (24%) desde 2012. Já com relação ao espaço interno insuficiente, tem-se uma melhora constante no período com uma queda mais significativa em 2017 (**Gráfico 1**).

Gráfico 1: Domicílios com Carências Habitacionais (Déficit + Inadequação) (Em %) e Domicílios Particulares Permanentes com Espaço Interno Insuficiente (Em %)



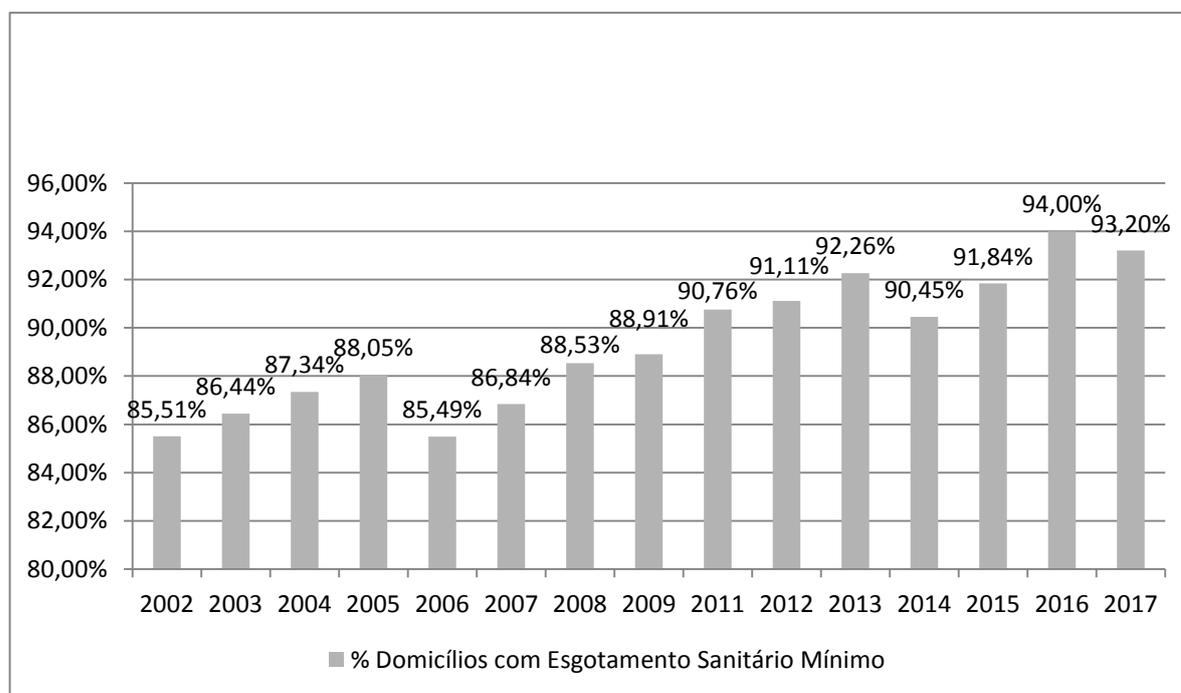
Fonte: IBGE/Pnad; Fundação Seade

Outro indicador é o **Percentual de domicílios atendidos pela rede de esgotamento sanitário mínimo**. Entendem-se como esgotamento sanitário as atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento no meio ambiente.

São Paulo tem efetuado investimentos e se esforçado no sentido de uni-

versalizar esse serviço. Dados de uma década dispõem que a proporção de domicílios particulares permanentes atendidos pela rede de esgoto sanitário, sobre o total de domicílios particulares permanentes, tem crescido de forma gradual. Entre 2005 e 2017, esse percentual subiu de 88,05% para 93,2% (**Gráfico 2**).

Gráfico 2: % Domicílios com Esgotamento Sanitário Mínimo (2002-2017)



Fonte: IBGE/Pnad; Fundação Seade.

Por fim, o quarto indicador a ser utilizado para se monitorar este Objetivo Estratégico é o **Número de passageiros do transporte metropolitano estadual (em bilhões de passageiros por ano)**, contemplando assim o eixo de transportes presente neste Objetivo Estratégico.

Em 2018, apurou-se o total de 2.678.793.427 passageiros transportados em todas as regiões metropolitanas do Estado, considerando-se aí os passageiros das redes metroviária (METRO), ferroviária (CPTM) e rodoviária (EMTU).

As secretarias de Estado envolvidas no desenvolvimento deste Objetivo Estratégico são: Secretaria de Habitação, Secretaria dos Transportes Metropolitanos e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Serão principalmente os programas propostos por essas três secretarias que se incumbirão das tarefas necessárias para aumentar a qualidade de vida da população, com o oferecimento de moradia adequada e mobilidade eficiente.

Entre as iniciativas apresentadas pela Secretaria de Habitação, destacam-se dois programas que representam distintas estratégias para oferecer moradias no Estado. O *Fomento à Habitação de Interesse Social – Casa Paulista* tem como objetivo promover, por intermédio do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS), apoio técnico e financeiro para a implementação de políticas de interesse social, como a concessão de subsídios em operações de crédito às famílias, de forma a viabilizar a produção de novas moradias, realizar melhorias no ambiente construído e fomentar a produção de lotes urbanizados. Outro objetivo desse programa é compartilhar os esforços por meio da capacitação de municípios, com promoção de assistência técnica à gestão dos recursos, e fomentar Parcerias Público-Privadas (PPPs), com a elaboração de estudos e projetos voltados à oferta de moradias pelo ente privado. Já o *Provisão de Moradias* tem por objetivo prover moradia para demanda habitacional de interesse social, via execução direta ou em parcerias, fomentar a aquisição de unidades habitacionais

prontas ou em construção e incentivar a produção de empreendimentos habitacionais ou lotes urbanizados associados à produção e financiamento de moradia, de modo a reduzir o *déficit* habitacional para a demanda geral.

Outra importante iniciativa da mesma secretaria é o *Regularização Fundiária de Interesse Habitacional – Cidade Legal*. Esse programa pretende reduzir a precariedade fundiária de conjuntos e núcleos habitacionais por meio de ações do Estado no sentido de regularizar os domicílios implantados pela Secretaria de Habitação e CDHU, principalmente em atuação conjunta com os municípios que ficarão responsáveis por identificar núcleos habitacionais e loteamentos existentes em situação precária, realizando diagnósticos e agindo para erradicar as irregularidades apontadas. Essas ações têm como objetivo efetivar o direito à cidade e à moradia digna, promovendo a requalificação de espaços degradados e entregando segurança jurídica às famílias, a partir do momento em que recebem os títulos de regularização.

Por fim, a Secretaria de Habitação executará o programa *Requalificação Habitacional e Urbana*, que procura atuar em assentamentos precários, tais como favelas e cortiços, e tem como objetivo melhorar as condições de moradia e qualificação urbana e socioambiental. O programa pretende atuar por meio da adequação de infraestrutura, recuperação ambiental e eliminação de riscos, implantação de mobiliário e equipamentos

públicos e sociais, integração socioeconômica e regularização fundiária.

Outra secretaria envolvida com esse objetivo estratégico é a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Seus programas repercutem principalmente em relação à saúde da população e à preservação ambiental, considerando seus dois principais objetivos: o gerenciamento de toda a cadeia de fornecimento de água potável e a coleta e tratamento do esgoto sanitário. São quatro os programas em destaque, sendo o primeiro deles o *Planejamento, Formulação e Apoio à Implementação das Ações das Políticas de Saneamento*. Esse programa procura ampliar a atuação do Estado para o desenvolvimento do setor, com ações técnicas e financeiras nos municípios, proporcionando benefícios socioambientais e de saúde pública para a população, fortalecendo a gestão da política de saneamento. Entre as iniciativas estão a consolidação de um sistema integrado de saneamento do Estado, compreendendo os planos estadual, regionais e municipais de saneamento básico, uma ação de financiamento às prefeituras que executam obras de afastamento e tratamento de esgoto – chamado *Água Limpa* – e ações de financiamento e restituição à Sabesp, que visam a aumentar o número de conexões domiciliares à rede de esgoto – chamado *Se Liga na Rede*.

Um segundo programa a merecer destaque é o *Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Área Operada pela Sabesp*. Objetiva contemplar as populações na área atendida pela Sabesp, buscando a uni-

versalização do abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de esgoto, proporcionando a melhoria das condições sanitárias e da qualidade do meio ambiente, de forma sustentável, resultando na melhora da qualidade de vida da população e produzindo efeitos multiplicadores nos âmbitos socioeconômico e ambiental. Suas ações concentram esforços em abastecer a população com água tratada, por meio de novas ligações ao sistema distribuidor, bem como ampliar o número de ligações ao sistema de coleta de esgoto administrado pela Sabesp e encaminhá-lo ao adequado tratamento.

Complementando a política de saneamento, temos os programas *Infraestrutura hídrica e combate a enchentes* e *Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos*. O primeiro visa a diminuir a recorrência das inundações e aumentar a disponibilidade hídrica no Estado, destacando-se importantes iniciativas previstas, como a despoluição dos rios Pinheiros e Tietê. O segundo objetiva promover melhor planejamento, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, enfatizando as soluções regionalizadas. Busca ainda melhorar a qualidade dos aterros, assim como reduzir os resíduos lá dispostos, em ações com importante impacto regional. Objetiva também desenvolver sistemas de monitoramento da política e de rastreamento dos resíduos sólidos, além de aprimorar a logística reversa no Estado e induzir a adoção de tecnologias para o tratamento.

Outra secretaria importante para o desenvolvimento deste Objetivo Estratégico é a Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Seus programas são de grande importância para viabilizar as conexões metropolitanas e, sobretudo, permitir aos cidadãos acesso a um sistema de transporte seguro e de qualidade. Nesse sentido, cinco programas se destacam. O primeiro deles, *Planejamento, Gestão Estratégica e Modernização do Transporte Metropolitano – Pitu Vivo*, busca garantir condições apropriadas para a coordenação das políticas públicas, planejamento, gestão e modernização do transporte metropolitano de passageiros, por meio de ações no sentido de modernizar e/ou adquirir novos veículos e sistemas, desenvolvimento de um processo contínuo de planejamento, acompanhamento e monitoramento dos empreendimentos e consolidação dos modelos de gestão destinados a integrar o transporte de passageiros. Sua abrangência compreende as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba.

O programa *Expansão, Modernização e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – Pitu em Marcha*, gerido pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), busca ampliar e qualificar o transporte público metropolitano, sobretudo na sua participação na divisão modal das viagens, garantindo serviços de melhor qualidade, e acessibilidade e oportunidade de inclusão da população de baixa renda. As várias ações associadas a esse programa concorrerão para a melhor estruturação do

transporte nas várias metrópoles paulistas. Entre as iniciativas, destacam-se a finalização da implantação do SIM da Baixada Santista, melhoramentos na infraestrutura de diversos corredores em operação, a conclusão da implantação dos corredores de Guarulhos, Itapevi e Campinas.

Com o objetivo de ampliar a utilidade da malha de transporte de passageiros sobre trilhos nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos de São Paulo, expandindo e modernizando os serviços, adequando-se às exigências de mobilidade e ao volume da demanda, de forma integrada à rede existente e com adoção de elevado padrão de qualidade e de inserção urbana, temos o programa *Expansão, Modernização e Operação do Transporte Sobre Trilhos – Pitu em Marcha*. Entre suas iniciativas destacamos o desenvolvimento de estudos e projetos voltados a aprimorar os serviços de transporte, a extensão da Linha 9 – Esmeralda até Varginha, a extensão da Linha 13 – Jade até o bairro de Bonsucesso em Guarulhos e à região central do município de São Paulo, extensão da Linha 11 - Coral até a Barra Funda e as seguintes modernizações de infraestrutura e sistemas: Linha 7 – Rubi, Linha 8 – Diamante, Linha 10 – Turquesa, Linha 11 – Coral e Linha 12 – Safira.

A Secretaria contribuirá ainda com o programa *Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário – Pitu em Marcha*, cujo objetivo é ampliar o sistema metroviário e sua participação no transporte coletivo da Região Metropolitana de São Pau-

lo, oferecendo serviços de qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social à população, incluindo a recapacitação e modernização do sistema, por meio de adequada operação e manutenção, com altos níveis de segurança e regularidade. Entre as ações envolvidas estão a elaboração de projetos para a expansão da rede metroviária, a modernização das linhas 1-azul, 2-verde e 3-vermelha, a complementação de obras e sistemas da linha 5-lilás e a

continuação das obras de implantação das linhas 4-amarela e 15-prata.

Por fim, o *Gestão de concessões e parcerias - Regiões Metropolitanas/SP - PITU Parcerias*, quinto e último programa que merece destaque, trata-se de uma novidade deste PPA, com objetivo de fortalecer o planejamento dessa importante estratégia de ampliação do transporte metropolitano, baseada nas concessões e parcerias público-privadas.

Objetivo Estratégico 7: Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável

Fomentar o agronegócio paulista por meio de parcerias que assegurem a qualidade, produtividade e sustentabilidade da produção através de políticas públicas que favoreçam a renda do produtor rural e potencializem as vantagens competitivas regionais e locais.

São Paulo possui destacada liderança na produção agrícola nacional, tendo apresentado participação média de 13,6% no valor adicionado do setor agrícola do Brasil no período 2013-2016. Considerando o setor agropecuário, a participação média no mesmo período foi de 18,1%. Essa importância torna-se mais relevante em função dos encadeamentos a montante e a jusante do complexo agroindustrial paulista, que envolvem tanto os segmentos industriais de fornecimento de insumos e processamento de matérias-primas, como também os serviços de comercialização e distribuição.

Segundo dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, em 2017, 85,5% do valor total da produção agrícola concentrava-se nas culturas de cana-de-açúcar, laranja, soja em grão, milho, café e banana. As culturas de cana-de-açúcar e laranja são as mais representativas no valor de produção, correspondendo a 57,2% e 11,7%, respectivamente. Além disso, o porte e a variedade do sistema produtivo do agronegócio paulista são amplos, contemplando outras cadeias importantes, como algodão, amendoim, citricultura, bovinos, leite, aves e ovos.

A despeito da pujança dos principais complexos agrícolas, que possuem uma produção altamente competitiva, empresarialmente organizada e geradora de riqueza, também existem desequilíbrios regionais associados à coexistência com uma agricultura de baixa escala e intensiva no trabalho familiar, cujos padrões de produtividade e geração de renda são relativamente menores e com carência de alternativas para a diversificação e organização da produção, como também necessidade de melhorias nas condições de produtividade e de infraestrutura. A atuação governamental deve empreender esforços para continuar apoiando os pequenos produtores familiares, incentivando sua organização, oferecendo orientação técnica e de extensão, apoiando financeiramente, fomentando a diferenciação de produtos para aproveitamento dos nichos de mercado, melhorando a logística de transporte e armazenamento. Com isso, busca-se apoiar o desenvolvimento de todo potencial produtivo agrícola do Estado no contexto de suas vocações regionais.

Do ponto de vista ambiental, as mudanças climáticas e a maior percepção da finitude dos recursos naturais impõem novas exigências à agrope-

cuária e à agroindústria paulistas, buscando novas formas de uso do solo, de uso da água e de práticas mais conservacionistas. São necessários aperfeiçoamentos que impliquem mudanças na gestão agrícola, nas variedades cultivadas, nos sistemas de irrigação e conservação do solo e no gerenciamento dos resíduos.

Esses aspectos representam importantes desafios e oportunidades aos produtores, governos e agentes de pesquisa, principalmente no tocante à oferta de inovações tecnológicas, de sistemas de controle e fomento: desenvolvimento/adaptação de cultivares tolerantes aos estresses abióticos como deficiência hídrica, temperaturas elevadas; uso eficiente de nutrientes do solo; desenvolvimento de técnicas de irrigação voltadas à elevação da eficiência do uso da água na geração de produtos agrícolas de interesse socioeconômico; desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas de irrigação.

Os desafios envolvem a compreensão do cenário social, econômico, político e ambiental, a fim de obter as informações necessárias quanto a demandas do setor agropecuário e ofertar serviços públicos eficientes e dinâmicos, possibilitando a manutenção da liderança do Estado de São Paulo no setor de agronegócio. A instrumentalização de tais políticas públicas deve acontecer com a adequada interlocução institucional entre os agentes governamentais e privados, bem como pela utilização de ferramentas de tecnologia da informação.

Com respeito à segurança alimentar, a ação governamental é fundamental para responder ao desafio de assegurar que a qualidade dos alimentos seja verificada e atestada no território paulista, através da fiscalização de fluxo, por certificação de processos, e ações de conscientização em todos os elos das cadeias produtivas.

Ao fomentar o desenvolvimento do agronegócio paulista, buscando assegurar a qualidade, produtividade e sustentabilidade da produção concomitante à geração de renda do produtor rural, considerando os diferenciais de escala e de organização produtiva, como também vocações regionais e locais, o presente Objetivo Estratégico está sintonizado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2 e 12 da Agenda 2030 da ONU, respectivamente nominados "Fome Zero e Agricultura Sustentável" e "Consumo e Produção Responsável".

Embora tenham ocorrido avanços significativos na redução da pobreza e da população subnutrida nas últimas décadas, principalmente nos países em desenvolvimento, o ODS 2 alerta que ainda existe expressiva parcela da população mundial sujeita a fome e subnutrição, situação que afeta a qualidade de vida e dignidade humana e compromete o desenvolvimento de muitos países e regiões. O ODS 2 conclama para a necessidade de ações direcionadas ao desenvolvimento da agricultura sustentável, com suporte aos produtores de baixa escala e garantia de acesso a tecnologia e mercados e condições

de infraestrutura para melhorar a produtividade agrícola.

O ODS 12 destaca a relevância de buscar uma gestão e alocação eficiente e responsável dos recursos naturais, concomitante ao processo de desenvolvimento econômico. Elenca como ações importantes estimular soluções, inovações e práticas de produção e de consumo mais eficientes e sustentáveis, com redução do nível de desperdícios e aumento da reciclagem de materiais. Também destaca que melhorar a produtividade e eficiência da produção, com garantia da qualidade da produção agrícola e padrões responsáveis de consumo, contribui para aumentar a segurança alimentar e favorece a construção de uma economia comprometida com a sustentabilidade.

O Estado de São Paulo possui importantes diferenciais que favorecem ampliar os padrões de produtividade, eficiência e sustentabilidade da produção do agronegócio, contribuindo para esses ODSs. Os ganhos de produtividade da agricultura paulista encontram-se historicamente ligados a um amplo cardápio de políticas públicas e privadas de fomento à competitividade do agronegócio. Destaca-se que o Estado possui as melhores condições de infraestrutura logísticas no âmbito nacional e conta com uma rede estruturada de laboratórios, instituições de pesquisa, agências de fomento, de defesa fitossanitária e de transferência de informação, que possibilitam atuar nesse processo.

Por meio da ação governamental, combinando esforços com o setor produtivo e apoiando os pequenos produtores rurais, São Paulo pode responder ativamente aos desafios endereçados pela Agenda 2030.

Os indicadores definidos para o acompanhamento deste Objetivo Estratégico têm a finalidade de fornecer informações para acompanhar o desempenho do agronegócio, subsidiando a orientação das políticas governamentais. O **Quadro 1** a seguir apresenta a relação dos quatro indicadores associados a esse objetivo.

O primeiro indicador refere-se ao **Índice de Competitividade das Exportações do agronegócio de São Paulo (ano-base 2005 = 100)**. Esse indicador mede a evolução da quantidade e valores dos produtos agroindustriais exportados por São Paulo, capturando a dinâmica competitiva do agronegócio paulista no mercado internacional.

O segundo indicador corresponde ao **Índice de Produtividade da Terra**. Trata-se de um indicador do tipo Laspeyres, calculado pelo IEA, que permite acompanhar a evolução da produtividade dos principais produtos da lavoura paulista.

O terceiro indicador é o **Índice do Valor da Produção Real dos 50 principais produtos agrícolas de São Paulo**. Tal indicador mede a evolução da renda agrícola dentro da porteira dos 50 principais produtos da agropecuária paulista agrupados, considerando a produção e o preço médio recebido pelo produtor.

O quarto indicador é o **Índice de Quantidade da Produção Agrícola**. Trata-se de um indicador que mensura a evolução produtiva dos principais agrupamentos da lavoura

em São Paulo: culturas anuais; grãos; perenes e semiperenes. O indicador permite acompanhar a evolução do volume de produção agrícola.

Quadro 1: Indicadores associados ao Objetivo Estratégico 7

Indicador	Ano de referência	Valor
Índice de competitividade das exportações do agronegócio de São Paulo	2018	139,7
Índice de produtividade da terra	2018	98,57
Índice do valor da produção real dos 50 principais produtos agrícolas de São Paulo	2018	237,0
Índice de quantidade da produção agrícola	2018	0,63

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

As secretarias de Estado envolvidas no desenvolvimento deste Objetivo Estratégico são: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria da Justiça e Cidadania e Secretaria de Logística e Transportes.

Entre os principais programas, que, espera-se, darão conta dos desafios impostos por este Objetivo Estratégico, destaca-se o Abastece-SP: Segurança do Campo à Mesa, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que tem como objetivo promover a produção, distribuição, consumo e segurança, com oferta sustentável de alimentos saudáveis e seguros, fibras e bioenergia, agregando valor e

competitividade aos produtores para melhor qualidade de vida dos cidadãos. Entre suas iniciativas e finalidades, destacam-se: prevenção e gestão do risco sanitário para as cadeias produtivas; inspeção e vigilância sanitária animal e vegetal; vigilância ativa em animais susceptíveis a febre aftosa em propriedades rurais, fiscalizações de trânsito animal em rodovias, fiscalizações sanitárias em eventos de concentração animal; fiscalização da inocuidade das cadeias produtivas; promoção de ações integradas voltadas para a educação alimentar; certificação de origem dos produtos paulistas; consolidação dos

sistemas agroalimentares por meio de: implantação de sistema de dados informatizado sobre as centrais de abastecimento e distribuição e seus respectivos volumes de comercialização; monitoramento do volume de comercialização em cada central de abastecimento e distribuição; formulação de diagnósticos e estudos sobre alternativas de circulação de produtos agrícolas; produção de informações e pareceres técnicos às respectivas Câmaras Setoriais acerca da dinâmica de mercado dos produtos.

Por sua vez, o programa *Agro-SP Sustentável* tem como objetivo promover e ampliar a qualidade de vida dos cidadãos do campo e da cidade, por meio da inovação, pesquisa, empreendedorismo e gestão de risco, modernizando a infraestrutura do campo, o uso da terra e dos recursos naturais, agregando valor e competitividade aos produtos de forma sustentável. Entre suas iniciativas, destacam-se: parcerias entre Estado e municípios para o desenvolvimento rural local e regional; geração de conhecimento e tecnologias para inovação no agronegócio; mapeamento, codificação e identificação das estradas rurais, através de sistemas tecnológicos, por meio de parcerias, visando a oferecer acesso a serviços públicos básicos e fundamentais, como saúde e segurança, para aqueles que residem em áreas rurais; crédito e subvenções para expansão sustentável da produção e investimentos dos produtores rurais e pescadores artesanais; transferência de conhecimento e tecnologias para inovação no agronegócio; análises

laboratoriais visando a regular e monitorar a qualidade de produtos e processos para atender às exigências de qualidade certificada e rastreabilidade necessárias à competitividade externa e à saúde pública; melhoria da governança e articulação das políticas públicas do agronegócio; produção de insumos tecnológicos resultantes das ações de pesquisa e desenvolvimento para aumentar a eficiência do processo de inovação na agricultura; recuperação de estradas rurais de terra; assistência técnica e extensão rural, em consonância com o planejamento local e regional, incentivando a adoção das boas práticas tanto para as atividades agropecuárias ou não agropecuárias (turismo rural, artesanato, agroindústria e prestação de serviços), quanto para o manejo e conservação dos recursos naturais e sociais; assistência técnica e suporte tecnológico para conservação de solo, água e biodiversidade.

No âmbito da Secretaria da Justiça e Cidadania, destaca-se o programa *Justiça e Cidadania no Campo e na Cidade*, com o objetivo de democratizar o acesso à terra, mediar os conflitos fundiários, bem como implementar políticas de desenvolvimento sustentável e segurança jurídica dominial. As principais ações do programa contemplam a regularização fundiária urbana e rural e o fomento da agricultura familiar nos assentamentos e quilombos (balcão de negócios).

No caso da Secretaria de Logística e Transportes, associam-se com este Objetivo Estratégicos três programas. O *Gestão da Logística Hidroviá-*

ria tem como objetivo prover a infraestrutura de transportes, melhorando a capacidade e eficiência do transporte marítimo e hidroviário e promovendo a modernização da infraestrutura do porto de São Sebastião e da hidrovía Tietê-Paraná, de modo a garantir segurança, aumento de velocidade de tráfego e de volume de cargas. Entre suas iniciativas, estão previstas a modernização e a ampliação do Porto de São Sebastião, a ampliação da segurança operacional do sistema hidroviário e implantação de melhorias e novos trechos para extensão da hidrovía Tietê-Paraná.

Há também o foco com *Operação, Conservação e Segurança da Malha Rodoviária administrada pelo DER*. Esse programa objetiva garantir a manutenção das condições da malha de transporte, contribuindo para a competitividade e o escoamento da produção. Suas iniciativas abrangem: modernização e monitoramento de rodovias estaduais; operação de praças de pedágio nas rodovias sob administração do DER, operação e segurança da malha rodoviária;

policimento nas rodovias sob jurisdição do DER; implantação e operação de postos de pesagem nas rodovias estaduais; conservação, sinalização e demais elementos de segurança em rodovias sob jurisdição do DER; e patrulha rodoviária.

Já o programa *Melhorias da Malha Rodoviária* busca manter e aprimorar a malha rodoviária estadual e apoiar os municípios na execução de obras de recuperação e pavimentação em estradas vicinais. Suas iniciativas compreendem: obras de pavimentação e/ou recuperação e ampliação de capacidade em estradas vicinais; duplicação, implantação e recuperação de rodovias estaduais; recuperação e melhoria das condições do sistema rodoviário e da logística de integração com o sistema hidroviário e com outros modais (Miga, BID, BID Fase II); implantação e transposição de rodovias; implementação da Nova Tamoios - interligação rodoviária contorno Caraguatatuba Norte e Contorno Caraguatatuba Sul/São Sebastião.

Objetivo Estratégico 8: Desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população ante os desastres naturais

Promover a gestão harmônica do meio ambiente, dos recursos hídricos, do saneamento e da energia, desenvolvendo ações integradoras que promovam o desenvolvimento sustentável. Estimular o uso racional da água e de fontes renováveis de energia, além de ampliar os investimentos e na proteção social ante os desastres naturais.

Trilhar os caminhos de uma sociedade ambientalmente sustentável é um dos principais desafios colocados à comunidade mundial e sem dúvida um dos principais focos de atenção dos paulistas nos dias de hoje. Do ponto de vista conceitual, em 1987, a ONU elaborou o relatório "Nosso futuro comum" (mais conhecido como Relatório Brundtland) e definiu o desenvolvimento sustentável como aquele tipo de desenvolvimento que supre as necessidades atuais da sociedade sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às próprias necessidades.

Nesse sentido, é um compromisso do governo do Estado de São Paulo, por intermédio de seu Plano Plurianual, a busca contínua para que esse padrão de desenvolvimento seja alcançado, o que se reflete em diversas das suas iniciativas e políticas públicas. A administração apresenta assim programas para melhorar a qualidade de vida da população, preservação do meio ambiente e amplificação das capacidades do elemento humano presente.

Como observado em seu próprio nome, este Objetivo Estratégico é bas-

tante ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU, principalmente aqueles voltados à preservação da vida e do meio ambiente.

O ODS 6, que traz como enunciado "assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos", por exemplo, trata do acesso à água potável de forma universal e equitativa e da preservação dos ecossistemas aquáticos, o que se relaciona claramente com iniciativas de racionalização do uso da água, investimentos em saneamento e gestão adequada dos recursos hídricos fundamentais para o alcance do objetivo estratégico aqui destacado.

De maneira semelhante, também se vê a conexão entre o ODS 14 ("Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável") e o objetivo estratégico, dado que a recuperação e preservação do ambiente marinho é essencial ao contexto atual. Esse ambiente, em última instância, é o receptáculo dos excessos da atividade humana e ainda assim uma das principais fontes de alimentos para as populações

costeiras ao redor do mundo, o que torna bastante evidente a importância da sua sustentação no longo prazo.

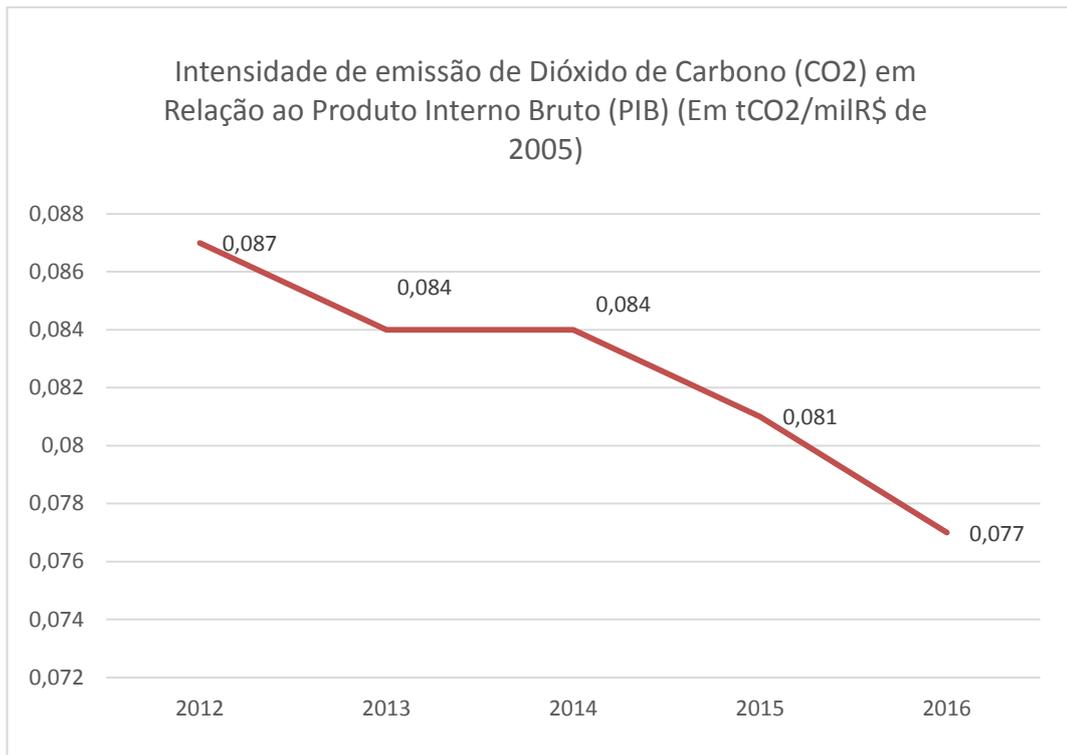
Em paralelo aos ecossistemas marinhos, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres é fundamental. O ODS 15 aborda a gestão sustentável das florestas e o combate à desertificação, à degradação da terra e à perda de biodiversidade, visando a melhorar a coexistência das comunidades humanas e dos ecossistemas que as circundam. Tal como o objetivo estratégico aqui apresentado, busca-se preservar a biodiversidade terrestre e a resiliência desses ecossistemas.

Ademais, o ODS 7 que enfoca a questão energética (*“assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos”*) indica como trajetória a ampliação de toda infraestrutura energética de matriz limpa e acessível, com aumento não apenas da disponibilidade de energia, mas também com a correspondente diminuição da emissão de carbono de cada watt produzido. Tal trajetória é a mesma buscada em termos da racionalização do uso da energia e a ampliação das fontes renováveis que o objetivo estratégico coloca como foco.

Por último, este Objetivo Estratégico também se relaciona diretamente

com a adaptação à mudança climática e a transformação dos padrões de produção e de consumo rumo à sustentabilidade. Tendo como parâmetros o ODS 13 (*“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”*) e o ODS 12 (que sintetiza a procura por maior eficiência na produção de bens, assim como a redução dos descartes e do desperdício), busca-se, de um lado, aumentar a resiliência das comunidades afetadas pelas mudanças do clima, conscientizando a população (em especial os jovens) sobre a questão e, por outro lado, fomentar as alterações necessárias para se atingir um padrão de consumo e produção mais sustentável, alcançando assim a denominada economia circular.

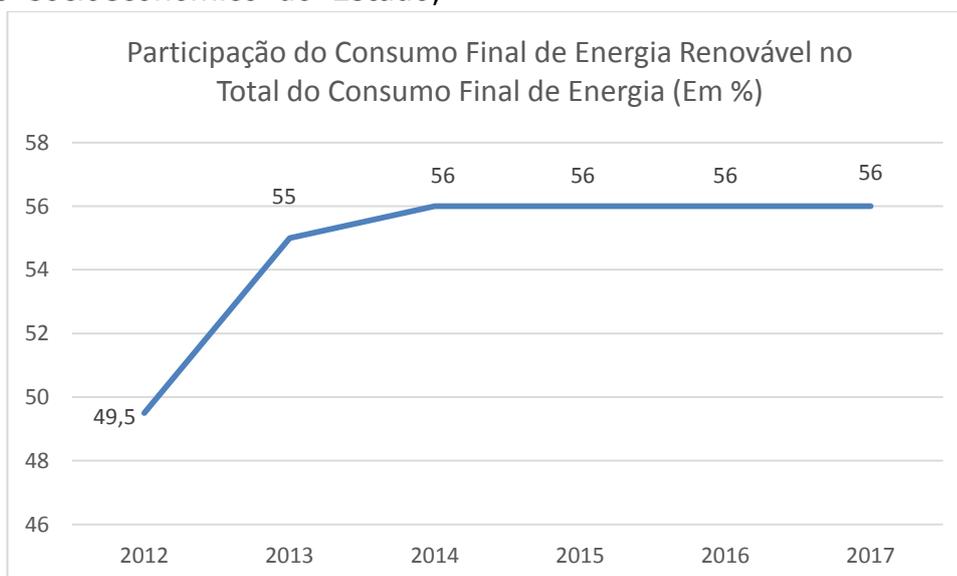
O grau de **Intensidade de emissão de Dióxido de Carbono (CO₂) em Relação ao Produto Interno Bruto (Em tCO₂/milR\$ de 2005)** é o primeiro indicador elegido para monitorarmos este Objetivo Estratégico (**Gráfico 1**). Nos últimos anos, observa-se uma constante redução das emissões de dióxido de carbono ante o PIB, mais acentuadamente após 2014. Essa trajetória favorável, no entanto, também revela que há bastante espaço para a redução das emissões, e que esse objetivo deve ser buscado por meio de ações articuladas entre diferentes atores sociais e políticas públicas diversas.



Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

O segundo indicador escolhido para o monitoramento do objetivo foi **Percentual do Consumo de Energia Renovável no Total do Consumo de Energia**. Em uma breve análise dos dados, observa-se rápido avanço do percentual da participação das energias de fontes renováveis no contexto socioeconômico do Estado,

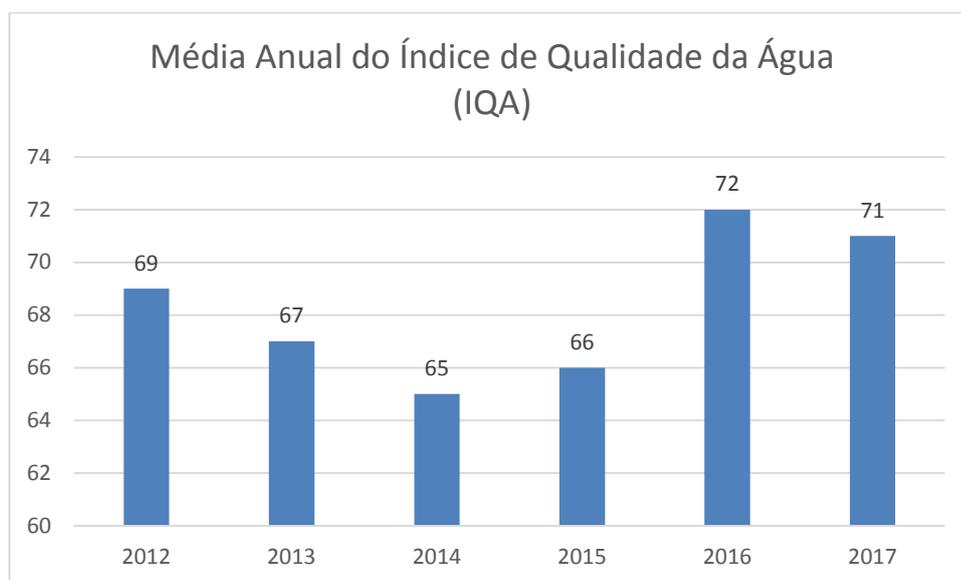
mas há alguns anos permanece estacionado o crescimento relativo do uso desse tipo de energia. Em face disso, planeja-se um conjunto de iniciativas voltadas a alavancar a participação de energias renováveis no consumo final de energia, em programas elencados logo a seguir.



Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Outro indicador elegido para acompanhamento do tema é a **Média Anual do Índice de Qualidade da Água (IQA)**. No **Gráfico 3**, a seguir, nota-se uma evolução positiva, ainda que instável, nos índices médios da qualidade da água. Atrelada

a desafios em termos da expansão de saneamento e limpeza de rios, entre outras ações, tem-se atualmente um patamar bastante positivo nesse indicador, mas igualmente com uma margem significativa de melhora para os próximos anos.



Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Por fim, o número de **Óbitos de Acidentes Relacionadas a Desastres Naturais** é outro indicador relevante para subsidiar a análise do tema e contribuir para a elaboração eficiente de políticas públicas de suporte ao desenvolvimento sustentável (**Gráfico 4**).

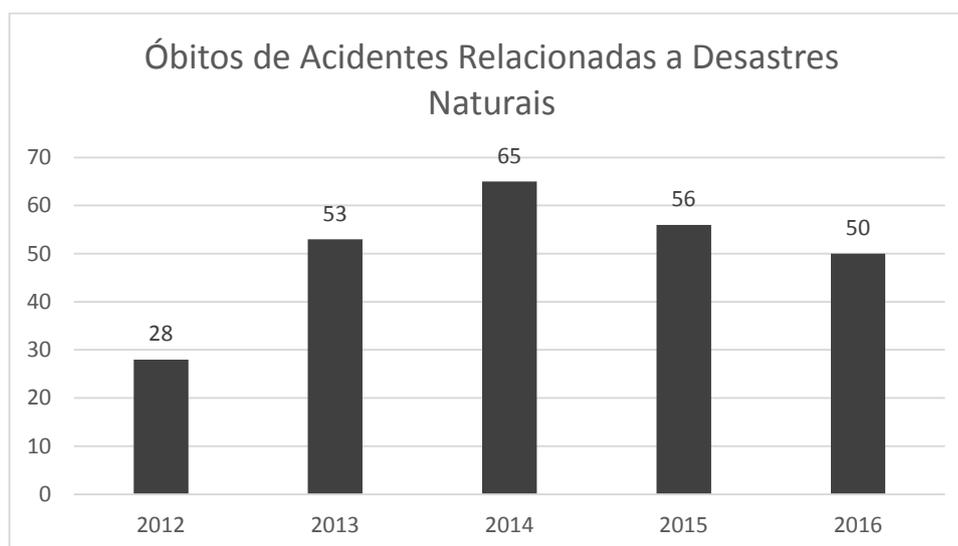
A conceituação adotada pela International Strategy for Disaster Reduction, da Organização das Nações Unidas, publicada em 2009, considera desastre uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou de uma sociedade, envolvendo perdas humanas, materiais,

econômicas ou ambientais de grande extensão, cujos impactos excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada de arcar com seus próprios recursos. Os critérios objetivos adotados no Relatório Estatístico Anual do EM-DAT (Emergency Disasters Data Base) sobre Desastres de 2007 (Scheuren, et. al. 2008) consideram a ocorrência de pelo menos um dos seguintes critérios:

- 10 ou mais óbitos;
- 100 ou mais pessoas afetadas;
- declaração de estado de emergência;
- pedido de auxílio internacional.

De tal modo, ainda que seja esse um indicador sujeito a grandes variações anuais e que as informações dos últimos anos apurados revelem melhora desde 2014, a comparação com o início da série demonstra uma eleva-

ção substantiva do número de óbitos decorrentes de desastres naturais, o que impõe urgência e centralidade nas ações de prevenção desses eventos para os próximos anos.



Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Em síntese, considerando esses indicadores mais gerais e de impacto, resta detalhar as questões postas ao desenvolvimento sustentável no Estado e destacar as iniciativas governamentais previstas nesse plano para garantir o atingimento do objetivo estratégico.

Os habitantes atuais de São Paulo têm um dever intergeracional com os futuros moradores, muitos deles ainda nem nascidos, de certificar que esses possam desfrutar da qualidade ambiental ao menos igual, e preferencialmente melhor, que a atual. A preservação ambiental deve levar em conta não apenas os anseios dos

atuais cidadãos, mas também os direitos dos futuros.

A conversão do uso da terra para diversos fins reduziu a vegetação nativa do Estado de São Paulo a 17% da área total de seu território, fazendo com que a cobertura vegetal remanescente, fragmentada, pouco colabore com a função ecológica primeva, com o perigo de extinção de milhares de espécies da fauna e flora, além do comprometimento dos serviços ecossistêmicos, como, por exemplo, os de provisão de água de qualidade. Assim, estruturou-se o programa *Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental* para combater essa realidade e as diver-

sas ações irregulares de uso e exploração dos bens ambientais e os riscos à proteção e conservação.

Concomitantemente, o programa *Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental* busca melhorar a eficiência nos processos de licenciamento ambiental e monitorar a qualidade do ar, do solo e da água em todo o Estado de São Paulo, garantindo a correta conservação dos recursos naturais e a manutenção da saúde pública.

Em relação ao setor produtivo e sua integração com a agenda ambiental, programas como o *Fortalecimento do Planejamento e Gestão Ambiental* mostram-se essenciais para compatibilizar a atividade industrial e a conservação ambiental no Estado de São Paulo. O programa visa a promover o planejamento articulado entre as diferentes políticas públicas, por meio do oferecimento de subsídios técnicos e instrumentos para o apoio à elaboração de políticas regionais ou setoriais, levando à compatibilização das formas de ocupação e uso do território para a proteção dos meios físicos e bióticos e dos anseios da sociedade.

Desse modo, preservar a qualidade ambiental passa também por fomentar a economia do Estado para que haja menos pressão pelo modo predatório de exploração do espaço, já que, muitas vezes, limitações econômicas levam população, agentes econômicos e mesmo agentes públicos a escolher opções subótimas para satisfazer suas necessidades imediatas.

Complementarmente, o programa *Unidades de Conservação, Pesquisa e Inovação em Meio Ambiente* visa a conservar a biodiversidade e a geodiversidade através da convivência harmônica da população local e da comunidade acadêmica, de modo a construir oportunidades de geração de renda, com, por exemplo, o ecoturismo, por meio de concessões e parcerias, sem esquecer a geração de conhecimento, a pesquisa e a inovação. Espera-se que as populações locais possam se tornar sócias dos lucros econômicos da preservação ambiental, diminuindo o risco de que agentes externos à comunidade aproveitem-se de fragilidades da fiscalização para causar dano ambiental.

Sobre outro aspecto da produção e consumo, o programa *Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo* busca promover melhor planejamento, gestão e gerenciamento, focando-se na logística reversa e na adoção de tecnologias de tratamento das 40 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos gerados a cada dia. Estes são, ainda, majoritariamente dispostos nos aterros sanitários com baixo índice de tratamento, reduzindo-lhes a vida útil e agravando o problema das dificuldades locais para a construção de novos aterros, sobretudo nas áreas com maior densidade populacional.

Já o programa *Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na Área Operada pela Sabesp* busca enfrentar o desafio da gestão de recursos hídricos, a fim de atender à demanda de usos múltiplos, assegu-

rando água em padrões de qualidade satisfatórios, o que é essencial para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Ainda com relação aos recursos hídricos, e a crescente recorrência de eventos hidrológicos críticos causados, entre outros, pelas mudanças climáticas, o aumento populacional e a expansão urbana serão combatidos com o aumento da capacidade de retenção dos recursos hídricos superficiais, seja nos corpos d'água existentes ou através da construção de estruturas hídricas, o que está previsto no programa *Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes*.

Especial atenção é dada no Plano Plurianual à mitigação dos possíveis efeitos das mudanças climáticas, que têm possibilidade muito alta de ocorrer nos próximos anos. Estima-se que ocorrerão eventos extremos com frequência muito maior do que os observados atualmente. Quando os fenômenos naturais atingem áreas ou regiões habitadas pelo homem, causando-lhe danos, passam a se chamar desastres naturais. Contando com áreas de alta densidade demográfica, é esperado que tais desastres ocorram em São Paulo.

O programa *Defesa Civil Protege Você!* tem a missão de evitar perda de vidas ou propriedade e de proteger as comunidades e suas instituições de todos os riscos, naturais ou tecnológicos, fortalecendo o sistema estadual de proteção e defesa civil, em conjunto com os municípios, agências parceiras e organizações voluntárias, a fim de prevenir e mitigar

riscos, preparando comunidade e fornecendo respostas rápidas e eficazes aos eventos.

Tendo em vista a gestão dos recursos energéticos, um dos principais parâmetros para avaliar a sustentabilidade de uma sociedade, o programa *Gestão de Disponibilidade das Usinas* visa a garantir a qualidade e a confiabilidade da produção do parque gerador de energia de São Paulo e a da conexão do sistema interligado, garantindo, assim, suprimento e fornecimento de energia em níveis satisfatórios. No mesmo sentido, o *Fomento aos Projetos Hidroenergéticos Paulista e a Produção Mineral* procurará contribuir para a independência energética paulista, ao fomentar a exploração das reservas de hidrocarbonetos do Estado

Porém, não apenas os aspectos objetivos do meio ambiente são endereçados pelo PPA, mas também aspectos fundamentais como a conscientização ambiental e a sensação de bem-estar da população, sem os quais não é possível a transformação dos modos de vida em longo prazo.

Tendo em vista que a qualidade de vida, na definição consagrada pela Organização Mundial da Saúde, é a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações, o programa *Educação Ambiental, Cidadania e Melhoria da Qualidade de Vida*, visa a fortalecer justamente a educação ambiental como um processo de conscientização, cidadania

ambiental e engajamento e participação social no desenvolvimento de políticas públicas vinculadas ao tema.

Completa-se assim o panorama dos programas estaduais voltados a proteger os ecossistemas e os recursos naturais, articulados com o aprimoramento da gestão, mudanças produtivas e de consumo e, também, com a ampliação das possibilidades econômicas e de qualidade de vida dos paulistas, sendo, portanto, impulsionadores do almejado desenvolvimento sustentável do Estado.

Objetivo Estratégico 9: Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência

Promover a eficiência da gestão pública, através do uso de tecnologia, da intensificação de parcerias com a sociedade civil e da desburocratização e simplificação de processos. Aprimorar os métodos de avaliação dos resultados das ações do Estado.

Este Objetivo Estratégico define como direção da atuação estadual: i) a promoção da eficiência da gestão pública, por meio do uso de tecnologia, da intensificação de parcerias com a sociedade civil e da desburocratização e simplificação de processos; ii) a busca pelo uso ótimo dos recursos públicos com transparência; iii) e o aprimoramento dos métodos de avaliação dos resultados das ações do Estado.

No cenário atual, uma preocupação crescente que perpassa as diversas áreas de atuação da esfera pública no Brasil e no Estado de São Paulo é a realização de uma gestão governamental eficiente e transparente. Essa é uma clara demanda da sociedade brasileira, que clama pela qualidade dos serviços públicos e pelo bom uso dos recursos e, também, o norte de qualquer governo que se pretenda comprometido com a melhoria da qualidade de vida da população.

Historicamente, trata-se de área de atuação na qual o Estado de São Paulo sempre foi vanguarda, contribuindo de forma importante com o desenvolvimento desse campo nacional e internacionalmente. São muitas as iniciativas que merecem des-

taque, seja nas áreas de planejamento e gestão pública em geral, seja na qualidade da prestação de serviços públicos específicos. Elenca-se, por exemplo, o Poupatempo, a Bolsa Eletrônica de Compras, o Portal da Transparência, a primazia com as Parcerias Público-Privadas, com a gestão de equipamentos culturais e de saúde por Organizações Sociais e a adoção da Metodologia do Orçamento por Resultados, na qual este Plano é baseado, e que estrutura as áreas de planejamento e orçamento do Estado.

Destaca-se também a sintonia deste Objetivo Estratégico com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17) da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste ODS são abordados aspectos como gestão financeira-orçamentária dos órgãos públicos, uso de aplicativos móveis e acesso à internet, a articulação de parcerias públicas e público-privadas, a capacitação e mobilização de recursos humanos e tecnologia, além da melhoria das iniciativas de monitoramento e de prestação de contas das atividades governamentais.

Trata-se, portanto, de área de atuação na qual se têm reconhecidos resultados, mas também grandes desafios adiante.

Em m contexto que segue sendo de contração econômica e forte ajuste fiscal, inovação e boa gestão são imprescindíveis para seguir na busca por proporcionar serviços de excelência à população, amparados em eficiência, eficácia e efetividade.

Para aferir se o Estado de fato segue nesse rumo, quatro indicadores foram selecionados para monitorar este Objetivo Estratégico no próximo quadriênio.

Sendo princípio fundamental da boa gestão pública, a *transparência* recebe destaque, tendo-se o indicador Nota Estadual na Escala Brasil Transparente – Avaliação 360° o primeiro a ser considerado nessa lista. Para o ano de 2018, numa escala de 0 a 10, obteve-se a nota 8,78, nesse indicador, que é apurado pela Controladoria Geral da União. Essa nota é considerada alta, mas passível de melhoria.

Outro indicador a ser considerado, já guardando mais relação com a responsabilidade fiscal na condução do Estado, será o Resultado orçamentário (em R\$). Em 2018 alcançou-se o valor de R\$2.987.004.076.

O terceiro indicador será a Porcentagem de execução dos programas do PPA. Nele, espera-se expressar o desempenho da gestão no alcance dos objetivos de seus programas, considerando-se a média de alcance das

metas dos indicadores de resultado. Em 2018, essa taxa foi de 89,06%.

Por fim, o quarto indicador elegido busca demonstrar os esforços da administração e manter os gastos das chamadas áreas-meio do Estado em níveis razoáveis, quando comparados ao total do orçamento. Dessa forma, espera-se induzir que a maior parte dos gastos públicos se dê com atividades-fim, mais vinculadas à prestação direta de um serviço à população. A Proporção de gastos com área-meio sobre o orçamento total do executivo foi de 3,6% em 2017.

A seguir, apresenta-se o conjunto de iniciativas que compõem esse PPA e que objetivam superar os desafios da área de gestão pública.

O programa *Gestão Fiscal e Tributária* visa a prover e gerir os recursos financeiros, de modo a assegurar a prestação de serviços públicos e os investimentos do Estado de São Paulo. É o programa que concentra boa parte das atividades da área de arrecadação e buscará, com inovação e ampliação do uso de novas tecnologias, tornar mais fácil a interação com os contribuintes e combater fraudes e sonegações.

Com a demanda crescente na sociedade por serviços ágeis e de qualidade que onerem minimamente os cidadãos, aliada à mudança de comportamento social que tem gerado um olhar crescente sobre a qualidade do gasto e vigilância cidadã sobre as ações do governo, propõe-se o programa *Gestão inovadora e orientada para resultados*. Tendo em vista também a escassez de recursos alia-

da ao cenário econômico crítico e incerto, exige-se a elaboração de soluções inovadoras que gerem valor para a sociedade de maneira fiscalmente responsável. Assim se buscam, via implementação de projetos de melhoria de serviços que promovam ganhos de eficiência, modernização de processos e novas fontes de financiamento, resultados importantes para a gestão pública paulista.

Já o *Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento* busca ampliar a alocação de recursos com base em subsídios das ações de planejamento, monitoramento e avaliações. Logo, através da promoção de processos eficientes de alocação de recursos, busca-se oportunizar programas e resultados governamentais mais eficazes e efetivos, para todas as secretarias de Estado.

Para as situações de tomada de decisão em nível central, tem-se o programa *Planejamento, coordenação e gestão eficiente do governo*, que visa a amparar a assistência direta e indireta ao governador do Estado no desempenho de suas atribuições. Visa também a articular, controlar e coordenar as atividades e trabalhos de execução do plano de governo e a promover a avaliação contínua das ações desenvolvidas dos programas e projetos prioritários do governador do Estado. Entre as estratégias para tanto, destacamos a elaboração de mecanismos para execução do plano de governo e de avaliação contínua das ações dos programas e projetos prioritários do governador do Estado.

Com aderência estrita ao indicador de transparência acima descrito, temos o programa *Controle e Transparência da Administração Estadual*. Pensado com base na necessidade de assegurar ao usuário do serviço público o direito ao controle adequado do serviço, pressupõe-se o fortalecimento contínuo da rede paulista de ouvidorias. Objetiva-se ainda o fortalecimento dos instrumentos de controle interno e social, por meio da fiscalização, apuração e transparência, visando à eficiência da gestão e à melhoria na prestação dos serviços públicos.

O programa *Arquivo do Estado - Preservação e Gestão Documental*, diante da necessidade premente de políticas voltadas para produção, gestão, preservação e acesso aos documentos digitais, de modo a promover a transparência e a segurança das informações, busca apoiar a gestão estadual em diversas iniciativas. Para o próximo quadriênio, destaca-se a importância de suas equipes no processo de informatização completa da gestão documental do Estado – *SP Sem Papel*.

Outra iniciativa que merece destaque, posto que colocada de modo central na estratégia governamental para ampliar e melhorar os serviços públicos, é o programa *Desenvolvimento de parceria com a iniciativa privada*. Desafios dados pela conjuntura econômica indicam a necessidade de promover melhor utilização dos recursos públicos, ampliando e aprimorando as formas de parcerias, com responsabilidade fiscal. Logo, promover o desenvolvimento de me-

lhores parcerias com a iniciativa privada e o terceiro setor, fornecendo apoio técnico e institucional para sua viabilização, em nível central, contribui decisivamente com o sucesso do modelo, em apoio às demais secretarias de Estado.

O programa *Tecnologia e Inovação na Gestão Governamental* busca consolidar o conceito de “governo único”, com a integração de múltiplas bases de dados e a oferta cada vez maior de serviços aos cidadãos – e por meio de diferentes canais. Tem-se como objetivo ainda ofertar soluções inovadoras que garantam transparência, segurança e eficiência aos processos do Estado, contribuindo com a melhoria da qualidade dos serviços prestados, por meio de soluções tecnológicas inovadoras e inclusivas, que simplifiquem a vida dos cidadãos, facilitando o acesso a serviços públicos em diversos canais, preferencialmente digitais, com transparência, inclusão e eficiência. É também responsável pela iniciativa citada acima, *SP Sem Papel*, em conjunto com o Arquivo Público do Estado.

Há ainda o programa *Informações Espaciais, Demográficas, Socioeco-*

nômicas e da Ação Governamental, que concentra os serviços que proporcionam o acesso a dados e informações de qualidade, essenciais para aprimorar a ação governamental. Nesse sentido, a função pública de produzir, organizar e disseminar informações sobre a realidade social, econômica e demográfica, bem como gerar produtos geográficos e cartográficos que permitam formular e acompanhar políticas públicas e manter o quadro territorial-administrativo, ampara a elaboração de estudos para a boa tomada de decisão.

Por fim, a Secretaria de Desenvolvimento Regional contribui com este Objetivo Estratégico por meio do programa *Desenvolvimento Regional Integrado - Cidades Inteligentes*, que visa a promover a melhoria da infraestrutura urbana dos municípios paulistas, da qualidade de vida e mobilidade urbana da população local. Uma das estratégias para tanto é realizar convênios que neste próximo PPA contarão com uma iniciativa importante também para a área de gestão, com a proposta de se digitalizarem os processos de elaboração e gestão de convênios – *Sem Papel Convênios*.